

Pedro Pereira Leite

Mercadores de letras

Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural
durante o Estado Novo (1933 - 1974)

Marca D' Agua

2009

Leite, Pedro Pereira, 1960 -

ISBN- 978-972-8750-04-06

Título: Mercadores de Letras

Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros durante o Estado Novo (1933-1974)

Autor, Pedro Pereira Leite

Edição: Marca d'Água: Publicações e Projetos

2ª edição

Local de Edição: Lisboa

Lisboa, 2009

Mercadores de Letras

Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros durante o Estado Novo

(1933-1974)

Índice

<i>Prefácio</i>	4
<i>Introdução</i>	5
Capítulo 2 As universidades da Cosmos.....	21
2.1. O Homem da Cosmos.....	23
2.2. Os livros da Cosmos.....	28
2.3. A Cosmos e a divulgação da História.....	54
Capítulo 3 O Sulco do arado.....	62
As Publicações Europa-América de Francisco Lyon de Castro (1945-1997)	63
3.1. O “bibliocultor”	63
3.2. As sementes de Lyon de Castro	80
3.3. As colheitas de Lyon de Castro.....	97
Capítulo 4 O mundo da edição.....	106
A divulgação cultural durante o Estado Novo) (1932-1974).....	107
4.1. A edição de divulgação cultural como oposição ao Estado Novo.....	111
Os Cadernos Seara Nova	116
Os Cadernos Culturais da Inquérito	117
Os Cadernos Agostinho da Silva	120
4.2. Como nasce um livro?	124
O caso dos Livros Horizonte de Rogério de Moura.....	130
4.3. A edição de divulgação cultural e a desagregação do regime	132
4.4. A leitura do livro de divulgação cultural.	142
Capítulo 5.	150
Leituras finais	150

Prefácio

Os “***mercadores de letras***” que agora publicamos corresponde ao texto da nossa dissertação de mestrado em História Contemporânea, defendida na faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, em 1998. Por diversas razões e apesar de algumas propostas, sempre com a intenção de aligeirar o texto, não o publicamos na altura. Os projetos entretanto encetados e os novos rumos tomados pela nossa atividade de investigação, nomeadamente a opção pelo doutoramento em museologia, desviaram-nos decisivamente da nossa investigação sobre os editores e livreiros, sobre a divulgação do livro e da leitura.

Foram anos de muita atividade. Em colaboração com o nosso amigo Ricardo Machaqueiro, desenvolvemos vários trabalhos sobre editoras e sobre os editores, nomeadamente sobre a Civilização do Porto, a Prelo a Teorema. Fizemos alguns trabalhos sobre Bibliotecas de Lisboa: A saudosa Biblioteca Popular, a biblioteca dos Operários da Sociedade Geral, A biblioteca do Arsenal do Alfeite, onde buscamos os vestígios da atividade de Bento Gonçalves, a Biblioteca da Voz do Operário. Trabalhamos várias livrarias, como a livraria leitura do Porto e a Livraria Ler, a livraria do Luís Alves, tertúlia do lisboeta bairro de Campo de Ourique, ao pé da estátua da Maria da Fonte. Alguns destes textos foram dados ao prelo em periódicos. A ver vamos se alguns serão reeditados.

Pedro Pereira Leite, Lisboa, 2009

Introdução

Mercadores de Letras são todos aqueles que dedicam ou dedicaram a sua vida profissional à produção e à circulação do livro. Pessoas que chegaram ao universo bibliófilo pelas mais diversas razões. Razões de sobrevivência económica, de família ou mesmo por vontade expressa de uma intervenção cultural na sociedade onde se integram. Uns ficaram e aí fizeram sucesso. Não há casos significativos de acumulação de grandes activos financeiros ou patrimoniais através da venda do livro. Alguns chegaram a este universo com algum capital disponível, que aí aplicaram e rentabilizaram, outros chegaram quase sem capital, catapultados por uma qualquer amizade pessoal, e por aí ficaram. Uns mantiveram-se no mesmo projecto, outros derivaram por várias iniciativas. Há quem tenha conseguido atingir um razoável grau de estabilidade ou mesmo prosperidade; outros menos perspicazes, menos eficientes ou menos felizes passaram pelo mundo da edição e desapareceram sem deixarem neles grandes marcas ou memórias. Como em todas as profissões houve ainda outros que começando pelo mundo das edições, nele conviveram durante algum tempo antes de se lançarem noutras aventuras profissionais.

Qualquer que tenha sido ou seja a actividade desenvolvida pelos "mercadores de letras" há um elemento que lhes é comum: a influência que vão exercer na sociedade em que vivem. É certo que qualquer actividade humana influencia socialmente o espaço onde se realiza com um maior ou menor grau de intensidade. Contudo se há actividades cuja influência social se esgota no próprio momento, não ultrapassando as fronteiras do tempo em que se concretiza, ou ainda outras em que essa visibilidade só se verifica integradas com outros conjuntos de actividades que as tornam visíveis; há muitas outras actividades cujo ascendente não se esgota no próprio tempo, projectando-se para além dele, tornando-se por isso em memórias que interessam preservar. São elementos do seu próprio futuro que carecem de legitimação.

O caso dos mercadores de letras integra-se nas características destas actividades sociais. Estes homens ou mulheres construíram projectos, realizaram sonhos, viveram emoções que não só se tornaram trajectórias de vidas pessoais, como também fundamentalmente projectaram uma

influência social sobre o tempo em que viveram e sobre os caminhos do futuro da sociedade em que se integravam. Um influência pode ser maior ou menor consoante o equilíbrio financeiro do seu negócio ou sobre o grau de consciência demonstrado sobre o exercício dessa sua actividade. Mas em qualquer dos casos foi sempre uma influência que se tornou visível pela produção de objectos: os livros.

Elevando os livros, ou mais propriamente uma série de livros, à categoria de fonte histórica, que elementos significativos podemos deles retirar para a compreensão da história cultural de um determinado tempo? Para além da sua composição física, o corpo do livro, demonstrativo das características tecnológicas e estéticas que marcam esse tempo, e componente por excelência das ciências documentais, onde de resto a história da cultura também vai recolher preciosos instrumentos de análise; é através dos conteúdos dos livros, ou de uma série de livros que recolhemos informações de maior pertinência para a compreensão de um universo cultural. O conteúdo de um livro enuncia um discurso. Um discurso é produzido num tempo e numa época. Uma série de livros torna-se desse modo num conjunto de discursos caracterizadores dos seus vários tempos. Do tempo do livro, do seu autor, da intemporalidade do discurso fixado pelo escritor; e do tempo dos seus leitores e das leituras sociais que sobre um livro se efectuam, contextualizadas por uma vivência social de que o editor é o mediador. A série de livros torna-se assim como que um discurso do editor sobre o tempo.

O discurso contido no livro é um processo de comunicação onde o autor fixa um conjunto articulado de ideias ou concepções. A edição desse livro transporta o discurso do seu autor para o público. Para o usufruto colectivo. É no consumo do livro pelo seu público que o livro adquire valor de influência social. No entanto a edição também projecta o discurso para um tempo posterior. A sua disponibilidade, no mercado livreiro ou na biblioteca, amplia a influência desse livro muito para além dos consumidores contemporâneos dessa edição, tornando o livro um processo de comunicação, teoricamente intemporal. Isto é, o discurso transposto num livro é uma marca de um tempo projectado para além do momento. A sua leitura e a sua releitura será sempre um acto de contemporaneidade. Se o autor fixa o texto, o leitor fá-lo reviver numa multiplicidade de interpretações e influências apenas limitadas pela criatividade humana.

O elemento que permite o funcionamento e a materialização dessa relação é a organização editorial, que efectua a materialização do livro, e o seu ou seus editores, que escolhem essa materialização, dentro de um conjunto de opções possíveis. Essa actividade social, constitui para a história cultural a marca da memória de um tempo. Saber o que é que determina uma edição e que elementos a sua análise permite revelar. Nesta perspectiva a publicação de um livro insere-se, por um lado, no interior das capacidades

organizacionais de uma editora, por outro lado no campo da consciência dos editores sobre o seu tempo, e ainda no interior dos circuitos culturais de uma dada sociedade ou grupo social.

Qualquer editora ou editor relaciona-se com o seu tempo, elegendo temas e pessoas do seu interesse, quer em função da valoração do conteúdo da mensagem, quer em função da valoração da perspectiva financeira que a sua previsível venda transporta.

Abordando neste sentido a vida editorial e a vida dos editores que personalizam essa editora sobressai naturalmente ainda um outro elemento de análise que transcende a unidade do livro, cuja edição marca uma determinada memória de um determinado tempo, constituído por uma série de livros. Ou seja, na grande maioria dos casos as edições de livros integram-se em colecções. O que é que estas séries de livros representam enquanto elemento caracterizador da memória de um tempo?

As colecções das editoras por um lado, tendencialmente uniformizam a edição de livros. Introduzem e reproduzem uma determinada tipologia de apresentação de um texto, formando não só a sua imagem física como também caracterizando alguns outros elementos, tais como acessibilidade social, custo de aquisição, universo de difusão etc. Mas numa outra perspectiva, a análise dos livros editados também transporta um significado de conjunto. Ou seja, a colecção de uma editora transporta, em maior ou em menor grau os elementos caracterizadores e concretizadores de um projecto editorial.

A colecção do editor permite nesta dimensão identificar as formas de influência social, em que de um lado, como os dados iniciais constantes no projecto de edição, se encontram as intenções de influência desejadas, e que na sua edição concretizada se encontra a respectiva capacidade de realização. Esta capacidade de concretização de uma editora, para além de envolver a sua capacidade financeira e organizacional, também transporta a capacidade, ou não de um determinado universo cultural, produzir ou encontrar para tradução, os textos necessários à concretização desse projecto. Dito por outras palavras, a colecção permite aferir a capacidade de concretização do ascendente de um grupo social, da produção de uma determinada visão do mundo. Em que medida estes elementos são também significativos como memória da cultura de um determinado tempo e de uma determinada comunidade ?

O mundo dos livros é um universo com alguma complexidade. Cada editor é marcado pelos elementos de referência do mundo em que vive, pela memória dos livros que conhece, pelo mercado que consome os livros que edita. É também um universo marcado pela emergência de uma cultura que se baseia na literacia . Isto é, na capacidade dos elementos de uma dada

comunidade em usufruírem dos conteúdos do livro. As sociedades contemporâneas transportam nos seus fundamentos a ideia da Educação como caminho ou percurso, para a assunção da plenitude do Homem . A literacia é um ritual iniciático da integração comunitária. O domínio da técnica da leitura, da contagem e da escrita, é na sua essência um acto cultural porque resulta de uma aprendizagem social. Ela é representada pela capacidade de utilizar o processo de comunicação da comunidade onde se insere, nas suas diversas dimensões e acompanha o futuro membro da comunidade para o resto da sua vida. Em maior ou menor grau, consoante o grau de especialização e complexidade da organização social foi um percurso se generaliza ao universo social no Iluminismo, que se transformou em bandeira das várias revoluções liberais, e que se tornou numa ideia global no pós-guerra através das Organizações Internacionais . Todos esses elementos tornam o livro também num objecto simbólico. Ou mais propriamente representam uma linha de continuidade entre a antiguidade e a modernidade do livro.

As dimensões dos editores e das editoras tornam-se assim também aspectos múltiplos da história da cultura. O editor e uma editora é também fruto do tempo em que vive e em que publica contendo os principais elementos de referência desse tempo e desse mercado. A sua influência não se exerce pela escrita dos livros, mas pela sua acção de multiplicação desses livros. O editor, nos tempos modernos, não tem que se submeter a nenhuma validação de competências por parte de nenhuma organização socioprofissional . É suposto dominar as ferramentas da leitura e conhecer as regras comerciais. Há parte disso as competências específicas para o exercício da sua actividade profissional são adquiridas pela prática profissional, pela experiência. Actualmente não tem que se submeter a qualquer prova pública ou exame social. O juízo do seu trabalho acaba por ser efectuado, na sua forma mais crua pelo mercado dos livros, ou na sua forma de produção de significados pela história da cultura, ou pela produção da memória legitimadora do valor social da edição.

No tempo deste nosso trabalho, situado no período do Estado Novo, o editor defrontava-se com um mecanismo de controlo suplementar : — O processo da censura. Ao contrário da imprensa, onde a censura prévia era obrigatória para a publicação, o livro não era sujeito ao visto prévio. Contudo a fiscalização policial fazia-se sentir após a publicação do livro, o que podia conduzir à sua retirada do mercado. Desse modo o editor não detinha uma liberdade de divulgar todos os livros. Era uma informação com a qual tinha que lidar, antes de decidir e arriscar uma edição. Era conhecido o mecanismo da censura. O que era normalmente censurado. Quem o fazia. As regras eram assim mais ou menos conhecidas das partes. O editor não era portanto livre de editar tudo: Para além do mercado existiam uma regulação imposta pela organização social e política, que impunha padrões de leitura e comportamento.

Existia uma margem que antecipadamente se sabia que jamais seria aceitável; por exemplo livros de conteúdo político contra o regime, ou de propaganda, divulgação ou defesa de outras formas de regime político, ou ainda de conteúdos considerados contra a moral e os bons costumes, tal como eram entendidos pela oligarquia social e da igreja. Havia autores que seriam recusados à partida, assim como que havia temas que também o seriam. Como em todas as actividades existia também uma zona cinzenta, uma zona onde se desfiava a ordem estabelecida e a argúcia intelectual dos censores. A ultrapassagem dos limites da censura tornava-se assim um importante estímulo para os editores, e em especial dos editores que em termos de intervenção social se posicionavam contra a lógica de organização política do regime.

É nessa leitura da edição que pretendemos verificar as formas de influência social do editor. O que lhe permite influenciar a comunidade em que o editor e a editora se inserem é a sua capacidade de editar os livros. E é através dessa edição que o fólio acaba por materializar a influência de forma consistente de um pensamento ou de uma informação. É através da edição que as ideias se perpetuam. É através do fólio que parte da memória da humanidade melhor se conserva. Nesse sentido o livros transforma-se numa espécie de arquitectura do conhecimento humano, e os editores nos seus engenheiros. O papel transforma-se numa matéria prima onde se perpetuam as ideias nas suas forma mais elaboradas e mais abstractas.

De todas as formas usadas até há uma vintena de anos para conservar o conhecimento humano, o livro foi a mais durável . Quinhentos anos de história após Guntemberg , mantiveram-lhe inalterada a forma, mas expandiram a sua circulação. O pensamento humano, fixado em livro pode-se reproduzir infinitamente. Pode-se conservar na forma para sempre, variando apenas os olhos de quem o lê, as sensações de quem o usufrui. As outras formas de fixação em papel são todas mais efémeras. O jornal é usado para o quotidiano, raramente ultrapassa a semana, o panfleto é consumido num relance do olhar. As outras formas de comunicação, já contemporâneas do nosso século, como por exemplo a rádio e televisão na prática quase que se esgotam-se no próprio momento em que são consumidos. É certo que todas elas também podem ser conservadas ou reproduzidas. É certo que todas elas tem também os seus cultores e as suas memórias.

Mas o livro é, para a memória das nossas culturas, o veiculo por excelência da formação do nosso saber. Não é certamente por acaso que a sacralização do saber, executada pelas nossas academias, acaba por ser demonstração da nossa capacidade de produzir e escrever um livro, onde as ideias sejam apresentadas de forma articulada e ordenada, permitindo que através dele se gere um processo de comunicação, em que o iniciado demonstre ao conjunto dos mestres a capacidade de reproduzir o discurso.

O livro é um objecto que se conserva em casa guardado numa estante. Enquanto objecto de decoração dá estatuto social. Como objecto de trabalho é riscado, suado, copiado. Como objecto de objecto de lazer viaja num bolso ou numa mala veraneante. Há casas que o vendem, antigo ou novo. Há locais onde se alugam e há locais onde simplesmente estão lá para quem os queira ver. Estão nas escolas. Guardam-se, tratam-se e conservam-se como objecto de estimação. Emprestam-se aos amigos com recomendações expressas de devolução. Há quem os ame e quem os odeie. Há quem não consiga viver sem eles e há quem os despreze e deles tenha medo.

Indiferente ao que se passa há sua volta, o pensamento fixado nas letras de um livro torna-se intemporal. Está sempre lá à espera de ser descoberto. Um livro envelhecido, corroído pela humidade e pelo bicho esquecido num qualquer canto sombrio pode, de um momento para o outro reviver, reproduzir-se. É esta magia que o livro encerra enquanto veiculo de informação e ciência. É esta influência que o mercador vai mediar ao escolher um objecto, que é simultaneamente de valor de troca e de valor de uso.

Os mercadores de letras, editores ou livreiros, são figuras cruciais na determinação desse processo de valoração do livro e por arrastamento da construção do seu valor social expresso em termos de influência social. São eles que escolhem o que se publica, são eles que decidem como se publica e como se vende. Raramente são eles mesmo os produtores das letras impressa. Pelo próprio conteúdo profissional tem que ser consumidores. A sua intuição e conhecimento sobre o mundo que os rodeia, ou em sua substituição dos seus colaboradores, são fundamentais para o seu consumo. Para além desse momento, os livros que ultrapassam a temporalidade do negocio do livro entram no circuito intemporal das disponibilidades, quer residam em casas particulares quer em bibliotecas públicas, quer no mercado dos usados.

O sucesso do editor ou livreiro, com base no seu conhecimento profissional, mesmo que intuitivo ou experiencial, está na base das suas vendas. Um livro que vende bem, em princípio, é meio caminho andado para outros livros. O ciclo aumenta ou retrai-se consoante o consumo. Uns atingem esse patamar de sucesso. Outros claudicam e são substituídos. O sucesso de uma editora ou de uma livraria determina o grau da sua influência social por um lado e a sua capacidade criar uma posição ascendente no mercado através da multiplicação do património bibliográfico.

É nesta ambivalência entre editores e livreiros e das suas organizações que se situam numa encruzilhada entre a cultura e o mercado que construímos este nosso trabalho. É um trabalho que se insere no âmbito de uma história da cultura no interior de um tema que nos últimos anos tem registado um

volume considerável de investigações. A história do livro e da leitura tem suscitado os interesses das mais diversas disciplinas e dos mais diversos investigadores . Trata-se não só de uma tendência determinada pela moda, como é também uma necessidade de legitimação de uma cultura fundada na escrita. A nossa cultura, a nossa visão do mundo, a nossa identidade, a nossa forma de fixar o determinante e de perpetuar o fundamental.

Como todos sabemos desde o banco da escola primária, exactamente nesse mesmo local onde o Estado impõe a aprendizagem do ABC como ritual de iniciação ao mundo que se aprendeu a noção de que a história começa com a escrita. Ainda que nos últimos trinta anos essa ideia tenha sido rebatida e enriquecida com outras metodologias, com novas fontes, o que de entre muitas outras abordagens permitiu reconstruir a "história dos povos sem história", a notação escrita e a leitura continuam a constituir a maior celebração litúrgica da socialização do saber e do conhecimento que legitimam as sociedades contemporâneas.

A sensação de ameaça aos fundamentos culturais de uma ordem societária fundamentada na bibliofilia com as invasões dos poderosos meios de comunicação que agora atingem o livro no centro da sua própria forma, leva-nos a redescobrir e a valorizar o objecto amado. A era digital não está a tornar o folio obsoleto mas sim a torna-lo objecto de um culto por parte daqueles que melhor se identificam com uma forma de estar, de ser e de fazer.

O livro como memória de uma cultura torna-se nesta perspectiva o guia ideogénico dessa mesma cultura. Não necessariamente e exclusivamente no seu sentido singular (um determinado título), da sua tecnologia (a arte negra), mas fundamentalmente de um processo de comunicação e de influência social numa perspectiva do conjunto de títulos publicados (quer seja colecção quer seja um catálogo editorial).

Eis pois o caminho por nós definido para este trabalho. O que pretendemos desenvolver ao longo das próximas linhas é a resposta a esta questão. De que modo e como é que um editor e a sua editora influência a sociedade e o seu tempo? Não se trata de um trabalho original na sua metodologia na medida em que outros autores já investigaram no mesmo domínio.

Há no entanto algumas diferenças que aqui merece destacar. Em primeiro lugar e na medida em que o tempo deste nosso trabalho foi balizado durante o regime político do Estado Novo, é possível proceder a entrevistas com editores, com livreiros ou com pessoas que participaram nos processos editoriais. Nuns casos alguns dos actores dos processos ainda estão vivos e tem memória, noutros casos aqueles que com eles conviveram ou trabalharam também tem memória. Torna-se assim possível conjugar a metodologia da história oral (com base na entrevista), com a análise de

fontes impressas constituídas pelos catálogos e naturalmente a análise do próprio objecto impresso — o livro publicado em todas as suas dimensões.

Daqui se constitui o corpo principal da nossa investigação que identificou dois editores e duas editoras, representativos de um universo editorial, a partir dos quais se procedeu à análise das histórias de vida e da sua relação com os processos da reconstituição da memória editorial. Esse trabalho, efectuado com base na entrevista foi validado posteriormente pela análise das fontes escritas, ou seja catálogos de publicações e as obras impressas propriamente ditas.

Uma outra diferença resulta da nossa abordagem do processo de produção e distribuição do livros, naquilo a que se poderia considerar como uma economia e uma geografia do livro. Se em relação ao processo de produção, distribuição, e valoração económica do bem pouco se tem investigado no presente, muito menos se conhece o seu passado recente. No que respeita a forma de difusão dos livros pelos territórios da leitura também tem sido muito escasso o trabalho efectuado. Aqui optamos por analisar, ainda que de modo sumário os locais de circulação e consumo do livro: A livraria e a biblioteca publica e privada. A metodologia usada é semelhante, partindo da entrevista a pessoas com proximidade profissional e temporal ao objecto de análise, e posterior confrontação com fontes escritas.

A baliza de referência cronológica que escolhemos é também um elemento crucial para a metodologia escolhida. Os trabalhos de história sobre o Estado Novo tem sido uma área de investigação com um considerável volume de contributos nos últimos anos. Neste nosso trabalho ressalta como elemento de maior significado o ambiente cultural que o regime político cria, naquilo a que se poderia chamar "a política do espírito" . O Estado Novo enquanto regime político, transportou para o plano cultural uma especificidade que o individualiza como unidade temática. Neste domínio impunha-se uma opção: Ou trabalhávamos o editor e as editoras sem atender ao seu posicionamento relativo à política de Estado, ou a considerávamos como elemento relevante. Escolhemos esta última situação. Ainda no interior dessa opção poderíamos escolher entre editoras mais próximas da política do regime, ou escolhíamos editoras menos tributárias dessa "linha oficial". Também aqui optamos por considerar como campo de investigação apenas uma das hipóteses. O trabalho que efectuamos apenas abrange editores e editoras que se posicionavam no interior dos círculos opocionistas. A razão desta escolha, para além da necessidade de limitar o universo de investigação é também de natureza analítica.

Vulgarizou-se a ideia de que o regime do Estado Novo como um regime "obscurantista" . Tratava-se de um regime que impunha uma política que

impedia aos editores a livre publicação de títulos, a livre circulação de livros bem como a livre escrita. O organismo estatal conhecido como a "Censura" era a entidade estatal que mediava o eventual desvio entre os denominados "interesses da moral e da nacionalidade" e os conteúdos das edições publicadas pelos dos mercadores de letras. Ao contrário da imprensa, a censura sobre os livros era exercida posteriormente à sua publicação. A missão censória foi então definida como necessária para a manutenção de uma ordem nacional de pensamento, opinião, de usos e costumes.

O posicionamento contra essa política por parte dos editores e livreiros conduzia às mais diversas estratégias de dissimulação das formas de publicação. Se por um lado não existem ainda trabalhos académicos que analisem com o devido detalhe a real influência da "Censura" no panorama editorial português, e aqui não temos possibilidade de o efectuar, por outro lado ele não pode deixar de ser referenciado na medida em que nas entrevistas efectuadas nos surgiram importantes informações sobre manobras de diversão e torneamento do controle censório, e que não podíamos deixar de analisar.

A abordagem que efectuamos ao regime do Estado Novo é uma abordagem cultural. Nesse sentido o conceito de Estado Novo envolve a reconstrução de uma memória que busca na "essência portuguesa" os fundamentos de um modelo de organização social. Como João Medina refere na sua análise da "Lição de Salazar", a construção de uma visão de um Portugal ordenado pelos valores da ruralidade e subordinado à obediência a Deus, à Pátria e à Família configura uma perspectiva, mais do que anacrónica, de fuga. É uma recusa da modernidade, da técnica e da turbulência de um mundo em acelerado processo de convulsão. A imagem da ordem portuguesa inventada pelo regime funda-se numa reconstrução de valores de uma falsa tradicionalidade que converte numa doutrina de propaganda do Estado e da Nação e que legitima a sua própria memória dotando-a de uma identidade social. A esta visão de Portugal, estável, equilibrada, neo-romântica contrapunha-se uma outra visão do mundo, uma visão dinâmica, aberta à modernidade, à tecnologia à circulação de bens de consumo, de pessoas e de ideias. Uma visão que pretendia uma sociedade fundada nos valores da liberdade e da democracia. Essa visão fundamenta uma outra identidade legitimada pelo Humanismo

No caso dos editores e demais habitantes do "universo dos livros", esta contradição também se fazia sentir. A elite dos intelectuais da oposição, na esteira da tradição liberal, cultivava o gosto pelo livro como ferramenta de construção de um "novo mundo". Era simultaneamente um objecto pedagógico e uma arma de combate político. O livro era um espaço de projecção do futuro, uma janela aberta no tempo para a reflexão e a contemplação sobre o espírito humano. Esta perspectiva do livro como acção social contrapunha-se claramente à visão do livro como divulgador da

tradição, cultivada pelas editoras com uma proximidade ao regime cuja abrangência se quedava maioritariamente pelo movimento literário romântico . É nesta ambivalência entre o tempo passado, tornado ordem pelo regime, e o tempo futuro, tornado desejo pela razão crítica da oposição que se situa uma das clivagens fundamentais das políticas editoriais. É também por esse motivo que optámos por uma análise das políticas editoriais de editora mais próximas da oposição, na premissa não só da sua modernidade como também para tentar analisar de forma mais clara a sua influência social através da divulgação cultural, aqui considerada a forma de edição que mais influência o leitor. A divulgação cultural é normalmente um texto de síntese, com dimensão reduzida e a preço modesto. A sua circulação ultrapassa os círculos da erudição, sendo usado na escola, na universidade, no tempo livre. Essa característica do livro de divulgação cultural torna a sua leitura fácil e rápida. Dependendo do valor e da apresentação das ideias um livro desta natureza é também facilmente entendido.

A metodologia usada que, como acima referimos, resulta do cruzamento da análise das fontes orais disponíveis com fontes impressas. A prática desta metodologia impôs limites ao número de editoras a analisar. A realização de uma entrevista é um trabalho moroso que exige a negociação de disponibilidades. Alguns editores, atarefados com questões relativas ao presente, e, se bem que se sintam reconhecidos pela história deles se lembrar, nem sempre dispõem da totalidade do tempo necessário para a entrevista. Por outro lado uma editora é também um mundo. Colaboradores, tertúlias, episódios rocambolescos sucedem-se ao longo dos tempos, recordados com satisfação pela memória, mas que se tornam necessários de validar e aprofundar por outras fontes, para distinguir significados e interpretar influências. É uma actividade que se vai tornando gradualmente mais complexa. A mobilidade de pessoas entre editoras foi frequente. Atrás de cada indivíduo surgem mais personagens, uns desaparecidos, outros ainda activos. A rede de todas essas relações demora a ser reconstruída, impondo a necessidade de, a certa altura, parar a recolha de informação e trabalhar a que se conseguiu reunir.

A história oral tem algumas características que a tornam uma interessante metodologia mas com um grau de dificuldade na aplicação relativamente elevado. Uma entrevista é um acto de sociabilidade, um momento de relação interpessoal. O historiador não está isolado num gabinete com as suas fontes, dispondo e gerindo o tempo de análise. O historiador está acompanhado com alguém que lhe narra uma abordagem particular da história. Essa visão é uma visão pessoal de um determinado momento, fragmentos do tempo fixados pela memória do narrador e que transportam um significado pessoal e um significado colectivo. A memória individual molda o tempo vivido às suas necessidades. A memória é sucessivamente reconstruída em função das leituras do presente. Esta distorção da visão

temporal é um obstáculo permanente na história oral a que se junta a atribuição de significados pessoais a factos cuja relevância cultural é relativa.

Este confronto permanente entre o indivíduo e o social é um dos desafios mais aliciantes do entrevistador. Não se trata tão somente do problema da validação da informação, aspecto fulcral nesta metodologia. É a própria construção do sentido temporal pelos sujeitos que nelas está contida e que está presente a cada momento da conversa e que depende de múltiplas variáveis não controláveis pelo entrevistador, tais como a percepção de proximidade cultural entre ambos, a percepção das características culturais e natureza das informações detidas pelo entrevistador, o grau de confiança e credibilidade atribuídos por cada um ao outro, os processos de empatia gerados nesse relação, o tempo disponível, o local da entrevista, e tantos outro elementos não controláveis directamente pelo entrevistador.

Por exemplo, um narrador de um evento aborda-o no interior da perspectiva de participante. Narra-o a partir de informações de que era portador na época em que os viveu, racionaliza-os posteriormente com dados provenientes de conversas, leituras ou outras informações. A construção do seu significado resulta de um acumular de informações e opiniões. Essa visão interna do evento contém um elemento de valor para a história, não só pela construção do testemunho da época como também pela evolução da perspectiva desse testemunho, que muitas vezes já não é resultado de uma participação individual, mas sim de uma apropriação colectiva de uma memória e que é socialmente partilhada pelo grupo de pertença do entrevistado.

A preparação da entrevista torna-se assim um factor determinante para a sua eficácia. A recolha da informação disponível sobre o assunto que se vai abordar e sobre a pessoa que se vai entrevistar são os primeiros elementos do trabalho de preparação. A construção de um guião é o passo seguinte. O guião é construído a partir de um conjunto de questões ordenadas de forma lógica e sistemática com o objectivo de esclarecer as opiniões e formas de participação do entrevistado num determinado contexto. A utilidade do guião é tripla. Se por um lado permite conduzir a conversa para as questões pertinentes, por outro lado funciona como "lista de conferência" das questões abordadas, e finalmente permite a fixação prévia de informação sintética sobre um qualquer assunto de forma a eliminar alguns dos riscos que resultam de um memorização de eventos.

A construção do questionário deve também obedecer a alguns critérios de racionalidade. É conveniente separar as questões por grandes áreas temáticas, de forma a delimitar os campos e os momentos das informação. No nosso caso construímos quatro grandes áreas de interrogação, a saber: a) dados pessoais e história de vida ligada ao livro, b) dados sobre a editora

e sobre o processo de edição utilizado, c) relação da editora com a sociedade e percepção da influência na sociedade, e finalmente d) a modernidade do livro nas sociedades contemporâneas. Nem todos os assuntos abordados são pertinentes para a construção do corpo central da investigação, mas foram considerados pertinentes para validação de respostas noutras áreas.

A formulação das questões propriamente ditas foi efectuada através de questões abertas. A intenção foi levar o entrevistado a falar de forma exaustiva sobre o assunto. Essa metodologia permite, depois de criado um grau de confiança interpessoal, ultrapassar o formalismo da pergunta seguida de resposta, criando situações de diálogo, em que o entrevistado conversa com o interlocutor de forma coloquial. O desenvolvimento do diálogo dessa forma permite que a propósito de uma questão que não foi suficientemente esclarecida, voltar posteriormente a ela ou a conduzir o diálogo para informações pertinentes. Pode também servir durante a entrevista para reconstruir o formulário do guião abordando determinados assuntos de ordem diferente da prevista, deixando a abordagem de outros por percepção de impertinência ou mesmo introduzir novas questões. Deliberadamente, e dentro dos limites controláveis, evitou-se sempre situações conflituais. Por norma, a fuga a uma questão, ou uma resposta não esclarecedora, conduzia apenas a uma reformulação. Se a situação se voltasse a verificar, o assunto era abandonado. Nesse aspecto considerou-se preferível conduzir as entrevistas para o diálogo aberto, contornando as situações conflituais.

É uma metodologia que não está isenta de riscos. Por um lado desenvolve-se um processo de participação pessoal do entrevistador na própria entrevista, o que pode conduzir a uma influência do participante no processo de reconstrução da memória. Por outro lado se todos os indivíduos gostam de se valorar a si mesmos e ao seu trabalho, também tendem, por outro lado, a perceber o que é que o seu interlocutor pretende ouvir. Ou seja, no caso do nosso trabalho logo nos contactos iniciais se fez questão que ficasse claro que estávamos a desenvolver uma investigação académica, e que todas as informações prestadas se destinavam a esse fim. Não é pois de estranhar que o entrevistado construa o seu próprio filtro de análise do que quer que seja a sua memória, e que durante o processo de entrevista se aperceba de forma mais detalhada das intenções da investigação, desenvolvendo ainda mais esse processo.

Todos os indivíduos, em maior ou menor grau dispõem de instrumentos de análise que interpretam as atitudes de outrem. Numa negociação, essa análise intuitiva será um factor determinante na percepção das possibilidades numa qualquer relação comercial. Com a experiência, a capacidade de intuição das intenções do outro tende a tornar-se mais apurado e mais rico. Este é sem dúvida o caso das nossas entrevistas,

constituídos por homens que na maioria dos casos não só já percorreram um longo caminho na vida, não raro com momentos de fortes envolvimentos na participação social, como também, profissionalmente exercem uma profissão em que a intuição e a percepção são uma das suas ferramentas de trabalho indispensáveis. Este risco, da minha amostra falar sobre aquilo que eu quero ouvir, está pois presente no nosso trabalho, o que torna ainda mais pertinente o trabalho de validação.

O historiador, para validar a informação obtida por uma fonte oral deve-a confrontar sistematicamente com outras fontes, orais o não. Essa actividade é inultrapassável durante o tempo da entrevista. Despojado das cronologias, das enciclopédias, das fichas temáticas e das biografias, o historiador tem que aguardar o trabalho de gabinete para detalhar com minúcia a informação e confrontá-la com outros registos, e, por vezes, voltar à conversa com a sua fonte. O registo da entrevista revela-se aqui um elemento da maior importância. É ele que permite reconstruir com fiabilidade o pensamento expresso pelo entrevistado, base de qualquer confrontação que valide as informações obtidas. Na impossibilidade de confrontação com outras fontes, a expressão do pensamento ou a informação vale em si mesma como atribuição de um sujeito num determinado contexto. É uma fase morosa e delicada do trabalho das fontes orais. É a partir dessa análise de fonte que se pode passar à construção do texto integrador das questões na problemática da investigação. É nessa interpretação que surge o trabalho da história, evitando que o texto seja uma mera reprodução de uma conversa, transformando-o num objecto de interesse para a investigação.

Outro aspecto que exige o maior cuidado nas informações obtidas a partir da oralidade é relativa ao processo de datação. É frequente a confusão de datas em que os acontecimentos se passaram, de pessoas e de situações. Mais uma vez a memória revela-se como um depositário falível da situação cronológica exacta do tempo do evento. Torna-se pois indispensável complementar a leitura analítica com outro tipo de fontes de forma a validar a informação. O risco de não se acautelar a validação da informação obtida é a reprodução do erro dos outros, e, em caso do trabalho efectuado merecer a qualificação académica, transformar um equívoco em facto histórico, ainda que provisoriamente sustentado .

No caso do nosso trabalho utilizamos diversos processo de validação. Quando um editor referia uma data de uma edição, tivemos a preocupação de verificar a respectiva data na edição (se nele estava impressa), num catálogo, ou por qualquer outra forma de divulgação que a obra tivesse (por exemplo, os livros de uma colecção contêm habitualmente os livros já publicados, o que permite saber o que foi publicado antes da edição dum livro), anúncios de jornal ou anuários da especialidade. Quando se refere a acontecimentos públicos ou a personagens públicas, é sempre possível

consultar os jornais da época, uma boa cronologia ou enciclopédia. Em suma, do ponto de vista metodológico uma das nossas principais preocupações foi defendermos o nosso trabalhos da "sedução da palavra" e procurarmos a "essência das palavras".

Apesar de o universo dos editores e editoras portuguesas ser de reduzida dimensão, e na ausência de trabalhos monográficos sistemáticos sobre as editoras, optámos por trabalhar sobre dois casos representativos. Aprofundámos dessa forma a análise de duas editoras, procurando esclarecer os modos de convergência e de divergência entre si, não nos esquecendo que outras editoras também existiam no mercado livreiro. A utilização de estudos de caso pareceu-nos o modo mais adequado de atingir o objectivo traçado.

Os dois casos analisados, as Edições Cosmos e as Publicações Europa-América são duas editoras que marcaram o panorama editorial português de divulgação cultural. Têm em comum terem iniciado a sua actividade de divulgação cultural numa mesma época, dos seus editores terem sido contemporâneos e afiliados nos meios oposicionistas. Tiveram contudo políticas editoriais diferentes e diferentes influências no mercado do livro. A metodologia desenvolvida, como acima referiu consistiu na entrevista a dois editores. No Caso das Edições Cosmos, o editor já faleceu e usamos uma entrevista efectuada antes da sua morte, que à frente referiremos as suas circunstâncias, completando o trabalho com entrevistas a familiares sobre a memória do editor. No caso das Publicações Europa-América foi efectuada entrevista ao próprio fundador e editor.

Complementarmente à entrevista é efectuada uma análise dos catálogos disponíveis das duas casas editoras. A análise do catálogo é efectuada a partir da reconstituição das colecções, procurando identificar os autores, títulos, datas da 1ª edição, tradutores, características físicas do livro, preço de venda, tradutores e local de impressão. Complementarmente à análise do catálogo foi efectuada uma análise selectiva aos títulos mais significativos. No âmbito dos livros analisado foi ainda procurada informação complementar sobre a actividade da editora contida no interior das obras. Os dois casos são abordados individualmente e constituem os dois primeiros capítulos deste trabalho.

A estrutura desses dois primeiros capítulos é semelhante. Inicia-se com a reconstrução biográfica da vida do editor, executada com o objectivo de compreender a pertinência da sua "história de vida" na direcção editorial que imprime à editora e à construção do respectivo catálogo. Segue-se-lhe a reconstituição do catálogo. No caso das Edições Cosmos é executada por inteiro, até ao desaparecimento da influência do editor na actividade editorial. No caso das Publicações Europa-América, optou-se pela reconstituição parcial das colecções mais significativas em relação ao

período abordado. A razão dessa metodologia de abordagem prende-se essencialmente com a diferença de dimensão do catálogo entre ambas as editoras, resultado da sua história, não só durante o período do Estado Novo, como sobretudo nos últimos 20 anos: As edições Cosmos publicaram 285 títulos entre 1935 e 1992, conquanto o catálogo da Europa-América em 1996 regista 3.896 títulos, referentes a um período de tempo que se inicia em 1949. Em ambos os casos detalhamos de forma mais sistemática as obras de divulgação cultural editadas durante o período do Estado Novo. No entanto não consideramos esse período numa perspectiva rígida, já que quer o editor, quer o respectivo projecto editorial, e em particular algumas colecções de divulgação cultural, como adiante veremos, adaptam-se ao correr dos tempos e continuaram para além do regime político. Interessava-nos particularmente apurar em que medida as obras que se editam posteriormente são uma continuidade do projecto anterior. Em terceiro lugar procurou-se detalhar a presença da divulgação da história no âmbito das colecções das editoras. É uma escolha temática arbitrária, que resulta de um melhor conhecimento de autores e de títulos, e executada com o objectivo de procurar detectar a influência social da editora na construção da memória coletiva

No terceiro e último capítulo ensaia-se, a partir das informações recolhidas, uma síntese provisória sobre a evolução da actividade editorial de divulgação cultural. Procuramos, a partir dos dados disponíveis equacionar a actividade dos dois casos tratados no contexto de outras editoras de divulgação cultural. A metodologia adoptada foi semelhante, efectuando-se entrevistas a editores, cruzadas com análises de catálogos. Tentámos criar um quadro de referência para a análise da evolução da edição de divulgação cultural durante o regime do Estado Novo. Não procurámos esgotar o universo das editoras nem dos seus catálogos, optando por analisar as que nos surgiram como sendo as mais significativas no contexto da influência social da oposição democrática.

Um outro aspecto que procurámos compreender, no âmbito do processo de evolução da divulgação cultural foi a forma de construção do livro pela editora e a sua integração no mercado editorial, enquanto objecto dotado de um valor económico e de um valor simbólico. O valor do livro, quer como mercadoria quer como símbolo surge-nos como um elemento crucial para a compreensão dos processos de resistência da oposição democrática durante este período. A construção do valor do livro pelo livreiro é uma condição necessária para a sua reprodução, sem a qual qualquer escrito não assume a sua vocação social.

A partir desses dados tentámos compreender os processos de adaptação da edição de divulgação cultural aos sintomas de desagregação do Estado Novo. O objectivo desse esforço foi o de compreender os mecanismos inerentes à dinâmica de adaptação da divulgação cultural as alterações

sociais e culturais portuguesas. Finalmente e como complemento do processo de produção do livro procurámos uma abordagem do consumo do livro de divulgação cultural. Sem termos a preocupação de desenvolver uma investigação específica neste âmbito analisámos a presença do livro de divulgação cultural em bibliotecas, na tentativa de estabelecer quer os processos de circulação do livro, quer das formas de influência social atingidas pela edição.

No último capítulo referem-se as principais conclusões alcançadas. Em anexo apresentam-se ainda as listagens das colecções analisadas, organizadas por editoras, colecções, autores e respectivos títulos. O objectivo deste anexo, elaborado como instrumento auxiliar da investigação, destina-se a permitir uma leitura integradora do universo da divulgação cultural e dos seus objectos temáticos inseridos numa perspectiva diacrónica. Por outro lado a listagem dos autores intervenientes na actividade de divulgação cultural, em particular dos autores de expressão portuguesa, permite efectuar uma leitura sincrónica da participação dos intelectuais nas várias editoras tratadas.

Expressamos os nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste trabalho, em particular aos editores Francisco Lyon de Castro, Rogério de Moura, Carlos Araújo e Mário Reis, aos familiares de Manuel Rodrigues de Oliveira. A Ricardo Machaqueiro e Rui Zink agradecemos as oportunas sugestões e comentários. A Eduardo Pereira Leite, à Salomé e à Leonor as horas de paciência. A João Medina uma palavra final de consideração e estima.

Capitulo 2 – As universidades da Cosmos

As Edições Cosmos de Manuel Rodrigues de Oliveira (1938-1992)

Foi numa tarde de Sábado que nos deslocámos a S. João do Estoril à residência de Francisco Rodrigues de Oliveira , único filho do falecido Manuel Rodrigues de Oliveira., "o homem da Cosmos", como foi retratado pelo jornalismo por ocasião do seu óbito . A vivenda Éolo , local onde se conserva o espólio pessoal do editor, e que durante várias décadas foi residência do editor, é um local resguardado nas margens da vila de S. João do Estoril, isolado de um dos lados pela linha do comboio, tendo sobrevivido aos camartelos e à fúria imobiliária das últimas décadas que transformou uma pacata povoação de veraneio em subúrbios residenciais da grande metrópole de Lisboa. É uma daquelas vivendas rodeada de palmeiras (*palmaeae canariensis*) e de paredes cobertas de hera. Testemunha de um tempo passado e testemunha de um homem que fez da sua vida um culto ao livro e à arte de imprimir as ideias.

Na sua juventude, enquanto alguns se lançavam eufóricos no culto da epopeia lusíada, transfigurada em afirmação nacionalista, Manuel Rodrigues, a forma de como gostava de ser nomeado pelos amigos, dedicou-se ao culto da "arte negra". Acreditou que através do verbo os seus semelhantes cultivariam a mente, fonte do humanismo. Dele brotariam as ideias que com as ferramentas dada pelos livros se transformariam em acções empreendedoras do culto da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Sonhou com a transformação das vidas dos homens através da publicação do livro. Sonhou com a génese de um mundo melhor, mais justo, feito de homens íntegros, livres e iguais. Acabou por tocar, indelevelmente através dos livros que editou, em algumas almas.

Manuel Rodrigues ordenou o seu mundo e os livros que editou no âmbito da sua maneira de ser e de estar. Por exemplo a impressão das cores do arco-íris na lombada de algumas das suas colecções de divulgação cultural é uma ordenação simbólica do saber. Todo o conhecimento provem da mesma fonte. Cada ramo do saber é uma forma de abordagem da totalidade, numa alegoria ao universo que o próprio termo Cosmos transporta.

Cosmos significa o Universo ou o Mundo. O mundo é aquilo que é cognoscível. Rodrigues de Oliveira pega na sua editora e coloca-a ao serviço de um caminho para um novo Mundo, ou pelo menos numa esperança de um outro mundo. De um mundo sem injustiças e só de homens livres. Um mundo em que a ciência é feita pelo homem, para ajudar o homem a tornar-se senhor dos seus destinos, sem grilhetas e sem amarras. Foi essa crença no homem que norteou os rumos da sua vida editorial. Essa visão missionária de que o homem se constrói a si mesmo é um elemento fundamental para compreender os rumos da editora, que pela sua mão se

transforma numa escola enciclopédica do conhecimento e num dos projectos mais interessantes da vida editorial portuguesa do século XX.

Durante a administração de Manuel Rodrigues de Oliveira as Edições Cosmos publicam, comparativamente com outras editoras suas contemporâneas, poucos livros. Mas os livros que publica tornar-se-ão uma referência na vida editorial portuguesa do nosso século e influenciarão de forma decisiva a acessibilidade dos leitores portugueses à renovação do pensamento historiográfico. Todos os textos publicados no período de 1938 até ao início da década de noventa serão textos aprimorados, quer do ponto de vista do texto, quer do ponto de vista gráfico. Qualidade de impressão que varia de acordo com o tipo de edição e com o público destinatário, mas todas elas profundamente íntegras enquanto obras editoriais.

2.1. O Homem da Cosmos

Manuel Rodrigues de Oliveira Nasceu em Lisboa a 23 de Março de 1911. A família havia acabado de chegar de Constança, no Ribatejo, e instalara-se provisoriamente em casa de uma irmã do pai e onde viviam as primas Virgínia, Maria José e Fernanda. Habitavam então a Rua da Condessa na freguesia do Sacramento, na cidade de Lisboa. Como qualquer migrante à procura de melhor sustento para a sua família, o pai Francisco Rodrigues de Oliveira e a mãe Maria Cândida Brás de Oliveira, haviam rumado à capital recém republicana, e instalaram-se em casa de familiares enquanto ordenavam a sua nova vida. Na família existiam já dois irmãos: a Alice com sete anos e o João com quatro. A quarta irmã Ilda, com a qual se completará a prole, nascerá em 1914, já em casa própria na Rua do Diário de Notícias.

Na memória familiar ficaram marcados a figura patriarcal do editor. Na sala da sua antiga casa, reformulada pela modernidade do gosto do filho Francisco, que depois de ter tido uma fugaz passagem pela Edições Cosmos se dedicou às actividades de Serviços de "decoreação", essas marcas ainda estão presentes. A nova ordenação do espaço manteve uma ligação com a memória. O busto de Rodrigues de Oliveira da autoria do escultor Martins Correia , olha o visitante sobre um nicho da lareira. Ao lado, numa estante embutida numa parede, os livros que editou. É o retrato do homem e da sua obra.

O filho Francisco recebe gentilmente aqueles que procuram, de quando em vez, as memórias do seu pai. Ordenou e conservou o seu espólio . Os papéis amarelados pelo tempo, testemunho da vida de um homem guardam a memória da sua obra, das suas emoções, dos seus impulsos. São como que as pedras individuais que constituem parte dessa grande pedra que forma a catedral da nova Jerusalém.

A vida dos Rodrigues de Oliveira estabelece-se desde 1915 no então bairro em expansão de Campo de Ourique, na Rua 4 de Infantaria. O pai, marceneiro de profissão e republicano de convicção, encontra emprego numa oficina de carpintaria, frequenta o Centro Republicano de Campo de Ourique e matriculou-se no curso nocturno da Escola Machado de Castro que concluiu. "Era um homem recto e lutador" diz Ilda de Oliveira.

Francisco, pai, será preso por conspiração, durante o consulado de Sidónio Pais em 1918 e encarcerado no forte de S. Julião da Barra. A família recebe ordem de despejo da casa onde vivia. Depois da libertação do pai a família muda-se para o número 159 da Rua Ferreira Borges, no mesmo Bairro de Campo de Ourique, onde ainda hoje vive a irmã Ilda, única sobrevivente dos irmãos Oliveira. É nessa casa que Manuel se tornará adulto. Como qualquer jovem nessa época joga no CACO (Clube Atlético de Campo de Ourique) e no Sporting Clube de Portugal, repartindo o seu tempo entre brincadeiras de adolescente, desporto e namoricos.

Estuda no liceu de Passos Manuel em Lisboa teve como professor o José Lopes D'Oliveira : "o pai Lopes" como era conhecido entre os alunos, que com a "sua sobriedade e verticalidade influenciou bastante o jovem Manuel ." Mais tarde uma das suas primeiras iniciativas como editor será a publicação das suas memórias Rema Sempre (OLIVEIRA, 1940).

O interesse de Manuel pelas letras cedo se revelou. A irmã Ilda recorda-se que o irmão mais uns amigos "muito chegados uns aos outros tinham uma equipa de Futebol e um jornal. Aos doze anos já ele ia comprar letras para compor em carimbos para depois fazer o jornal". Esse jornal circulava entre os jovens futebolistas, onde, por exemplo pontuava entre outros o Manuel da Fonseca , e o Cândido de Oliveira . Esse gosto pela letra impressa conduziram-no em 1928 à entrada em O Século, onde em conjunto com Cândido de Oliveira efectuava reportagens. Cândido faz o futebol, Manuel fica com as outras actividades desportivas: os chamados "desportos pobres". Os laços de cumplicidade entre Manuel e Cândido alargaram-se ao campo político, onde ambos viriam a sofrer a perseguição dos esbirros de Salazar. Mais tarde, durante a prisão de Manuel, Cândido enviará regularmente ao seu amigo uma contribuição financeira que lhe atenuará a dureza dos "curros" do Estado Novo.

Nessa Lisboa do final dos anos vinte nos meios operários, e em particular no sector dos gráficos, acentuava-se a agitação revolucionária. O Partido Comunista organizado pela direcção do operário arsenalista Bento Gonçalves , lenta e seguramente aproveitava a decadência das organizações anarquistas e dos sindicatos, enfraquecidas pela repressão política que se seguiu à vitória da "ditadura nacional" em 28 de Maio de 1926, para assumir a vanguarda do combate operário. Manuel Rodrigues adere às juventudes comunistas em 1929. Em 1931 encontramos-lo como

secretário da organização do comité local de Lisboa, e mais tarde integra o secretariado do Comité Central. Ainda de acordo com a mesma fonte em 1933, por indicação de Bento Gonçalves foi indicado para Secretário Político das Juventudes Comunistas . A sua prisão, em Abril de 1934, na rescaldo da revolta do 18 de Janeiro do mesmo ano, e que assumiu particular relevância na Marinha Grande, apanhou de surpresa os seus colegas de redacção.

Dos curros do Aljube onde passou quinze dias, é transferido para o forte de Peniche. Em Outubro desse ano, presente ao Tribunal Militar Especial é condenado a 16 meses de cadeia. Em Peniche em 1935 é implicado na "revolta dos presos" e deportado para Angra do Heroísmo, nos Açores. Em 1936 Manuel Rodrigues de Oliveira é libertado e regressa a Lisboa. "Sérgio Vilarigues, dirigente do PCP, acompanhou Manuel no Aljube, em Peniche e com ele seguiu no Carvalho de Araújo para Angra" testemunha: "Aquilo em Peniche não foi bem uma revolta. Quem costumava fazer as limpezas das celas eram os soldados e a certa altura quiseram que fossemos nós, os presos, a fazê-las. Nós recusámos. A coisa azedou, e a 8 de Junho lá fomos para Angra"(MACHAQUEIRO, 1995a, 4).

Na prisão de Angra, Manuel era visto em frequentes conversas com Bento Gonçalves que aí também esteve após a sua segunda prisão em 1935, e antes da deportação para o Tarrafal. A esse período de conversas, ocorrido entre Dezembro de 1935 e Fevereiro de 1936, atribuiu Manuel Rodrigues de Oliveira a gestação da sua futura editora. "Houve dois Bentos importantes na minha vida, ambos cruciais no percurso da Cosmos, um foi o Bento Gonçalves, o outro o Bento de Jesus Caraça. O primeiro entusiasmou-me a fazer uma editora, o segundo foi o obreiro empenhado que lhe deu forma" (ibidem).

A libertação de Manuel Rodrigues de Oliveira parece ter ficado a dever-se ao interesse de um seu vizinho, José Palma Graça, antigo cônsul em Macau. "Quando o Manuel fora preso, a polícia efectuara uma busca ao seu domicílio e encontrara muitos livros " sobretudo os de capa vermelha" diziam os agentes na hora da despedida" (ibidem).

Em liberdade Manuel Rodrigues regressa ao jornalismo. Trabalha como correspondente numa revista "A noite brasileira" do Rio de Janeiro, colabora os jornais O "República" e "O Diário de Lisboa", convive com Pinto Quartim e Artur Inês . Foi um período de folia e diversão. Em Espanha a guerra civil fazia afluir refugiados. Lisboa torna-se numa plataforma de passagem, que prosseguirá durante os anos seguintes.

Só dois anos depois, em 1938, Manuel Rodrigues concretizará a sua missão editorial. Aceita a proposta de associação a dois antigos colegas de "o século", João de Almeida Júnior e António Duarte Costa. "Havia um colega

do meu dos tempos de O Século que era proprietário das Edições Cosmos, e que estava falido. Propôs-me sociedade e eu aceitei. Eles editavam coisas sobre Africa, os Cadernos Coloniais, que entretanto acabaram, explica Rodrigues de Oliveira." (MACHAQUEIRO, 1995a, 5) Um era jornalista, o outro contabilista e eram proprietários da Sociedade Tipográfica Editorial e da Edições Cosmos . Em 1939 figurará como director editorial. Tinha vinte e oito anos.

A vida de Manuel Rodrigues de Oliveira passará a estar indissolúvelmente ligada à Edições Cosmos , ou à Cosmos, como passará a ser conhecida nos meios bibliófilos. Em 1940 inicia a colaboração com Bento de Jesus Caraça que conduzirá a concretização da "Biblioteca Cosmos" entre 1941 e 1948, naquela que será uma das mais prestigiadas e influentes colecções de divulgação do seu tempo.

Em 1946, aos trinta e cinco anos Manuel casa-se com a jovem Isabel Flores, então com 18 verdes anos. Manuel Rodrigues e a "sua princesa" vão de viagem de núpcias ao Porto. O cheiro da liberdade atingia Portugal vindo da Europa. "Éramos muito rebeldes. Na nossa viagem fomos ao Porto. Eu não levava meias, ele ia sem gravata. Na Avenida dos Aliados os homens paravam embasbacados a olhar para nós", contou Isabel (ibidem).

Essa irreverência na vida tinha como contrapartida o rigor na edição. Rodrigues de Oliveira nutria o mesmo carinho pela sua mulher, pela sua editora e pelos seus livros. A todos tratava por igual. "Quando lhe perguntava se gostava de mim", recorda Isabel, "respondia que sim, que gostava de mim como gostava dos seus tipógrafos e da sua Cosmos" (ibidem). Não havia livro que não passasse pela sua atenta revisão. Os caracteres Garamond, os seus preferidos, enchiam cada livro da Cosmos, a quem Manuel Rodrigues tratava com o carinho de um pai para um filho. Da sua princesa separou-se em 1960; a sua Cosmos foi a vida que lhe tirou.

As décadas seguintes são dedicadas à edição e à vida. Na década de 50 Rodrigues de Oliveira edita, escreve em jornais e viaja. Em 1954 vai ao Rio de Janeiro onde permanece por alguns meses. Em 1958 está em Paris. França Itália Inglaterra, Alemanha, eram alvo de frequentes visitas. Em todos os locais se encontravam com os exilados portugueses e se fazia a festa. Contacta com Magalhães Vilhena , Maria Lamas , Magalhães Godinho , entre outros. Assiste à reconstrução da Europa. Conhece o que se passa do lado de lá dos Pirinéus. Edita do lado de cá, com a esperança de que um dia a vida seja como lá: em liberdade.

Em 1965 edita, na sua Cosmos as Esquinas do mundo, um conjunto de crónica de viagens onde nos mostra a forma como olha para a Europa. Será o único livro que publicará. Em 1964 conhecerá a sua segunda mulher, Mirandolina, de quem terá no ano seguinte, com 54 anos o seu único filho,

a quem chamará Francisco. As Esquinas do Mundo foi, segundo o seu filho, uma comemoração ao seu nascimento.

Essa ligação entre o livro e a tertúlia cultural marcará a vida de Manuel Rodrigues. Durante anos frequentou o restaurante "Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal", nas escadinhas do Duque, em Lisboa. Depois de 1974 são memoráveis os almoços no restaurante "Os anarquistas" no Bairro Alto. Manuel Rodrigues é recordado como o patriarca. Depois de bem comidos e bem bebidos, a tertúlia prosseguia em animada discussão, sobre tudo o que vinha à conversa. Do mundanismo da chalaça passava-se depois ao romance, ao conto, ao poema, ao guião, ao fólio ou à tela. A inspiração brotava à volta dessas mesas, segundo as memórias da época. Manuel Rodrigues não só deu à estampa livros. Também participou em muitas das actividades de criação cultural que germinaram nesse Bairro Alto de boémios e artistas. Mas dessas histórias contarão os próprios se para tal engenho e perseverança tiverem.

A revolução dos cravos permitirá ampliar o universo da edição. Livre da censura, que de resto parece nunca ter afectado os projectos editoriais da Cosmos, sobretudo devido ao alto padrão de especialização que após as edições da "Biblioteca Cosmos" começaram a apresentar. Manuel poderia ter editado muito mais. Permaneceu fiel a si próprio e às suas ideias. Recusou a proposta de colocação da editora ao serviço do Partido Comunista.

Quis continuar no mundo da edição da mesma forma que nele estava nos anos quarenta. Mau administrador de recursos, vivia o dia a dia. Procurava em cada dia a perfeição da edição. Confiava que o génio da perfeição seria vitorioso sobre o vil metal. Sabia que um bom livro é eterno, atemporal. Não contou foi com a roda do tempo que ia lentamente, inexoravelmente, acelerando. A voragem dos mercados de livros inundavam todos os dias as prateleiras das livrarias. Tudo se publicava, tudo era para publicar. O público, esse grande juiz do sistema económico, a quem cabia seleccionar a qualidade, não sabia escolher. Não sabia ler. Embrutecidos pelas teias da ignorância e das trevas, poucos eram os que sabiam escolher um livro. Os que sabiam ver o seu valor. As obras demoravam anos a vender-se, o preço mantinha-se o mesmo. A falta de dinheiro, com o tempo, tornou-se crónica.

Uma má administração, uma economia em crise de acelerada inflação e desemprego crescente, uma Cosmos sem recursos financeiros para se relançar num mercado em franca aceleração, e, sobretudo sem uma real vontade para tal, conduziram a uma decadência da editora. Uma editora que não publica não vende. Não vendendo não sobrevive. E nessas circunstâncias ou desaparece ou se reconverte. Sem força para tal rejuvenescimento, Manuel Rodrigues, tolhido no corpo e na alma pelos anos de vida e pelas amarguras dos outros, abandona a sua Cosmos a partir do

início dos anos noventa. Mais por vontade alheia do que por vontade própria. Em 10 Julho de 1996 encontrou a paz dos justos na memória do Cosmos.

2.2. Os livros da Cosmos

As fichas da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, na época Grémio Nacional de Editores e Livreiros, registam a inscrição da Edições Cosmos, propriedade da Sociedade Tipográfica Editorial em Outubro de 1938. Segundo os registos a constituição da sociedade deu-se em 27 de Abril do Mesmo ano. A natureza da informações contidas nos registos desta agremiação devem ser lidos com cautela. O ficheiro dos editores é um registo que é alvo de frequentes actualizações, sendo que a informação considerada pertinente é relativa à actualidade, substituindo-se assim os dados de informação sobre o passado, por serem considerados desactualizados. Além disso, a inscrição nessa Associação não é obrigatória para todas as casa editoriais.

No Caso da Cosmos temos conhecimento da sua actividade editorial desde 1935, o que de resto é concordante com as diversas afirmações de Manuel Rodrigues. Podemos pois, ainda que de forma provisória, considerar o ano de 1935 como o ano mais provável para o início da actividade editorial da Cosmos. Deste ano até 1939 essa actividade não se teria sujeitado ao Depósito Legal, o que explica que a grande maioria do números dos "cadernos coloniais" existentes na Biblioteca Nacional, e as únicas edições até agora conhecidas desta editora neste período, tenham como referência este ano. A partir dessa data os números editados são depositados e levam a data desse depósito.

Os Cadernos Coloniais eram brochuras com cerca de 25 páginas, nas medida de 18* 12 e vendidos ao preço unitário de 1\$50, ou 10\$00 por uma assinatura de dez números. No respectivo Catálogo anunciavam-se a saída de 70 números. Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontramos esta a colecção, encadernada em três volumes, contendo apenas 68 publicações. Os dois últimos números: O número 69, anunciado com o título de "A punição do Soba Vermelho — Camaxilho 1917", da autoria de Ferreira Costa; e ao número 70, com o título de Cenas de Macau do Comandante Jaime Inso, existem individualmente, com datas de publicação de 195-

A datação da edição dos "cadernos coloniais" é uma tarefa difícil nos dias de hoje na medida em que eles não contêm as informações relativas ao ano de impressão. Apenas pelas datações contidas em alguns prefácios, como vimos acima, nos é permitido aproximar com alguma rigor da hipotética data de edição. Como se viu a informação bibliográfica da Biblioteca Nacional identifica a maioria dos títulos desta colecção como tendo sido

editados entre 1939 e 1941. Assim consideradas as datas dos prefácios, anteriores a estes anos o que significam ? O que teria editado a Cosmos entre 1935 e 1938, para que estivesse à beira da falência?

A hipótese que nos parece mais adequada neste domínio, e atendendo à tradição da edição nessa época, é de que o início da colecção terá ocorrido, pelo menos em 1935, publicando-se regularmente até 1938, data da entrada de Manuel Rodrigues na editora. Terá sido após essa data que as obras entram em depósito na biblioteca, o que explica a datação actual constante nas respectivas fichas bibliográficas.

Nessa perspectiva, e atendendo a que se trata de uma colecção em que cada número é um fascículo a edição de 62 números em 4 anos permite perspectivar que o ritmo de saída seria, entre os anos 35 e 38, de uma média de 1 fascículo por mês. A decadência da colecção levaria a que no ano seguinte se diminuísse consideravelmente o ritmo de saída, sendo os dois últimos números editados já em data bastante posterior, e que portanto não se encontram na colecção da B.N.

Esta colecção surge num contexto de exaltação da gesta colonial. Data de 1934 a Primeira Exposição Colonial Portuguesa e o surgimento da já citada colecção "Cadernos Coloniais", que se prolonga, pelo menos até 1941, poderá estar ligada, no seu início a esse movimento de exaltação do colonialismo que sucede à publicação do Acto Colonial em 1930.

Existem várias formas possíveis de identificar as obras de uma editora. A mais simples é naturalmente pelo livro que editou. Contudo essa simplicidade não é tão evidente no caso de querermos identificar o conjunto de obras da editora, ou uma singela colecção, já que não é vulgar existirem ficheiros das editoras. Resta portanto o recurso aos catálogos feitos pelos próprios editores ou a publicidade que estes inserem no interior de outras edições (da editora ou na imprensa).

O catálogo do editor, por outro lado também não se apresenta como fonte conclusiva relativamente à actividade de edição dessa editora, sobretudo relativamente a tempos mais recuados. Construído numa óptica comercial o catálogo do editor regra geral é editado por ocasião da Feira do Livro. Como tal, na maioria dos casos por nós analisados apenas contém as obras disponíveis para compra. O editor procede com alguma regularidade à actualização do seu catálogo, o que implica a eliminação de obras esgotadas e que não se pensa reeditar. Por outro lado nem sempre existem disponíveis os catálogos das editoras, nem nos editores que não os conservaram, ou na Biblioteca Nacional onde regra geral não foram sujeitos ao depósito legal.

Dessa forma, o catálogo apenas é uma ilustração do que existe disponível no mercado num determinado momento. Um fragmento de uma actividade, quiçá mais vasta. Algumas das obras mais significativas, por exemplo, poderão dele ter desaparecido, o que deixa ao investigador um trabalho ulterior de pesquisa, e comparação quer com outros mais antigos, quer com listagens de colecções incluídas nem livros de outras épocas mais recuadas

É nessa perspectiva que se torna fundamental efectuar a análise física de cada livro de uma colecção, o que permite não só para recolher os elementos editoriais relevantes, mas também porque através de eventual publicidade a outras edições ou pela listagem das colecções, permite conferir os catálogos e a conseqüentemente a actividade de uma editora.

No caso das edições Cosmos o catálogo mais antigo que encontramos data de 1960, e tem o título Catálogo Geral. Na capa uma fotografia de uma estante com as prateleiras cheias de livros das Edições Cosmos . É uma publicação com o formato 23 * 16 cm., sob o comprido, com dezasseis páginas. Para além das colecções editadas, tem ainda um índice de autores, um índice ideográfico e uma listagem das livrarias que vendem livros das edições Cosmos. Depois utilizamos o catálogo/preçário de 1986; uma singela folha A4, dactilografada. Finalmente os catálogos de 1995 e 1997.

O cruzamento das informações constantes nos catálogos disponíveis com informações e publicidade nas obras impressas permitiu-nos reconstituir uma listagem de títulos editados que contêm obras publicadas fora de colecção, não constantes nos catálogos datados. Em qualquer dos casos é também necessário proceder à verificação física da existência do livro, já que um simples anúncio não comprova a existência de uma edição. A sua não existência em depósito legal será um outro obstáculo a ultrapassar. Aí resta ainda a hipótese de utilizar outras fontes, tais como bibliotecas pessoais, artigos de jornal, etc. No caso da Edições Cosmos, essa actividade foi facilitada na medida que o espólio do editor continha a maior parte das informações que necessitávamos para execução do nosso trabalho.

Continuando a análise do catálogo das Edições Cosmos verificamos que, depois dos já citados Cadernos Coloniais, em 1939 se inicia a publicação da História Universal do Professor Macedo Mendes, professor da Escola de Belas Artes de Lisboa. Foi uma colecção, inicialmente saída em fascículos (dois por mês ao preço unitário de 3\$00) foi prevista para sair em XIV volumes, mas que apenas foram editados XII, tendo este último sido editado apenas em 1954. Demorou portanto 15 anos a sua publicação. Em 1960 ainda se encontrava à venda por um preço que variava de volume para volume, situado entre os 100\$00 (1º) e os 200\$00(10º e 11º). Esta obra que não teve grande impacto na época.

Para além de algumas pequenas edições fora de colecção o trabalho de Manuel Rodrigues como director editorial começa a sentir-se a partir de 1940. Desenha-se então o grande projecto editorial da Cosmos que se iniciará 1941 com a célebre "Biblioteca Cosmos". Não deixa de ser revelador o surgimento do símbolo da editora que passará a identificar-se devorante com uma Esfera rodeada de cinco estrelas, de cinco pontas . A importância que esta biblioteca terá assumido nessa época é dada pela sua constante referência como exemplo de uma divulgação cultural através do livro nesta época dos anos quarenta.

A ideia da constituição da Biblioteca Cosmos terá sido, como acima vimos, resultado das conversas de Manuel Rodrigues com Bento Gonçalves na prisão de Angra do Heroísmo. Nessa conversas, conta Manuel Rodrigues que Bento Gonçalves lhe terá sugerido a oportunidade do lançamento de uma colecção de divulgação e instrução segundo o modelo da "Biblioteca do Povo e das Escolas" de David Corazzi , da editora com o mesmo nome. Essa biblioteca, que durante 32 anos da sua existência lançou 237 volumes, continha um modelo de tipo árvore enciclopédica concebida para ser usada por uma população em crescente procura de instrução no final do Portugal oitocentista, as edições desta biblioteca foram amplamente usadas como manuais de ensino nas escolas de instrução pública num tempo que se prolonga bastante para além das datas da sua edição.

Iniciada em 1881, numa época em que se assistia em Portugal a uma acelerada expansão das Ciências Sociais, e conseqüentemente da edição de obras de divulgação , Corazzi, que mantém a direcção da colecção até 1886, lançará um projecto que marcará o panorama editorial deste tipo de obras até 1913. São anos de intenso debate político e cultural, onde a referência às necessidades do ensino são constantes. Por exemplo, o republicanismo, as ideias libertárias e sindicalistas em Portugal afirmam-se, entre outras dimensões, pela afirmação da necessária reforma do ensino e da instrução. Muitas das associações sindicais e grémios republicanos criaram e mantiveram durante bastantes anos escolas primárias e profissionais, como parte integrante da sua obra de divulgação.

Poderá ser provável a afirmação da sugestão da criação de uma biblioteca por parte de Bento Gonçalves, já que este, nascido em 1902 em Fiães, no transmontano concelho de Montalegre, frequenta a partir de 1915 diversas instituições de ensino onde poderia ter tomado contacto com os livros da Biblioteca do Povo e das Escolas , ou, em alternativa, conhecida que é a importância que nessa época os meios sindicais davam ao livro, por uma biblioteca, de qualquer associação, ou mesmo da biblioteca que dinamizou no arsenal do Alfeite a partir de 1926 (ibidem, 214). De qualquer modo, como adiante veremos, esta colecção da Cosmos surgirá num período de intensa actividade editorial de divulgação cultural, verificando-se a existência de várias colecções semelhantes suas contemporâneas, entre as

quais se salienta o caso dos Cadernos Culturais da Editorial Inquérito, e que por certo constituíam referências editoriais bastantes fortes.

Se a ideia da elaboração do projecto da "Biblioteca Cosmos" pode ter surgido das conversas de Manuel Rodrigues com Bento Gonçalves, sem dúvida a sua concepção, também ela imbuída do espírito enciclopedista, pertencerá ao Professor Bento Caraça, ela própria figura de elevada craveira intelectual, portadora do espírito universalista e defensor de uma ideia de missão educadora das massa populares.

No texto inserido no último número da Biblioteca Cosmos, o nº duplo 144/145, Manuel Rodrigues, a propósito do falecimento do Professor Caraça dá conta do fim da biblioteca, considerando que não fazia sentido dar continuidade "a uma obra a que este dera forma". Escreveu então: " Em Fevereiro de 1941, quando esta editora pensou lançar uma colecção cultural, procurou-se o Prof. Caraça, que entusiasmado aceitou o convite e elaborou o plano, procurou os colaboradores e seleccionou os primeiros originais. O plano traçado, que publicamos em Abril num pequeno jornal de propaganda, é um modelo de sistematização e metodização do conhecimento humano. Existem em vários países culturalmente avançados colecções com as características da "Biblioteca Cosmos", mas não conhecemos até hoje nenhum plano de divulgação cultural como aquele que genialmente traçou, então, o Prof. Caraça ".

Numa outra entrevista dada a um jornalista em 1981 , Manuel Rodrigues apresenta uma versão ligeiramente diferente. "Fui então convidar o Bento Caraça que estava a jogar xadrez na brasileira do Chiado com o Dias Amado, que era seu compadre e grande amigo. Ele ficou desde logo entusiasmado com a ideia. Levámos cerca de dois anos a dar corpo ao projecto e a instalar efectivamente a biblioteca"(ibidem). Como se pode verificar, e como salientou Ricardo Machaqueiro (MACHAQUEIRO, 1996 a, 103) entre o que Manuel Rodrigues escreveu em 1948, e o que confessou a um jornalista em 1981, a concepção da biblioteca passou de 2 meses para dois anos.

É impossível nos dias de hoje, dado o desaparecimento dos intervenientes, de saber com rigor o tempo que demorou a elaboração do plano. O interesse da análise do plano desta biblioteca é a sua estabilidade ao longo do período de sete anos que esta durou . Concebido com base em sete campos do saber, a que correspondem outras tantas cores do arco-íris, que ilustram as sete secções da biblioteca; começando com 1ª secção denominada "Ciências e Técnicas", de cor vermelha; seguindo-se "Artes e Letras" (2ª secção), de cor verde; "Filosofias e Religiões" (3ª secção), de cor roxa; "Povos e Civilizações" (4ª secção), de cor laranja; "Biografias" (5ª Secção), de cor rosa; "Epopéias Humanas" (6ª secção), de cor Azul; e finalmente "Problemas do Nosso tempo" de cor amarela. Cada secção

subdividia-se depois em sub áreas mais específica dentro de cada disciplina, que se apresenta no anexo I.

Com uma notável uniformidade gráfica e formal, todos os livros apresentam um número de páginas que ronda as cento e cinquenta. No caso dos volumes duplos os textos sobem para uma média de trezentas páginas. As suas dimensões são 13, 5 * 18, 5 cm. O preço de capa, inscrito em todos os volumes, ou a sua aquisição através de assinatura, evoluem em função da data da sua publicação. No início da colecção em 1941, o preço é de 2\$50, subindo em Fevereiro de 1942 para 4\$00, seguido de um novo aumento em Novembro de 1943 para 5\$00. Em Julho de 1946 o preço de cada volume passa para 7\$50 assim se mantendo até ao fim da colecção em 1948. No caso dos volumes duplos o preço é o dobro do volume simples, registando-se os aumentos nas mesmas datas. A assinatura, por dois, quatro ou seis, volumes permitia a redução de um escudo. As edições cartonadas, de que encontramos alguns números na fase inicial da colecção custavam mais 1\$00. A maioria dos volumes surgem com capa brochada. Através desse processo ficamos a saber que a colecção por nós consultada, brochada custou 756\$50, entre 1942 e 1948.

O projecto inicial previa a saída de dois volumes por mês. A análise dessa intenção conjugado com as datas de saída das obras revela que esse objectivo não sendo completamente atingido, não deixou de se aproximar desse valor, o que em termos de projecto editorial não deixa de ser um facto bastante interessante no mercado português. No ano de lançamento publicam-se 10 volumes, em 1942 e 1943, 21 volumes; em 1944, 23 volumes, em 1945 24 volumes, descaindo em 1946 para 17 volumes; em 1947 com 19 volumes, e apenas 10 volumes publicados no último ano (o último volume data de Julho de 1948). Em termos médios pode-se verificar uma estabilidade durante os primeiros anos da colecção, que atinge o objectivo dos 24 volumes anos em 1945, para de seguida diminuir para valores próximos do 1, 5 volumes por mês.

Em relação às tiragens da obra, o último número contém uma listagem de cada número, facto entre nós inédito numa colecção. Assim ficamos a saber que em 1948, foram registadas a edição de 753, 500 exemplares, no total da colecção. Relacionando o preço de capa com a respectiva tiragem, podemos calcular a receita total desta colecção, que em caso da venda total daria origem a uma receita de 4.802.250\$00.

A análise das tiragens por volume ao longo da sua duração é também um indicador da influência da colecção no mercado. Quando se inicia a colecção, em Junho de 42 a tiragem de cada volume é de 7.500 exemplares, valor que se mantém até Dezembro de 43. Em 1944 as tiragens diminuem para 6.000 exemplares, mantendo-se a esse nível até Setembro de 46. Em Dezembro de 46 regista-se uma nova diminuição,

desta vez para 5.000 exemplares, até Março de 48. Os últimos números da colecção, de Março a Julho de 48 já só saem 4.000 exemplares. Verifica-se portanto uma lenta, mas segura redução do número de tiragens das 1^{as} edições ao longo do tempo.

Se conjugarmos a diminuição das tiragens com o aumento do preço de cada volume conclui-se que se verifica uma constante do valor bruto das vendas ao longo do tempo, implicando esse facto uma lenta mas segura redução da receita relativa por cada volume. A partir desse facto, parece lícito concluir-se que a colecção, depois de um impacto inicial elevado foi perdendo com o tempo algum do seu universo de influência.

Com efeito alguns dos volumes iniciais são reeditados pelo menos duas vezes (por exemplo nos volumes saídos em 1941 todos, excepto o nº 9 são pelo menos reeditados duas vezes. O caso das maiores tiragens são as obras do próprio director da biblioteca Os conceitos fundamentais da matemática . o volume I (nº 2 da colecção) com 17.550 exemplares e 5 edições até 1948, e o volume II (nº 18 da colecção) com 10.000 exemplares e duas edições, também até 1948. O primeiro número da colecção, o já citado O homem e o livro , tem uma tiragem de 14.000 exemplares (quatro edições até 48). O terceiro número, da Autorialia do Prof. Henrique de Barros, O problema do Trigo tem uma tiragem de 12.500 exemplares (3 edições), registando-se ainda mais 12 volumes com 10.000 exemplares (nºs 4, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 22, 24, 25, 25 e 36), 1 volume com 10.500 tiragens (nº 8), e 3 volumes com uma tiragem de 8.500 exemplares (nº 34/35, 54, e 60). Todos os restantes apenas são editados apenas uma vez.

Também desta leitura se pode concluir da gradual perda de influência da colecção, visível pela tendência para a diminuição do número de tiragens à medida que a colecção se aproxima do seu final. Assim dos 7.500 exemplares, que parece ter constituído a tiragem padrão nos anos iniciais da colecção (1942 e 1943), entre 1944 e o início de 1946 a tiragem diminui para 6.000 exemplares. Do final de 1946 até ao início de 1948 regista-se uma nova diminuição, para 5.000 exemplares, fixando-se nos últimos números, já no ano de 1948, em 4.000 exemplares por edição.

A análise do conteúdo das obras mais editada também é reveladora da importância atribuída pelo público a cada volume (medido pelo factor tiragem). Através deles verificamos que é na área da ciência (1^a secção) que se encontram as obras mais procuradas. É um elemento revelador da aceitação do mercado por textos de divulgação científica. Os outros volumes reeditados repartem-se pelas outras secções, numa percentagem idêntica ao seu peso na colecção.

Parece então lícito concluir que a "Biblioteca Cosmos" tinha um universo fiel, constituído pelos seus assinantes, que aceitou o procurou as obras em função do projecto da colecção, constituído por um universo inferior a 3.000 pessoas; e um universo mais dilatado de pessoas que procuravam títulos específicos, relacionados com interesses individuais, entre os quais a divulgação de textos de divulgação científica apresenta maior relevância, com uma variação que dependia de cada obra em si.

E esse terá sido um dos grandes méritos do surgimento desta biblioteca: A colocação ao dispor do público mais vasto, obras de síntese e divulgação, com uma elevada qualidade, feita por autores portugueses, na maioria dos casos ainda jovens, nos diversos campos da ciência, das artes e das letras.

A autoria do plano da Obra por parte de Bento Caraça também é visível pela sua análise do seu conteúdo. Por um lado o plano elabora com uma notável minúcia a primeira secção (Ciência e Técnica) que subdivide em cinco alíneas (Matemática e Cosmologia, Ciências da Natureza, Ciência Biológicas, Ciências Psicológicas e Sociológicas, e Filosofia e História das Ciências), por contraponto às outras secções. Um aspecto que convém também salientar neste plano, e que se integra no seu carácter de divulgação é a divisão efectuada em cada uma das ciências em "parte geral" e "parte técnica". Na parte geral integravam-se os textos que divulgavam os aspectos científicos, enquanto que a sua parte técnica se integram os aspectos da aplicação pratica da ciência. Nessa secção (Ciências e técnicas) foram editados 54 volumes a que correspondeu 47 % do total da colecção.

Apesar, de como acima salientamos, esta secção sugerir uma maior procura por parte do público, parece-nos lícito excluir que esta maior percentagem de volumes esteja relacionada com a procura. A colecção faz sentido em função do seu plano, e terá sido apenas o maior conhecimento do universo social ligado a esta área de Bento Caraça, que terá possibilitado uma solicitação da produção e que teve reflexo numa maior edição desta secção.

A secção que se segue no plano da representatividade dos volumes saídos é exactamente a última (VII) "Problemas do nosso Tempo". Caraça é também um interventor cívico, um homem que intervêm politicamente no seu tempo. Quando a colecção é lançada, a Europa está envolvida numa guerra violenta. Com o aproximar do final da guerra, em 1944, os problemas das sociedades europeias estão na ordem do dia. A reconstrução das economias, os problemas da paz mundial e das organizações internacionais, e o papel da ciência nas sociedades desenvolvidas. Em Portugal, a oposição democrática acreditava que o fim da guerra arrastaria consigo o fim do regime. Caraça, enquanto homem atento ao mundo vai de forma crescente introduzindo títulos nesta secção. Dos 24 títulos publicados, que correspondem a 21 % da colecção, a maioria são publicados a partir de

1943. São títulos tão heterogêneos entre si que apenas os une a respectiva actualidade.

Por exemplo aqui se reúnem os problemas do trigo, do leite da luta contra os micróbios e os parasitas, os problemas do ferro e do ouro, com livros de divulgação do campismo, de divulgação de actas de reuniões internacionais sobre energia atómica, os problemas das casa económica. É necessário contextualizar a colecção no tempo. Na sua grande maioria são livros que não são anunciados no plano inicial e que são introduzidos na colecção pela sua actualidade. É uma outra notável modernidade desta colecção, representada na sua capacidade de ultrapassar fronteiras e falar do presente vivido.

As outras secções tiveram uma menor representação no plano editorial. A VI secção apenas teve um volume publicado, curiosamente o primeiro volume da colecção: O homem e o Livro, de um escritor russo, M. Iline. A III, IV e V secções tiveram respectivamente 4, 6 e 5 volumes publicados. As razões poderão facilmente relacionar-se com o ambiente de produção, historiográfica, filosófica e biográfica vivido na época no interior da lógica que presidia à colecção que se poderia caracterizar por ser bastante limitado, sem estudos e trabalhos de investigação que pudessem sustentar uma versão de síntese e de divulgação .

No início da "Biblioteca Cosmos" prevê-se a saída de um conjunto de volumes integrados num plano geral, divulgado em cada um dos volumes. O objectivo era , nas letras de Bento Caraça " dar ao maior número o máximo possível de cultura geral" Essa cultura geral, vista como "a aquisição de uma visão geral do mundo, mundo físico, mundo social, da sua construção, da sua vida e dos seus problemas" (ibidem) destinada a todos aqueles que "as condições materiais da vida e as necessidades profissionais de especialização tornam sempre difícil"(ibidem). É um projecto de certo modo continuador dos projectos das Universidade Populares, que um pouco por todo o país se fizeram nos anos iniciais do nosso século .

A realização desse espírito pressupunha a concretização de dois factores: um o preço dos volumes "tão baixo quanto possível", o outro a clareza, o rigor do texto numa linguagem concisa. É dentro desse "espírito" de vulgarização que "não abaixa nem deturpa, que traz ao nível do homem comum o património cultural comum" (op. cit., 2) que Caraça irá procurar aplicar o seu plano. Nele estão contidos os principais elementos da sua visão do mundo.

Segundo Caraça, a "marcha da civilização e o progresso da cultura (...) são um produto da acção de todos os homens". A participação das "elites" limita-se , "quando de facto o são, a dar uma estruturação intelectual ao corpo orgânico em que participam" (ibidem) Essa noção de pertença

cultural transforma a cultura como um direito patrimonial de todos os homens, e transforma num dever de divulgação aqueles que são portadores dessa cultura Reconhecendo que em cada campo há especialistas, e que sem ele não há progresso cultural e científico, em cada um dos domínios existem domínios que são passíveis de vulgarizar, porque são estendíveis pelo comum dos homens. "O que se pretende vulgarizar é, precisamente o que pertence ao domínio geral, e aí não há nada que não possa ser aprendido pelo comum dos homens ", escreveu Caraça (ibidem, 4)

Caraça pretende portanto, com a sua biblioteca, não a publicação de obras de investigação ou inéditas, mas sim a publicação de obras de divulgação para permitir ao homem comum dominar as técnicas e conhecer os problemas, que dentro da sua visão do mundo se iriam brevemente colocar, enquanto desafios para a reconstrução da sociedade. "Seja qual for o resultado imediato da convulsão que o mundo presente atravessa, uma coisa é certa — que uma vez passado o período agudo dessa convulsão (e parece que vamos entrar nele), há-de ser necessário recorrer a todas as energias do homem para fazer a reconstrução da sociedade" (ibidem, 4-5). Eis-nos portanto no interior da lógica revolucionária dos anos quarenta. Uma Europa em guerra. O fascismo enquanto contradição do sistema capitalista visto como a entrar em colapso, e, na inevitável vitória das forças do progresso, o dealbar do novo mundo, apelando à acção criadora das massas populares, ou mais propriamente operárias. Estava-se, recorde-se em 1941.

Nessa perspectiva a Biblioteca Cosmos é vista como uma forma de preparação de "toda uma vida nova a reconstruir, dominada por um humanismo novo" (ibidem, 5). Humanismo "enquanto um dos constituintes essenciais (...) de valorização do homem (...) que sentindo que a cultura é de todos, participe, por ela, no conjunto de valores colectivos que há-de levar à criação da "Cidade Nova". A Biblioteca Cosmos pretende ser uma pequena pedra desse edifício luminosos que está por construir" (ibidem, 6).

A construção da concepção da biblioteca tem por base, no interior dessa lógica, o estabelecimento de dois grupos que se situam em relação ao mundo em função do seu saber que os diferencia, mas com um património que lhes é comum e que os une. Um grupo, o dos cientistas, enquanto especialista de um dado conhecimento, e o outro grupo o do homem vulgar, sem conhecimento, mas visto como tendo capacidades inatas para poder atingi-lo. A missão da vulgarização é pois uma actividade dos primeiros para elevar os segundos a um padrão de conhecimento superior, com o objectivo de compreensão das leis gerais que regem o mundo, para que através delas se torne possível compreender e transformar esse mundo. A biblioteca, concebida nesta perspectiva torna-se, para além de um projecto pedagógico, e de forma implícita, num projecto revolucionário. Um projecto em que a elite é chamada à tarefa de educar o homem comum, para que

este aja e que o resultado dessa acção, transforme o mundo. É a essa lógica que se subordinam os critérios dinâmicos da organização da obra, e os critérios de escolha dos autores para as obras previstas.

Como parte integrante do sucesso editorial desta colecção, e da sua forte influência social, contou também, para além do plano de publicações, os colaboradores escolhidos. A análise dos colaboradores revela que na sua maioria se tratavam de pessoas relativamente jovens, alunos ou colaboradores do Prof. Caraça, ou noutros casos, intelectuais e activistas da causa democrática. A grande maioria dos textos são escritos por autores portugueses, para um público português, e na tentativa de reflectir a inserção de Portugal no tempo vivido, e naturalmente na maioria dos casos, concebidos dentro do espírito da colecção (dimensão, objectivos, forma de escrita). Apenas 24 volumes são de autores estrangeiros, sendo nestes casos traduzidos de forma brilhante por indivíduos também ligados ao mesmo meio cultural.

Para além do próprio Bento Caraça colaboraram nesta colecção nomes que marcarão o percurso cultural da oposição democrática, quer ao nível das posições cívicas assumidas nos anos de chumbo, quer ao nível da intervenção pela escrita, nesta e noutras editoras . São por exemplo os casos, de entre outros, Ferreira de Almeida, Henrique de Barros, Alberto Candeias, Manuel Mendes, Irene Lisboa, Fernando Lopes Graça, Aurélio Quintanilha, Emílio Costa, Antonino de Sousa, Abel Salazar, Edmundo Corvelo, Luís de Freitas Branco, Rómulo de Carvalho, Nuno Fidelino de Figueiredo, Jorge Alarcão ou Flausino Torres. A colaboração destes autores contudo como veremos no terceiro capítulo não é exclusiva em relação a esta editora

Se juntarmos a estes nomes, colaboradores convidados em volumes que não chegaram a sair nessa colecção, tais como, Brito Aranha, Mário Dionísio, Adolfo Casais Monteiro, Paulo Quintela, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo, Rui Luís Gomes, António Sérgio, e Orlando Ribeiro, Fernando Piteira Santos, pode concluir-se que esta biblioteca foi no seu tempo também uma escola de escrita para uma "geração" de jovens intelectuais que partilhavam de uma mesma visão sobre a necessidade da divulgação cultural. Também por isso se compreende a memória e o prestígio que esta colecção ainda detêm nos dias.

A organização da biblioteca pressupunha naturalmente para além do respectivo plano, o estabelecimento dos convites à escrita e a respectiva revisão para verificação do enquadramento nos domínios temáticos, tarefa a que se dedicava o director da Biblioteca. O prestígio e a craveira intelectual, bem como a sua pertença ao meio universitário e da oposição democrática colocava o Prof. Caraça numa situação privilegiada para conhecer a nata da

intelectualidade, disposta a efectuar uma intervenção no domínio da divulgação cultural. Note-se que dentro do carácter de divulgação da obra, o objectivo de baixo custo, implicava também uma baixa remuneração dos autores. "Havia mesmo quem prescindisse dos direitos de autor, nos tempos de maior aperto da editor" recordou Magalhães Godinho, que como a seguir veremos virá a ter um papel determinante na composição da história nesta e noutras colecções que a editor lançará. (Entrevista a Magalhães Godinho, 14/12/95).

A extensão e a complexidade de muitos dos temas que a biblioteca pretendia abordar, implicava em muitos casos uma escrita demorada. Nalguns casos, como por exemplo na história, nesse tempo em que imperava a visão histórica com base na escola nacionalista, não existiam em Português textos de síntese. É pois natural que alguns textos anunciados no princípio da biblioteca demorassem a chegar ao prelo. Se a estes factores adicionarmos ainda que muitos dos escritores convidados, também eram activistas políticos, melhor se compreende que existam casos de volumes anunciados desde o princípio e que nunca tenha sido publicados. Por exemplo o caso dos textos previstos de Magalhães Godinho " A desagregação do mundo mediterrâneo e as origens da Europa", de Borges de Macedo "A economia urbana e a desagregação do feudalismo" ou de Fernando Piteira Santos, " A formação do Capitalismo comercial", que anunciados desde o número 3 da colecção nunca chegaram às rotativas de tipografia. Em alguns dos casos esses textos foram posteriormente publicados em outras editoras, como por exemplo a Seara Nova, Inquérito, ou Europa-América ou depois de reformulados integrados noutras colecções da Cosmos.

Vitorino Magalhães Godinho dirá, a propósito desta colecção: "a Biblioteca Cosmos era uma extraordinária novidade, repare-se que é na mesma altura que aparece a colecção Que Sais-je? em França . Não é uma imitação, é algo que nasce aqui ... evidentemente que há precedentes. Falamos de Eduardo Salgueiro e os "Cadernos Culturais" da Inquérito, onde eu publiquei a tradução do Frederico Henriques, Para a História do conhecimento científico , e havia os "Cadernos da Seara Nova" onde eu também colaborei antes de colaborar com a Cosmos. Depois liguei-me realmente mais à Cosmos, e evidentemente o grande projecto durante esses anos de 1941 a 1944 é a "Biblioteca Cosmos", que tem diversos vectores que devemos salientar: Um é a concepção geral de uma biblioteca que parte de um nível de iniciação, mas que conduz as pessoas já a formas culturais menos fáceis. Nessa altura nós considerávamos que a cultura é dificuldade, o que não quer dizer que não devam todos ter acesso à cultura. O que não podem é ter acesso a uma cultura que seja facilidade. É a grande diferença. E a Biblioteca teve uma extraordinária virtude: é que se vir a lista das pessoas que lá escreveram, todos os intelectuais portugueses estão lá. Quer dizer todo o movimento de biólogos, de químicos, de matemáticos, de filósofos,

de escritores, de músicos, de historiadores, tudo isso estava na Biblioteca Cosmos. É claro que o projecto era demasiado ambicioso para o nosso meio (...) porque a pouco e pouco foi-se verificando que em Portugal não havia fôlego para manter uma colecção daquelas. Mesmo congregando toda a gente, como não havia instituições de investigação e de cultura, essas pessoas tinham extraordinárias dificuldades em trabalhar, e a certo momento o Caraça encontrou-se com sérios problemas de manter a colecção e foi introduzindo algumas traduções, embora continuasse com os originais, já nem sempre de acordo com o plano que estava traçado. E essas dificuldades nós temos que vê-las."

Em relação ao processo de distribuição desta colecção, ao fim e ao cabo um factor decisivo na influência social que ele representou no seu tempo e manteve durante várias décadas, verifica-se que a grande maioria dos volumes editados eram distribuídos pelo sistema de assinaturas. A distribuição por assinatura era uma forma vulgar de lançamento no mercado de obras que se previam com alguma regularidade, o que de resto já acontecia com as anteriores colecções desta editora. A novidade da Biblioteca Cosmos, foi o de ter alargado substancialmente o universo de assinantes, o que se compreendia devido ao carácter de divulgação da obra, e ao prestígio que os colaboradores tinham nos meios da oposição. Em relação aos assinantes desta biblioteca não encontramos elementos que nos permitam efectuar a sua análise. Tendo contudo em atenção a figura de Bento Caraça nos meios científicos e da oposição, bem como do conjunto dos autores desta obra, deduz-se facilmente que os meios oposicionistas eram um terreno privilegiado de distribuição. Nas bibliotecas privadas e de associações culturais por nós visitadas confirma esse facto, sendo sempre a "Colecção Cosmos" indicada como uma das melhores colecções que existe no respectivo espólio. Naturalmente que para além dos assinantes da colecção, que recebem todos os números, haveria também uma parcela de venda em livraria. Infelizmente não foram obtidas informações relativas a esse tempo. Nos dias de hoje essa colecção ainda pode ser encontrada em alfarrabistas. A presença da Biblioteca Cosmos nas bibliotecas de associações culturais, de particulares oposicionistas são um indicador da importância que ela assumiu na divulgação do livro e da cultura.

Terminada a aventura da Biblioteca Cosmos por vontade do editor perante os acasos da natureza, já as edições Cosmos prosseguiram a sua actividade editorial com outras colecções. Para além da publicação da História Universal de Macedo Mendes, como acima referimos, em 1945 a Edições Cosmos lança no mercado a Colecção "Marcha da Humanidade" e em 1948 inicia a série de edições da "Colecção Cosmos Gigante" que ficaram conhecida como a colecção "Panoramas".

A colecção "Marcha da Humanidade" dirigida por Vitorino Magalhães Godinho, integradas também numa organização temática e cromática,

foram contudo obras bastante diferentes em todos os aspectos em relação ao projecto da "Biblioteca Cosmos". Em primeiro lugar tratavam-se de textos de referência, fundadores nos seus aspectos problemáticos e metodológicos em relação a cada um dos temas a que se referiam, portanto substancialmente diferentes dos textos de divulgação da "Biblioteca Cosmos". Em segundo lugar, porque na sua maioria dos casos serão da autoria de autores estrangeiros. Em terceiro lugar, por que se direccionam claramente para um público mais especializado, fundamentalmente académico, não se tratando portanto de obras de divulgação cultural. Finalmente, por último, porque também em relação ao preço, à forma bibliográfica, e à regularidade de saída se diferenciavam da Biblioteca Cosmos.

Essa diferença é também implicitamente reconhecida por Vitorino Magalhães Godinho quando diz "tudo isso faz parte de um plano que era essencialmente cultural, social, e de transformação do país, com grande rigor e com uma séria base científica e com muita exigência de qualidade. Procuravam-se obras que pareciam satisfazer melhor esses requisitos, as obras inovadoras, mesmo que não fossem recentes". Uma mesma ideia de divulgação, mas não deixa de ser clara a diferença de público destinatário, o que de resto é assumido por Magalhães Godinho, quando afirma que "a Marcha da Humanidade" é um outro patamar da cultura, essa restrita "às ciências humanas".

Tratava-se de volumes, nas dimensões de 16, 5 * 22, 5 cm, com 400 a 500 páginas por volume, ilustrados, com encadernação a pano e sobrecapa impressa a três cores, em que o preço, em relação aos volumes saídos até 1960, se situava entre os 40\$00 e os 60\$00. Podia também ser adquirida por assinatura em três prestações mensais de 12\$50 ou num único pagamento de 35\$00.

Iniciada em 1945 com a publicação do primeiro volume da Série B dedicada "às histórias nacionais", no caso com História da Inglaterra de George Maculae Trvelyand a que se seguiu no ano seguinte o II volume; a última publicação de um volume desta colecção ocorrerá em já em 1977, com o trabalho de Carlos H. Oberacker, intitulado O Movimento autonomista no Brasil: S. Paulo 1819-1823, e integrado numa série entretanto surgida, "Para a história de Portugal e do Brasil".

Nesta colecção, durante 32 anos da sua duração, publicaram-se no total 14 volumes. Esses anos correspondem a três períodos de publicações. O primeiro de 1945 a 1954, o segundo de 1967 a 1973, e o terceiro em 1976/77. As obras publicadas integraram-se nas séries da colecção de acordo com o planeamento efectuado em 1945. Contudo alguma secções jamais terão publicações. As secções foram preenchidas da seguinte forma: As obras de Gordon Child e Peter Leslett, na secção A de História Geral (cor

vermelha) Os dois volumes de George Teavelyan, serão as únicas publicadas na Secção B — Histórias Nacionais (cor amarelo torrado). O livro de Vidal de La Blache será o único publicado na secção C- Geografia histórica (cor verde alface). As obras de Gustavo Glotz e Pierre Sorlim integram-se na série D — História Económica e técnica (cor azul claro). As Obras de Paul Hazard e Abbott Usher na secção F — História Geral da Cultura (cor roxo). Finalmente as obras de autores portugueses, publicado no final da década de sessenta e princípios da de setenta, serão integrado numa série que se denominara "Para a História de Portugal e do Brasil" (cor amarela) e que parece ser a transformação da 12º secção prevista no planeamento de 1945.

Todas as obras têm qualidade e foram, no seu tempo inovadoras. Todavia é perceptível a dificuldade em concretizar o plano da obra, que parece que a certa altura passou a ser um indicador secundário em relação às propostas de publicação. Apesar de ser uma colecção de interesse relevante para a divulgação da ciência, e em particular da história científica, jamais a terá uma projecção idêntica à da Biblioteca Cosmos. Esta e as colecções que se lhe seguiram terão uma projecção significativa sobretudo nos meios universitários.

Nos quatro primeiros anos da colecção sai anualmente um volume. Em 1948, a colecção interrompe-se até 1954, quando se publica os Princípios da Geografia humana de Vidal de La Blache, seguindo-se nova interrupção até 1968. Trata-se portanto mais de uma colecção onde os textos surgem em função das oportunidades e disponibilidades do que uma actividade editorial intencional.

Apesar dessa circunstâncias, a qualidade impar das obras torna-as referência universitária em particular por parte daqueles mais abertos à renovação das ciências históricas a partir da escola dos Analles ESC. Ao facto também não é estranha a direcção de Magalhães Godinho, que na sequência da sua demissão da Faculdade de Letras, ruma para o exílio francês. A selecção de obras é portanto efectuada a partir de uma primado da investigação e do interesse teórico das obras, e em função da carga de progresso que contêm para a abordagem de um determinado campo da ciência. Por exemplo, os primeiros títulos publicados, encontramos os sinais destes princípios orientadores da colecção, que como a seguir veremos, concretizam a componente da história prevista na Biblioteca Cosmos, aqui desprovida do seu carácter de vulgarização.

Os dois volumes da História da Inglaterra (1945 e 1946), editados após a vitória aliada, são também um elogio da democracia como forma de governo. Ainda em 1946, o livro de Gostav Glotz, História Económica da Grécia, inicia a abordagem metodológica à história económica e social. Em 1947 o livros de Victor Gordon Child, O homem Faz a si próprio, renova a

perspectiva da abordagem da pré-história. Em 1948 o livro de Paul Hazard, *A crise da Consciência europeia*, constituirá a primeira publicação em português de um texto de síntese e interpretação sobre a cultura europeia contemporânea. Em 1954 o texto de Vidal de La Blache, *Princípios da Geografia Humana*, que conjuntamente com o volume da série *Panorama da Geografia* que a seguir veremos, trazem ao leitor português os contributos da escola da geografia histórica.

De 1954 a 1967 não se publica qualquer livro na colecção. O facto do director da biblioteca estar em Paris poderá justificar o interregno da colecção, que regressa às publicações em 1968, com um conjunto de três trabalhos de autores portugueses que também marcarão, nesse tempo, a historiografia portuguesa. Tratam-se dos livros de A. H. de Oliveira Marques (1968), *Introdução à história da agricultura em Portugal*, de Joaquim Romero de Magalhães (1970, *Para o estudo do Algarve Económico*, e no ano seguinte o trabalho de Miriam Halpern Pereira (1971), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Em 1969 publica um trabalho de um autor francês (Pierre Sorlin, *A sociedade Soviética*) e 1973 publicará dois volumes de Abbott P. Usher, (1973), *História das Invenções Mecânicas*, obras que completam as edições neste segundo período.

Após 1974, apenas serão editados mais dois livros nesta colecção, um volume de Peter Leslett, *O mundo que nós perdemos* (1976), e terminará com já citado trabalho de Carlos Oberacker em 1977. Em 1986 as edições *Cosmos* ainda tinham em Stock 7 dos títulos editados, que eram vendidos a um valor que variava entre os 700\$00 e os 1.170\$00. O sucesso desta colecção, apesar da qualidade dos textos e do público destinatário variou ao longo dos tempos. As edições do primeiro e segundos períodos foram bem recebidas pelo público tendo-se a maioria delas esgotadas. No final da colecção, num período de forte concorrência editorial e abundantes textos de história, os livros desta colecção não passaram despercebidos ao público especializado, mas aí era a editora que já não tinha capacidade de competitividade com outras editoras então emergente. Alguns exemplares da colecção ainda estão à venda no mercado livreiro.

Ainda em 1948, quando termina a "Biblioteca *Cosmos*" as edições *Cosmos* lança uma outra colecção que igualmente marcará o mercado editorial português: a colecção "*Cosmos Gigante*" ou "*Panoramas*". Os panoramas é um conjunto de 15 volumes com as dimensões de 16, 5 * 22, 5 cm, publicadas entre 1948 a 1964, com uma regularidade que se aproxima de um volume por ano. Inicialmente estes volumes eram editados em fascículos, ao preço unitário de 15\$00 (75\$00 por um grupo de seis). A obra completa, no total de 26 fascículos, custava 300\$00 pagos no acto da assinatura. Em 1960, no respectivo Catálogo da editorial, a edição já só se encontrava disponível em volumes. Os panoramas é constituído por quatro séries temáticas bem diferenciadas, também referidas como obras de

divulgação cultural, impressa a duas cores em papel Japão e "hors-texte" em papel couché. Foram encadernadas em precalina e sobrecapa impressa a três cores, que se diferenciavam conforme a série que respeitavam. A sua apresentação era ilustrada, e no final de cada série encontram-se organizados os respectivos índices de autores e notas bibliográficas.

A organização desta coleção foi igualmente elaborada pelo Prof. Caraça, que em 1948 escreve o prefácio da primeira série, dedicada à "Ciência contemporânea", de que foram editados 4 volumes com um total de 1.726 páginas, entre 1948 e 1950. A base dos Panoramas da ciência contemporânea foram as obras do Prof. J. A. Thomson editadas em 1937 em Londres, cuja tradução foi fundamentalmente executada e actualizada por Alberto Candeias, Antonino de Sousa, Mário Ruivo, Nunes Aboim, entre outros. Em 1960 cada volume era vendido ao preço de 125\$00, ou 500\$00 pelos 4 volumes. O panorama da ciência contemporânea é constituída por um conjunto de síntese de divulgação de cada uma das disciplinas da ciência moderna.

A série seguinte dos "Panoramas" é dedicada à Ciência Económica, e é constituída também por 4 volumes, editados em 1950 e 1951, com as mesmas características de papel e organização da série anterior. Contém 1978 páginas e podia ser adquirida em 1960 pelo preço de 550\$00 (os volumes 1 e 2, 125\$00, e os volumes 3 e 4 custavam 150\$00). A obra é baseada nas obras de dois autores. O professor Erich Roll da Universidade de Hull na Grã-bretanha, relativamente aos dois primeiros volumes dedicados à história do Pensamento Económico, e o Prof. Bertrand Nogaro, da Faculdade de Direito da Universidade de Paris, constituído por um "Curso de Economia Política", e que integra os dois últimos volumes. A edição em português é organizada por Antonino de Sousa, que prefaciou o primeiro volume e é autor de um capítulo sobre Keynes no volume II. Ainda nesse volume é também incluído um capítulo de Maurice Dobb, sobre as "Características do pensamento económico actual".

A terceira série dos "Panoramas" é o Panorama da Geografia, obra organizada pelo Professor Magalhães Godinho, em colaboração com Alberto Fernandes Martins e Joel Serrão. Tal como os volumes anteriores, o essencial da obra é uma tradução e outras obras, organizada em função de uma visão global da ciência. Os seus volumes foram editados entre 1954 e 1957. O 1º volume com o sub-título "Tratado de Geografia Física", tem como base o trabalho do Prof. Emmanuel de Martonne, com 1000 páginas custava 270\$00. Os segundo e terceiros volumes, dedicados "À Bio geografia" e à "Geografia Humana" (2º), "Demo geografia" e "Geografia económica" (3ª), são da autoria de Emmanuel Martone, Lucien Febvre, Pierre George e M.M. Juglas respectivamente, e traduzidos por Mário Ruivo e Carlos Romariz, Jorge Borges de Macedo, Joel Serrão e Armando de Castro respectivamente. O preço era em 1960 de 270\$00 para o 2º volume

e 260\$00 para o terceiro. Em 1960 anunciava-se ainda a publicação de um 4º volume desta série de "Panoramas da Geografia" com dois capítulos dedicados à "Geografia Social", pelo autor Fernandes Martins, à "Geografia Cultural" com obra com autor ainda não escolhido, e à "Geografia Política" a partir da obra de Jean Gotman. Esse volume nunca chegou a sair, tendo sido editado em 1964 um volume complementar com o título Geografia e Acção de Michel Philipppneau.

Finalmente a última série dos Panoramas é dedicado ao "Pensamento Filosófico", e é dirigido por Vasco Magalhães Vilhena, que escreve a sua introdução, e é constituído por três volumes, publicados entre 1958 e 1962. A sua estrutura é desdobrada em três partes: A primeira "História do Pensamento Filosófico", de Wilhem Windelband; a Segunda "Teoria e prática da filosofia" de Abrham Edel; e a terceira "A filosofia contemporânea". Em 1960, quando estavam editados os dois primeiros volumes a obra custava 210\$00 e 190\$00, respectivamente. Em 1986 estas obras já se encontravam esgotadas.

A série Panoramas é no âmbito das edições Cosmos uma obra que, embora também orientada para um público diferenciado, culturalmente mais evoluído, prossegue de forma brilhante a actividade de divulgação cultural que presidiu ao seu projecto editorial da Cosmos. Bastante procurada por estudantes e intelectuais, esta obra será uma referência editorial para todos os que nessa época se encontravam numa fase de iniciação universitária, ou para aqueles que procuravam uma síntese geral sobre um dado campo científico.

De acordo com as palavras de Vitorino Magalhães Godinho a colecção "Panoramas" da Edições Cosmos, apesar de menos conhecidas do que outras colecções, "são tão ou mais importantes (...), já que se trata de um outro patamar de cultura e outro público" (Entrevista com Magalhães Godinho, 14/12/95, 7). Ainda segundo este colaborador da Cosmos saliente-se um outro importante contributo desta colecção, onde os directores da cada panorama definia normas de transcrição de nomes e vocábulos, características semânticas das traduções, o que representou um importante contributo para a língua portuguesa. (ibidem, 6).

Continuando na análise do catálogo da Cosmos, ainda durante a década de cinquenta será editado O Dicionário da Música, da autoria de Fernando Lopes Graça e Tomás Borba. É constituído por dois volumes editados em 1956 e 1958 com um total de 1426 páginas, formato 17*23 em papel especial, encadernada a belacuir ou meia-pele, ilustrada, com notas biográficas, termos técnicos e desenho de instrumentos. É uma obra impar no panorama editorial português, e tanto quanto conhecemos ainda única no campo da música. Em 1960 a obra podia ser adquirida por 550\$00. Depois de esgotada a obra não foi reeditada.

Fernando Lopes Graça, que já havia publicado, um volume nos "Cadernos Seara Nova" em 1941 e dois volumes de divulgação musical na "Biblioteca Cosmos" , foi um dos grandes amigos de Manuel Rodrigues de Oliveira, e um dos seus colaboradores mais competentes. Lopes Graça, expulso do ensino pelo regime, encontrou na Cosmos um local de trabalho, que lhe permitiu dar continuidade ao seu trabalho de investigação e composição musical. Na Cosmos traduziu e escreveu vários volumes. Em 1973 aí se iniciou a publicação das suas "Obras completas", das quais só viriam a ser editado, na Cosmos, cinco volumes.

O catálogo de 1960 contém ainda um conjunto de obras fora de colecção, e outras colecções com menor número de edições, mas não menor importância no interior do projecto de divulgação cultural. A colecção "Grandes pintores e escultores" com dois volumes, ao custo unitário de 150\$00 são editadas biografias de Rodin e Van Gogh, da autoria de Manuel Mendes e Mário Dionísio, respectivamente . Ainda fora de colecção estão duas obras relativas ao "parto sem dor", trata-se de uma obra de Henri Vermorel, publicada com o título O parto sem dor, publicada em 1957 e que custava 60\$00. Ainda com o mesmo título anuncia-se a 2ª edição de uma obra com o mesmo título de Colette Jeanson, sem data de edição, ao preço de 25\$00. Ambas as obras são traduzida por Seabra Diniz Azevedo Mota, sendo a Segunda delas prefaciada por Aquilino Ribeiro.

Na colecção "Documentos sobre a Expansão Portuguesa" Publicam-se três volumes da obra homónima de Vitorino Magalhães Godinho . Ainda dentro do mesmo tema dos descobrimentos a Cosmos publica em dois volumes a História dos Descobrimentos de Duarte Leite, respectivamente em 1959 e 1962. Em 1960 o 1º volume era vendido ao preço de 270\$00, mais uma vez organizado, anotado pelo emérito professor e colaborador da Cosmos, que no final da obra faz acrescenta um capítulo sobre a importância dessa obra na historiografia.

No catálogo anunciam-se ainda um conjunto de obras em depósito, que desconhecemos a respectiva casa editora, e datas de edição. Tratam-se de 3 obras de Afonso Ribeiro, Escada de Serviço, Aldeia e Três setas apontadas ao futuro. Um livro de poesias de Rui Knopfli, O País dos Outros. Um romance de Fernando Henrique Vaz, Cérebro e coração em Luta. Um livro de Daniel de Sousa, Críticas e estudos sobre música — arte — História e sociologia. E um livro de contos, Canadá de Nuno Bermudes, integrado numa colecção de prosadores de Moçambique. Sobre estas obras, em que os respectivos autores se encontram integrado no índice de autores, não encontramos vestígios, permanecendo portanto dúvidas quanto à responsabilidade da sua integração no catálogo da editora.

No catálogo de 1960 surge já o anúncio da preparação de umas das colecções que também marcará a o percurso editorial da Editora Cosmos:

trata-se do anúncio da colecção "Rumos do Mundo", mais uma vez dirigida por Vitorino Magalhães Godinho, e traduzida a partir dos originais franceses integrados na colecção "Destins du monde", editados pela Armand Colin de Paris, sob a direcção de Fernand Braudel e Lucien Febvre, a partir de 1959.

No Catálogo previam-se a publicação de dez volumes, em volumes encadernado, com textos ilustrados, contendo cada volume cerca de 500 páginas, nas dimensões 24 * 17 cm e encadernados a pele. Em relação a esta obra é possível comparar o anúncio da sua preparação em 1960, com o plano inserto no 1º volume editado em 1963, e ainda com o que acabou por ser publicado. Como a seguir veremos haverá ligeiras reformulações no projecto inicial quer em termos de volumes quer de autores. A principal alteração é o do nº de volumes previstos, que passou dos dez para treze, tendo acabado por ter sido publicado, em português, 12 volumes (13 livros).

Soberbamente traduzida por um corpo de excelentes tradutores , seguirá com a diferença de poucos anos a edição dos mesmos volumes em França. No total a colecção em língua portuguesa serão publicada 6.528 páginas, distribuídas por cada volume da colecção, organizado com índices remissivos, glossários, e bibliografia específica, o que tornou cada uma destas obras num instrumento de trabalho indispensável para cada um dos domínios históricos que abordaram, por parte dos investigadores portugueses.

Uma das suas principais alterações será a obra de Fernand Braudel, Civilização Material e Capitalismo de que serão publicados na editora Cosmos dois dos três volumes que acabarão por constituir na edição francesa, e que na época foi a primeira tradução para português de um trabalho deste historiador francês que marcou a historiografia do século XX . Ainda em relação ao plano inicial da obra em 1960, não serão editados os volumes de Georges Duby "Pensamentos e crenças do Ocidente — século XIV a XVIII" (nº 7 em 1960, nº 10 em 1963). A Obra de Vladime Elisseeff " As civilizações de Africa" (nº 2 do catálogo de 1960), "Civilizações da Ásia (nº 2 do plano da obra em 1963), que será substituída pela obra em dois volumes de Jacques Gernet, O mundo Chinês, (nº 2 e 2 A) publicados respectivamente em 1974 e 1975.

A obra planeada para volume nº 4 Roma e o seu destino, prevista para ser da autoria de Jean Cousin, será escrita por outro autor, Raymond Bloch, editada em 1964; e o mesmo sucederá com o planeado volume nº 5, "O Islão e a sua civilização", por Maurice Lombard que acabará por ser escrita por André Miquel, e editada em 1971, com o título O Islame e a sua civilização, e que passará a ser o 7º da colecção.

O último volume da obra anunciada de Fernand Braudel " Os princípios do século XX" (nº 10 no Catálogo de 1960) ou "O primeiro século XX" (nº 13 no plano de 1963) também não chegará ao prelo. Uma única obra da edição francesa deliberadamente não será publicada em Português. O volume nº 5 do plano de 1963 , "Bizâncio na encruzilhada do mundo medieval" de Paul Lemrle (não previsto em 1960, ou integrado no segundo volume, conforme a perspectiva editorial), que segundo o director português da colecção, e na sua opinião, não apresentava a qualidade necessária para edição(entrevista com Magalhães Godinho,).

Entre o projecto da obra em 1960 e o plano de 1963 verifica-se a introdução de duas obras: uma obra dedicada à história de continente do americano: trata-se da obra de Pierre Chaunu, A América e as Américas, que foi editado em 1969, e a obra de Roger Portal Os eslavos: povos e nações, editado em 1968.

Dos 10 livros previstos em 1960 serão portanto publicados 6, sendo que em dois deles serão publicados 2 volumes: um com a mesma numeração (nº 2 e 2a), e dois com numeração diferente (nºs 10 e 11, não se publicando o 13, o que sucedeu na edição francesa). Serão ainda acrescentados dois volumes não previstos e dois volumes terão os respectivos autores alterados . A colecção fica assim constituída por 11 números, em 12 livros. As razões das alterações entre o planeado e o previsto residem fundamentalmente nas mesmas alterações ocorridas na edição francesa. A direcção da obra, como vimos da responsabilidade de Magalhães Godinho, apenas intervém ao decidir não publicar um volume. A complexidade dos volumes e a sua longevidade no tempo são elementos suficiente para explicar essa alterações. A incapacidade da editora, em situação financeira difícil durante os anos oitenta explicará a não publicação do 3º volume de Civilização material e capitalismo de Fernand Braudel.

Como foi assinalado os volumes editados mantiveram-se dentro da média de página anunciado, sendo o mais pequeno de 427 páginas (volume 2 a) e o mais volumoso de 654 páginas (nº 3). O seu preço variou ao longo do tempo, variando dos 500\$00 em 1963 até aos 3.500\$00 para o último publicado em 1985. As tiragens destes volumes, que eram vendidos por assinatura (paga em três prestações) foram em média de 3.000 por volume. Nas livrarias, onde também foi possível adquirir esta obra, a maioria dos volumes esgotou. Por exemplo, nos anos já na década de setenta apenas se encontravam disponíveis os volumes 2 , 7 e 8.

No catálogo de 1960 existe ainda uma outra informação que nos dias de hoje se torna particularmente valiosa para estudar os modos de acesso à leitura. Trata-se da rede de livrarias onde se podiam adquirir volumes da Edições Cosmos. Como verificamos acima, a política comercial da Cosmos, funcionou durante mais de quarenta anos com base no seu fundo de

assinantes. Mas a sua presença em livrarias era também um sintoma da vitalidade dessa editorial.

A constituição do fundo de assinantes começa com a "Biblioteca Cosmos", e posteriormente o editor, cada vez que se preparava para lançar uma colecção, informava os assinantes, questionando-os sobre a sua vontade de adquirir a colecção. Segundo informações de editores contemporâneos da Cosmos, este fundo era actualizado de duas formas. Por um lado por incorporação de novos nomes, fornecidos directamente por assinantes a partir dos seus conhecimentos pessoais, ou por outro lado, por incorporação de nomes provenientes das associações profissionais, fundamentalmente de quadros técnicos (advogados, engenheiros, médicos, professores, arquitectos, etc.). Este fundo de assinantes em permanente actualização constituía assim uma das melhores redes de comunicação entre bibliógrafos durante este período. Uma das hipóteses de investigação por nós colocada, a partir do carácter oposicionista desta editora, é saber a sua importância na formação de bibliotecas pessoais, e dessa forma compreender o elevado reconhecimento social e cultural da memória da Cosmos na actualidade, e a existência de fundos de livros comuns em casas particulares dos participantes nos meios sociais da oposição democrática.

Essa rede de comunicação bibliográfica constituía também uma rede possível de uso para o desenvolvimento da solidariedade política dos meios oposicionistas. De acordo com os testemunhos recolhidos essa rede era usada de forma indirecta, por activistas políticos ligados às actividades editoriais, com algumas salvaguardas necessárias para evitar a perseguição policial, e nela se baseavam para o exercício político em épocas eleitorais ou de tomadas de posição sobre assuntos relevantes para a vida do país.

A partir do final dos anos sessenta essa rede de comunicação multiplicou-se por todo o país. Vários factores explicam essa explosão. Por um lado a degradação da base social de apoio ao regime, que se acentua a partir da Campanha eleitoral presidencial de Humberto Delgado em 1958, e agravada com o início da guerra colonial em África no início dos anos sessenta. Por outro lado, a tímida tentativa de Marcelo Caetano de reformar o regime por dentro, a partir de 1968, sem alterar a sua essência. Nesse período que conduziu à abertura conhecida como "primavera marcelista", alivia-se a censura e a perseguição por motivos políticos, aumentando notoriamente a actividade política da oposição, que em 1969 realizará o Congresso de Aveiro, como processo preparatório das propostas eleitorais.

No entanto no pós — guerra as condições para a elaboração de rede de comunicação entre os meios oposicionistas eram bastante mais limitadas. A grande maioria delas existiam em torno de órgãos de imprensa, das editoras, das universidades e nas associações culturais. Nos locais de maior influência comunista em áreas de implantação operária.

As campanhas da oposição democrática, como por exemplo as campanhas do MUD, de Norton de Matos e de Humberto Delgado foram construídas em grande parte a partir das redes ligadas às actividades de divulgação cultural. No fundo era uma tradição que remontava à tradição associativa que antecedeu a implantação do regime republicano, cultivada nos meios urbanos e operários. Foi uma tradição que sobreviveu à dura política policial e de censura durante o Estado Novo, e a base social com que a oposição democrática, periodicamente, mobilizava a sua actividade..

Contudo o sistema de assinatura não era o processo de venda exclusivo. Uma parte do seu fundo editorial era também escoado para as livrarias. É neste aspecto que o catálogo assume relevância, já que através dele é possível de detectar os locais de acessibilidade à leitura por compra (para além das bibliotecas pública), e também conhecer os locais onde se comerciava o livro. A comparação destes dados no tempo poderá fornecer informações pertinentes sobre as redes de livrarias, a pujança do mercado dos livros e dos modos de funcionamento do negócio do livro, entre os quais se salienta a capacidade de penetração de uma editora no mercado .

No caso concreto da Edições Cosmos pode-se verificar a sua penetração em todo o país, através da rede de livrarias existente. O total de locais onde se podia aceder aos livros de editora Cosmos em 1960, totaliza 83 sítios. E dizemos sítios porque em alguns locais, especialmente no Algarve, apenas surgem nomes individuais em cada terra, enquanto que no resto do território, se identifica claramente que se trata de uma sociedade comercial.

A cidade com um maior número de livrarias é o Porto, que totaliza, em relação a este Catálogo 12 livrarias; segue-se Lisboa com 9, Coimbra com 7 e Braga com 4. Com 3 livrarias surge a Figueira da Foz. Com 2 livrarias estão as cidades de Faro, Santarém, Viseu, Guimarães e Caldas da Rainha. Apenas com uma livraria encontram-se as seguintes localidades: Guarda, Leiria, Portalegre, Setúbal, Vila Real, Viana do Castelo, Tomar, Oliveira de Azeméis, Estremoz, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Tavira e Vila Real de Sto. António. Nas ilhas atlânticas, as cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada tinham casas correspondentes e o Funchal tinha uma livraria

Como se pode verificar pela listagem das localidades com correspondentes, apenas duas capitais de distrito não tem acesso a estes livros. Tratam-se das cidades de Bragança e Castelo Branco. Também em relação ao acesso à leitura se verifica a estruturante clivagem entre o litoral e o interior, e entre o norte e o Sul. É curioso os casos das vilas da Figueira da Foz e Caldas da Rainha pelo número de livrarias que tem, o que traduz a vivência e a tradição intelectual e cultural destas vilas neste período, o que não se explica apenas pela sazonalidade do Verão, já que uma livraria funciona durante todo o ano.

No caso das livrarias assinaladas na cidade de Lisboa, não deixa de ser interessante observar que todas elas se situam no centro da cidade, ou mais propriamente no eixo de ligação entre o Rossio e o Chiado. Se o Bairro Alto, era nesta época o centro da actividade editorial (a maioria das editoras tinham aí as suas sedes), o Chiado é o centro da vida cultural e dos locais de acesso à leitura. A Livraria Aillaud & Lello, Livraria Portugal, A Livraria Ferin, a Livraria Luso Espanhola, a Livraria Bertrand de Livraria Sá da Costa, e a "sucursal Diário de Notícias, no Chiado ainda hoje se encontram no mesmo local, dentro de um percurso que ficou na memória dos amantes do livro. Nos restauradores a Livraria Clássica Editora, na Rua Augusta a Parceria António Maria Pereira e no Chiado completam o círculo restrito das livrarias lisboetas onde se acedia à Cosmos. Naturalmente que nestes anos haviam outras livrarias na cidade de Lisboa, e que não surgem referidas neste catálogo. Mas o que se torna relevante neste Catálogo é a centralidade da Cosmos no tecido urbano e por arrastamento, no tecido cultural e da oposição.

Também não deixa de ser bastante interessante a distribuição de livrarias a sul do Tejo. Para além quatro livrarias nas sedes de distrito e uma em Estremoz, temos o caso do Algarve com 8 pontos de acesso ao livro. Para além da cidade de Faro, com duas livrarias, verifica-se a presença de mais 6 locais de venda. Trata-se fundamentalmente de uma distribuição concelhia identificada em nome individual, , o que não nos torna possível saber se estes locais constituem pontos de comércio, de tipo papelaria onde também se vendiam livros, ou apenas correspondentes da editora, que recebiam encomendas de livro.

Nesta época o Algarve ainda não fora afectado pelo surto de turismo que marcaria a sua paisagem urbana a partir do final da década. Não deixa por isso de ser surpreendente esta pujança cultural, na medida em que se pode considerar que nos locais onde existem vendedores é porque existe um produto que se troca. E se esse produto para troca é constituído pelo livro, quer dizer que esses livros se consomem, ou pelos menos estão disponíveis para leitura.

Quanto ao acesso à leitura dos livros da editora Cosmos no "Império" africano, note-se que com excepção de Timor e S. Tomé , as restantes "províncias" tinham acesso à leitura. Em Angola havia cinco locais, (Lobito, Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira). Em Cabo Verde havia um correspondente na ilha de S. Vicente, outro em Bissau, na Guiné e também um em Macau. Em Moçambique existiam duas livrarias (Beira e Lourenço Marques).

Um outro pormenor curioso é a penetração da editora Cosmos no mercado brasileiro. Em 6 livrarias de quatro cidades brasileiras, encontravam-se livros da editora. No rio de Janeiro, com 3 livrarias, entre as quais se

encontrava a Livros de Portugal. S.A. . No Belo Horizonte, Curitiba e S. Paulo, cada cidade com uma livraria completa o conjunto brasileiro.

Na década de sessenta a Edições Cosmos nos surge como uma editora que é um referencial no panorama editorial português. Passada a época da divulgação cultural da Biblioteca Cosmos, passou a editar, dentro de uma mesma linha de divulgação cultural, agora para um universo mais exigente, mas também mais restrito, e que se constitui como um quadro de referência para os cientistas sociais portugueses. Apresentava uma dimensão de projectos que se afiguravam consistentes e conscientes.

No catálogo de 1986 a editora é quase uma sombra de si própria. O contraste é total. Uma folha de papel A4 serve para fazer a listagem das obras à venda. Como acima salientamos nessa época, ainda estavam à venda volumes da "Biblioteca Cosmos" da "Marcha da Humanidade" "Rumos do Mundo". De novidades apresentam-se três novas colecções: As "Coordenadas" , "A Cosmos infantil" e "As obras completas de Fernando Lopes Graça". Como veremos são colecções de continuidade do projecto editorial, mas a pujança da editora é já outra. É o espelho das dificuldades financeiras a fazer-se sentir após a grande instabilidade financeira após 1973 e 1974, e sobretudo pelo surgimento de uma concorrência feroz no campo editorial, sem que o público se tivesse adaptado à "escolha da qualidade". É também o espelho da decadência de um projecto político e de uma forma de abordagem das ciências sociais. Os colaboradores da Cosmos envelheceram com a Cosmos. A Cosmos não integrou a modernidade, e foi vítima dessa modernidade.

Das novas colecções, surgidas já na década de setenta, destaca-se a colecção "Coordenadas". Colecção que também é dirigida por Vitorino Magalhães Godinho, inicia-se em 1973 com a publicação em livro das actas do Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Claude, realizado 8 anos antes, em 15 e 16 de Maio de 1965, sobre o tema "A história social: Fontes e Métodos", que constituirá o título do livro, e que foi dirigido por Ernest Labrousse.

O nome deste colecção apresenta o seu projecto. Procurava-se preencher uma lacuna nas edições portuguesas, editando no âmbito de novas temática e nos espaços de inovação nas ciências sociais e humanas. A escolha de um vocabulário náutico é em relação a isso bastante sugestivo. Por exemplo enquanto nas colecções "Marcha da Humanidade" ou "Rumos do Mundo" se assume por inteiro dentro de uma perspectiva de percursos pré determinados , as "Coordenadas colocam-se numa perspectiva de procura, de busca de um orientação . A alteração da abordagem de uma perspectiva de percurso enquanto destino, para uma perspectiva de busca de sentidos, revela portanto uma reorientação da abordagem das ciências sociais que a

partir dos anos sessenta invadem as ciências sociais e humanas, e que a Cosmos, através dos coordenadores das suas colecções acompanha.

O projecto da divulgação cultural através da edição passa pois por dar a conhecer os novos campos e novos métodos da abordagem da ciência, para através deles permitir o desenvolvimento de novas perspectivas e novas visões. É preciso dar ao público leitor português textos de reflexão, sintéticos e de qualidade, que tenham por base trabalhos de investigação, mas susceptíveis de produzirem novas abordagens e novas problemáticas que conduzam a uma renovação e a uma inovação da ciência em Portugal.

Com a revolução de Abril de 1974 a editora lançará ainda o esboço de uma colecção que se denominará "o ponto da questão" de que apenas surgirão dois títulos. Um deles da autoria da Vitorino Magalhães Godinho com o título A educação num Portugal em Mudança publicado em 1975, onde se editam um conjunto de artigos publicados na imprensa pelo professor em 1974 quando assumiu o cargo de Ministro da Educação no II e III Governo Provisórios. No outro volume, de Orlando Ribeiro, com o título A Universidade em crise publicado em 1976, surgem os trabalhos de reflexão a propósito das políticas de reformas para o ensino superior, iniciados durante o ministério de Veiga Simão . Com capa da Alda Rosa e a revisão gráfica de Rodrigues de Oliveira, esta colecção, que anunciou ainda um texto de Luís de Freitas Branco, "A história da música popular" que não publicará, teve uma efémera duração, não se conhecendo influência social importante. Com o país em convulsão revolucionária e com a multiplicação de edições diversas, os textos depressa perderam actualidade.

Esta colecção em conjunto com a colecção Coordenadas foram na prática as últimas que permitiram uma intervenção social através da edição pela Cosmos. Foi, no campo da divulgação cultural, o último gesto de autonomia. Em breve entrará em processo de grandes dificuldades financeiras, que se arrastarão até à final da década de oitenta quando parte da editora será adquirida por Mário Reis, proprietário de uma livraria em Lisboa.

O projecto editorial depois dessa alteração de gerência será então completamente distinto e a Cosmos tornar-se-á uma editora universitária. Nos dias de hoje a Cosmos apenas publica textos de universitários e para universitários, perdendo por completo o padrão que a referenciava como editora de divulgação cultural. Os textos continuam a apresentar alguma qualidade, mas a editora perdeu a sua antiga capacidade de inovação. A maioria dos textos não são pensados como parte integrante de uma colecção, mas sim pelo facto de terem sido gerados em meio universitário, integrando-se portanto numa colecção onde se publicam os textos dessa disciplina universitária. Essa circunstância faz com que eles percam as qualidades do discursos de divulgação cultural, para se centrarem essencialmente num discurso académico, o que sendo um processo de

comunicação com valor, está longe de permitir o acesso da editora a um mercado cultural mais largo, restringindo de forma bastante acentuada a sua divulgação. A Cosmos torna-se deste modo numa editora universitária, voltada para um público essencialmente constituído por universitários, suprimindo porventura a não existência de actividade editorial na maioria das universidades portuguesas.

Como elemento significativo desta alteração da identidade da editora encontra-se um novo símbolo da Cosmos, de onde desaparecem as estrelas que orientavam os rumos da edição. Apesar de no catálogo de 1995 e 1997 ainda se encontram obras em depósito das colecções "rumos do mundo", "marcha da humanidade" e "coordenadas", a "nova Cosmos" tem outras virtudes, outras referências e outros objectivos. Deixou de lado a Universalidade da divulgação cultural, apostando na "Universidade". A marcha para a modernidade não se compadece com as utopias da cultura para as massas. Os caminhos da literacia são sinuosos e a derrapagem surge a cada curva.

O vil metal borrou a estrada para a luz, pensada por Rodrigues de Oliveira e os seus pares como projecto de divulgação cultural. Da memória da Biblioteca Cosmos, destinada à divulgação cultural, à memória das colecções especializadas, destinadas às elites intelectuais, a Cosmos assumiu um carácter pedagógico, uma missão educativa, no interior da lógica de intervenção social da esquerda democrática. Um caso único e exemplar de que Manuel Rodrigues de Oliveira, comunista heterodoxo, foi virtuoso interprete.

2.3. A Cosmos e a divulgação da História

Como se verificou pela análise do Catálogo da Editora Cosmos, a edição e a divulgação da História tornou-se uma das suas mais importantes referências editoriais. Do período do pós-guerra até aos anos oitenta, primeiro no âmbito de um projecto de divulgação em que a história assume o lugar de ciência fundamental no âmbito da compreensão da vida dos homens; e que depois prossegue com uma característica de divulgação de trabalhos académicos, com uma relação maior ou menos próxima da produção científica universitária. A história é uma constante editorial da Cosmos.

A publicação de textos históricos começa logo nos Cadernos Coloniais e prossegue com a publicação da sua "história universal". Depois, em 1942, a história é pensada como uma das secções da biblioteca Cosmos, a IV denominada então "Povos e Civilizações". Autonomiza-se em colecção em 1947 com a colecção "Marcha da Humanidade". Em 1963 traduz e publica porventura uma das mais marcantes colecções da historiografia contemporânea. Continua em 1973, uma nova colecção, "coordenadas",

também sinal de novos tempos. A história procura a aproximação à interdisciplinaridade com as outras ciências sociais.

Se a Cosmos foi durante quase cinquenta anos uma editora maioritariamente de divulgação da História, a "nova Cosmos" deixou de o ser. Ainda se mantêm as colecções da história mas agora muitas outras disciplinas universitárias concorrem consigo no prelo. Colecções como Medievalia, Relações Internacionais, Cosmos História, Orientalia Lusitania, Estudos Gerais Livres, História Moderna e Contemporânea, Portugal e o Mundo Português, ombreiam no catálogo com a filosofia, a literatura, a antropologia ou o direito.

Entre o primeiro período, dos Cadernos coloniais e da Colecção de História Universal de Macedo Mendes e o período da "Nova Cosmos", Isto é, entre 1941 e o início dos anos noventa, a Cosmos torna-se a editora portuguesa, por excelência, da historiografia da "escola dos anales". É através da Cosmos que a renovação do pensamento historiográfico do nosso século é divulgadas, em língua portuguesa, aos portugueses. Não é naturalmente a única editora que o faz, sobretudo a partir do final dos anos sessenta, mas é ela que publica os textos mais significativos e que se tornarão uma referência para o pensamento e para a produção historiográfica portuguesa após 1974.

A importância assumida por esta editora, para além da natural responsabilidade do editor, deve-se fundamentalmente aos seus colaboradores. Se no período da Cosmos "histórica" um nome preenche a direcção das colecções: Vitorino Magalhães Godinho; a "nova Cosmos" preenche o título de director de colecção com outros nomes, quando os tem, tais como Aires do Nascimento, António José Telo, José Nunes Carreira, João Medina, na maioria dos casos docentes universitários.

Se em relação ao tempo mais próximo, e por consequência ao período da "nova Cosmos" tudo é demasiado próximo para analisar de forma clara a influência das suas edições na divulgação da história, essa mesma análise para o tempo da Cosmos "histórica" assume uma maior pertinência. Esse tempo, como se salientou acima, surge intimamente relacionado com a personalidade e o percurso historiográfico de Vitorino Magalhães Godinho, colaborador privilegiado de Manuel Rodrigues de Oliveira, após a morte de Bento Caraça, durante mais de 45 anos.

Um aspecto curioso dessa colaboração entre o editor e o insigne historiador é que este colabora na editora dirigindo colecções, e em nenhuma dessas colecções se publica trabalhos da sua autoria. Apenas uma obra da Cosmos sairá do prelo com a autoria de Magalhães Godinho. Trata-se do 3º volume de Documentos sobre a Expansão Portuguesa, publicados em 1956. Mas ainda nesse caso, registe-se, tal aconteceu para completar uma colecção

iniciada noutra editora — a Gleba , e nessa data sem actividade editorial. Trata-se antes de mais de uma postura ética, de uma pessoa que, dirigindo uma colecção, no fundo decide sobre a qualidade do texto para publicação, e sobre cujo veredicto o editor confia. Não é pois o melhor juiz para causa própria, e que para evitar qualquer erro de apreciação, o melhor era não correr os riscos, e Magalhães Godinho assumiu por inteiro essa sua missão de coordenar a divulgação da história. A sua participação assume assim uma outra faceta do seu trabalho científico, esta raramente analisada: a de divulgador da história .

Esta distinção entre a editora onde publica e a editora onde dirige colecções é revelador de um fenómeno ético frequente nos homens daquele tempo, colaboradores ou editores, e que participavam numa determinada visão de uma cultura cívica frequente nos meios da oposição democrática. As atitudes, hoje visíveis pelas obras publicadas, de vários outros editores e colaboradores não competiam na edição. Consideravam-se como portadores de uma missão de divulgação cultural, no âmbito da qual o que era importante divulgar era uma obra património da humanidade. Não editavam para se promoverem; cooperavam num objectivo comum que lhes dava razão e sentido para viverem e fazerem História.

Se verificarmos as listagens de livros publicados pelas editoras que participavam nessa missão cultural, verificamos que assim era. Não se publicavam livros que competiam entre si. Se alguém chegava a um editor com um livro que esse editor considerava como mais adequado para publicar numa colecção de outra editora, era ele próprio que se encarregava de entrar em contacto com esse editor.

Não se poderá generalizar a pertença de todos os editores deste meio cultural a esta solidariedade editorial, mas a maioria deles, foi-o por opção ética. Um mundo bem diferente do actual, onde assistimos à competição editorial, com livros sobre o mesmo tema a saírem em tempos muito próximos. As leis do mercado assim o exigem, bem como a ausência de uma cultura cívica na sociedade portuguesa contemporânea . É preciso manter a presença em todo o lado a qualquer custo. É preciso vender a qualquer custo qualquer coisa.

A propósito desta diferença de tempos, resultado de outra cultura, testemunha Magalhães Godinho sobre a tertúlia da Cosmos: " Íamos lá conforme a vida de cada um. Mas normalmente, na Lisboa dessa altura era perfeitamente corrente, ora uns ora outros passarem pela Cosmos, pela Seara Nova, pela Brasileira ou pelo Café Chiado . Havia uma extraordinária circulação de pessoas nessa altura. Tudo isso era muito importante porque professores de matemática encontravam-se com historiadores, com engenheiros, com médicos, com operários, com professores primários. As conversas não eram conversas de "chacha", eram conversas que

interessavam a todos sobre os grandes problemas. Muitas vezes também se fazia "blague", enfim divertimento ou entretenimento, mas sempre com uma abertura constante de Horizontes. (...) toda aquela gente andavam em constante contacto, e eu penso que isso era extremamente enriquecedor. Agora vamos a uma universidade, a uma faculdade e as pessoas estão nos seus gabinetes. Não há salas comuns onde se encontrem, e muitas vezes as pessoas não se vêem ou vêem-se nos corredores. Já quase não há espaço para tomar uma bica porque há bichas terríveis ... " (entrevista com Magalhães Godinho, 14/12/94, p.11).

À consciência dessa missão juntava-se a qualidade do trabalho de cada um. A qualidade do trabalho de cada um juntava-se o contributo de todos os que participavam. Desse modo, é legítimo supor que a concepção e o planeamento das colecções, para além do seu coordenador, também devem ser atribuídas ao "brain-storming" que resultavam destas tertúlias culturais. Todavia tal facto não impede uma análise actual das intenções dos coordenadores das colecções, a partir dos textos iniciais, datados e assinados, enquanto produção própria de reflexão e de síntese de um projecto.

E esse caso, o de textos de divulgação das intenções da colecção, é uma constante nas Edições Cosmos, e em particular nas colecções dirigidas por Magalhães Godinho. Em 1945, nas explicações inseridas na primeira publicação da colecção "A marcha da humanidade", escrevia que a colecção "constituirá um esforço para a integral compreensão do homem e de todos os seus problemas através da sua incessante caminhada, no próprio fluir das suas transformações. Será a aventura do homem a forjar o seu próprio provir — provir que a cada passo se torna presente e logo volve passado".

Esta visão da História integra-se dentro do processo de renovação da história, que Godinho eleva a uma ciência maior, ou como um processo que conduz o homem a conhecer-se a si próprio. O homem de Godinho é explicado em função da sua integração no universo, o que nas suas palavras significa uma inversão do ponto de análise. A história de Godinho não é a história dos homens importantes, não é a legitimação do poder ou da propriedade, mas são todos esses processos que levam o homem a evoluir, a inventar constantemente o seu mundo, e dentro desse mundo a viver as suas tragédias, os seus sonhos e as suas tristezas. Essa "desantropomorfização" da história é a forma de a compreender melhor, naquilo que é considerado como a sua "trama secular", ou seja: o conjunto dos seus significados.

"Hoje a história é estruturalmente isto: a compreensão científica da marcha da humanidade, ou a preparação dessa compreensão"(op.cit., 3). A colecção é portanto um projecto de renovação que se insere dentro da missão do historiador. Fazer a história, divulgar a história, são dois papeis

intimamente ligados e que Godinho não enjeita. O drama de Godinho, em 1945, foi a sua confrontação com a realidade da história portuguesa, que segundo ele "não existem entre nós especialistas que não o sejam em exclusivo da história de Portugal, a quem pudéssemos confiar tal missão", o que levou a preferir a tradução de autores estrangeiros "do mais incontestado valor" (op.cit., 4).

No ano seguinte, em 1946, escreveu Magalhães Godinho no prefácio da obra de Gustav Glotz, *Historia Económica da Grécia*: "A história económica da Grécia deve interessar, à primeira vista, não só aos que estudam a antiguidade por si própria, mas também aos que querem conhecer, por um exemplo característico e completo, o desenvolvimento material das sociedades humanas. A Grécia, com efeito, apresenta o espectáculo único de um povo que passa em alguns séculos, das instituições familiares ao regime do individualismo na cidade soberana, e cujo Horizonte se dilata rapidamente, para além das pequenas localidades a que primeiro se confinava, a toda a bacia do Mediterrâneo. Às transformações políticas correspondem necessariamente as transformações económicas. A evolução mostra-se aqui com uma simplicidade esclarecedora; os grandes períodos destacam-se; podemos esperar que se revelem as leis gerais".

A questão da lei em história é uma questão que se levanta nesta época, e que se prolongará no debate da historiografia durante os anos sessenta e setenta. Será um debate teórico fundamentalmente assente em postulados da filosofia marxista, na busca da legitimação do discurso historiográfico. Godinho, homem de esquerda, democrata e socialista, não será um adepto do marxismo. Contudo não escapará por completo à tentação de predeterminar a história.

"Mas a história não é um caleidoscópio de factos ocorridos, ou melhor, é-o só preliminarmente. A história visa a comparar e a relacionar. Compara instituições — a família a propriedade, compara acontecimentos — as revoluções, as guerras — em épocas diferentes ou em povos diferentes. Relaciona os factos simultâneos e os factos sucessivos. Por outras palavras, depois de descrever. Esforça-se por encontrar as razões das cousas e efeitos e correlações. Discute-se se a história atinge ou não a lei — a relação constante entre os factos. Se não é à história que cabe formular as leis, nem por isso estas deixam de poder — e dever — formular-se; e à história incumbe apresentar todos os materiais que a economia, a sociologia, o direito, a sociologia religiosa, a geografia humana, a psicologia, etc. vêm a elaborar, quer dizer os materiais que estas ciências vêm a articular entre si, de modo a exprimirem-se na invariabilidade de relações — em leis" ("A marcha da humanidade", op. cit. P. 3).

No prefácio que escreve à colecção "Rumos do Mundo", a posição do autor evolui no seu discurso: "Não se trata até de discutir se a história atinge ou não a lei — a relação constante entre os factos; se a ela incumbe formular as leis ou tão só carrear todos os materiais que a economia, a sociologia, a

geografia humana, a psicologia, a sociologia do direito, a sociologia das religiões vêm a elaborar, quer dizer, o acervo que estas ciências se ocupam de entretecer, de articular entre si de modo a unificar-se na invariabilidade de relações — em leis. A história hoje debruça-se sobre todos os factos de todos os campos das ciências humanas, que por seu turno se historicizaram todas elas, vindo a considerar as respectivas problemáticas de uma perspectiva histórica (Introdução à colecção Rumos do Mundo, op. cit., XV).

Na introdução que faz à colecção Coordenadas, em 1973, a problemática é a mesma, mas a escrita altera-se. Não se verifica esta abordagem directa à existência de leis da história. Reconhece que cada homem e cada acontecimento, cada grupo ou sociedade actua de acordo com as referências do seu tempo, e que é nesse tempo que a ciência as tem que compreender. Sendo o homem o centro e o destinatário de toda a ciência, é uma realidade complexa que exige um espírito científico, de abertura, diálogo e rigor, de forma a integrar todos os contributos de todas as metodologias e de todas as ciências humanas. Um texto escrito com base na observação do seu tempo, e que ainda hoje assume uma notável modernidade, é ao fim e ao cabo a expressão das intenções de uma colecção que pretende, mais do que fornecer continuidades, fomentar a ruptura renovadora do pensamento, como forma de criação e inovação científica que permitem novas abordagens e novas análises, e que fundamentam a legitimação do discurso historiográfico contemporâneo, ou se quisermos, pós-moderno.

"Radical o espírito científico quanto ao tratamento dos problemas do homem e dos homens neste meio até aqui tão avesso não pode deixar de consistir em contribuirmos nós próprios para o avanço das Ciências humanas, enfrentando a realidade portuguesa para analisar com pertinência graças a abordagens firmes e esclarecidas em que a nossa invenção científica caberá papel fundamental" . Eis em suma um projecto de um homem que vivendo a história intensamente, acredita que é através da história que se "inventa o futuro". Em breve se envolverá na construção desse futuro de forma activa, diminuindo a sua intervenção através da direcção de edições de livros.

Se contextualizarmos todos estes trabalhos no âmbito da produção da Edições Cosmos, verificamos que Godinho, que como vimos teve um volume previsto na "Biblioteca Cosmos", opera, de forma intencional, com as sucessivas colecções que dirige uma importante modernidade editorial, que ao acompanhar a renovação do pensamento historiográfico contemporâneo, introduz no mercado da divulgação do livro de história em língua portuguesa, as principais linhas de renovação e legitimação do pensamento historiográfico. Em termos editoriais foi, no seu tempo uma actividade completamente inovadora, e que tornou a Cosmos num dos mais interessantes projectos de divulgação cultural do nosso século.

O segundo volume da colecção "marcha da humanidade" é a concretização desse seu volume previsto para a Biblioteca, de que Godinho prefere a tradução de uma obra publicada a escrever uma síntese e a publica-la com o seu nome. Repare-se que ambas as colecções são contemporâneas. Com essa atitude de Magalhães Godinho, a história deixa de ser uma das secções da Biblioteca para ganhar a excelência de uma colecção própria. Ganha a autonomia de uma colecção. E essa autonomia significa a crescente convicção que nesse tempo era atribuída à história. A História posiciona-se então como uma das ciências fundamentais para a compreensão do destino dos homens.

Se a técnica era olhada com o deslumbramento da libertação do homem em relação à matéria. A história é olhada como o guia da construção da nova babilónia. É através dela que se entendem os dramas da condição humana. É através dela que se balizam os desejos, se moderam os entusiasmos, se limitam os impulsos, se contêm as loucuras. Tudo se resumiria à revelação da condição humana, à capacidade de sentir, viver e amar o homem onde à história cabe o papel de interpretar todas essa vivências, e, "missão" suprema do historiador, ser capaz de a transmitir, com toda a sua riqueza, com toda a sua complexidade.

Neste aspecto particular da actividade de Godinho, torna-se possível distinguir entre a concepção da História, e a concepção de Historiador. Se na primeira, ele foi talvez um dos mais notáveis interpretes no nosso século, a sua actividade na Editora Cosmos tornou-o a ele e a essa editora, também num dos mais notáveis mecanismos de divulgação da história no nosso tempo. Com isso Godinho acrescenta à panóplia de metodologias e teorias do historiador, uma função não menos importante: a capacidade de divulgar, isto é, comunicar o que se sente, o que se vive, e o que se ama aos seus companheiros no percurso da vida. Traduz pelo verbo o passado. Transforma o passado em presente pela acção, dando significado ao termos historiador. É sem dúvida um dos aspectos que maior influência tem sobre a sociedade e sobre o seu tempo. É ao fim e ao cabo uma forma de ultrapassar a mortalidade. É através dessa projecção no futuro que atinge a imortalidade da alma. É a concretização da missão do livro.

Se alguns gravaram na pedra a memória que legitimam o seu poder sobre a sociedade e sobre os outros, Godinho e a Cosmos gravaram no papel a legitimação da condição humana. É uma memória de todos e para todos, numa notável missão divulgação que ampliou ao papel do investigador e do professor, para um universo muito mais amplo do que a reduzida esfera de Universidade. A Cosmos, e as suas edições históricas, foram elas próprias uma Universidade, na realização etimológica do termo.

Essa missão de divulgação, que desde muito cedo Godinho desenvolve, tornou-se uma constante na sua vida, e através dele projectou as Edições

Cosmos como um dos instrumentos de influência social que transcendem em muito a mera vida empresarial, tornando o seu espólio num património colectivo. Num espólio onde os portugueses se encontram consigo mesmos e com os outros. A Cosmos, nesses tempo, era ao fim e ao cabo a realização do seu próprio nome: a mundividência que permite o diálogo entre as culturas.

Capítulo 3

O Sulco do arado

As Publicações Europa-América de Francisco Lyon de Castro (1945-1997)

As Publicações Europa-América confundem-se com o seu editor, Francisco Lyon de Castro, que as criou em 29 de Maio de 1945. Em cinquenta anos de actividade como editor transforma a sua casa numa das editoras mais pujantes do mercado português. A intenção do seu projecto encontra-se expresso no próprio nome da editora, onde se procura reunir, através do livro, a Europa, onde em 1944 os canhões se silenciavam depois de mais uma guerra fratricida, e o imenso continente americano, de onde vinham os clamores de uma actividade cultural intensa. No início Lyon de Castro foi mais um livreiro, mas rapidamente entra no mundo da edição face às diversas contrariedades do seu tempo. É difícil de sabermos hoje se foram as circunstâncias que fizeram o editor, ou se foi o homem que aproveitou as circunstâncias. Como veremos Lyon de Castro foi, e continua a ser, um homem atento ao seu tempo e aos seus semelhantes, e que encontrou na nobre arte de imprimir a vocação de divulgador que desde sempre o acompanhou.

3.1. O "bibliocultor"

Nascido em Lisboa no ano de 1914 a 24 de Outubro, Francisco Lyon de Castro começou a despertar para o mundo no bairro de campo de Ourique, onde os pais dispunham de um pequeno negócio de venda de madeiras e carvão. Campo de Ourique era então um bairro situado na periferia da cidade, onde a par de zonas de habitação operária, hortas e pequenas fábricas em decadência ligadas à cintura industrial do vale de Alcântara, se iniciava a construção urbana. Prédios de quatro andares, de alvenaria e madeira, construídos sobre malha quadricular, destinavam-se fundamentalmente à habitação e ao rendimento da então burguesia comercial de Lisboa.

Era pois uma zona da cidade em progresso, com novas gentes a afluírem em quantidade às novas casas, construídas em ruas desafogadas ao mesmo tempo que se mantinham amplos espaços baldios, ideais para as aventuras juvenis. O espírito intrépido de Lyon de Castro tinha espaço e companhia para se temperar nas "guerras" de bandos juvenis. Atingido a idade em que a razão interroga o real, sob a influência do irmão mais velho, ligado a "actividades culturais, à militância política e à convivência com ambiente de operários e classes médias", o futuro editor começa a movimentar. Lyon de Castro refere como tendo sofrido uma grande influência das actividades culturais realizadas nas associações sindicais do Arsenal da Marinha e do Exército nos anos de 1931 e 1932. A influência política predominante nos sindicatos nesta época era maioritariamente anarquista, conquanto se assistisse a uma cissão originada pelos comunistas de Bento Gonçalves que

formaram a Comissão Intersindical sem que isso implica-se uma alteração profunda nos métodos de acção sindical.

Lyon de Castro mantém desta época a memória de uma participação em reuniões políticas nos meios operários, onde os temas e preocupações eram fundamentalmente sociais. "Os problemas da justiça social das classes pobres e dos trabalhadores" foram assuntos que preocuparam Lyon de Castro desde a sua adolescência.

As preocupações culturais dos jovens encontravam também expressão na promoção de acampamentos de fim de semana que se realizavam entre a Trafaria e a Costa da Caparica. Segundo Lyon de Castro este período de intensa vida cultural nessa época foi único. "Havia uma predominância de preocupações de tipo cultural, dentro das preocupações sociais. Isso nunca mais voltou a haver. Foi um período que passou e nunca mais se voltou a viver isso".

Nessa altura Lyon de Castro era funcionário da Imprensa Nacional onde tinha entrado em 1929. A organização operária dos gráficos era então uma força social expressiva e tradicionalmente de influência anarquista. Neste ambiente, o jovem Lyon de Castro movia-se à vontade. Segundo as palavras de Lyon de Castro, a sua intervenção social tinha começado por volta dos anos de 1925, 1926 quando fundou a "Liga do Amor", grupo que se dedicava ao auxílio das crianças pobres do Bairro de Campo de Ourique. A influência anarco-sindicalista (na CGT, então clandestina) e os estudos do curso comercial que então começara a frequentar à noite, são fundamentais no jornal que então funda "A Mocidade Livre". Um jornal que era destinado sobretudo aos operários, e que erram vendidos nas ruas por estudantes, fundamentalmente nas áreas operárias. Lyon de Castro figura como Director deste jornal efémero, que segundo o editor o situa por volta dos anos de 1931, 1932.

O jornal deu posteriormente origem a um movimento a que se chamou União Cultural da Mocidade Livre. Lyon de Castro assume na entrevista o papel de liderança desta organização semi-clandestina, constituída por pequenos núcleos dentro da Imprensa Nacional. Neste período contacta com estudantes da Faculdade de Ciências e Faculdades de Letras que funcionavam ambas perto da Imprensa Nacional, a primeira na rua da Escola Politécnica, e a segunda na Academia de Ciências. Nesse período, Lyon de Castro conhece Francisco Batista Ribeiro, que adere à sua organização e o coloca em contacto com os organizadores da Universidade Popular Portuguesa, que então funcionava nas instalações da "Padaria do Povo" no mesmo bairro de Campo de Ourique.

Aos directores da Universidade Popular o grupo de Lyon de Castro propõe a realização de um ciclo de conferências "em prol da organização consciente

do pensamento moço". A primeira destas conferências foi feita por Bento de Jesus Caraça em 25 de Maio de 1933 e tinha por título " A cultura integral do indivíduo -- problema central do nosso tempo" e que Francisco Lyon de Castro publicará como o nº 1 da colecção "cadernos de Cultura Vanguardista" editados pela "mocidade livre" e que o editor assume como a sua estreia no universo das publicações .

Haverá ainda outras conferências neste ciclo da mocidade livre. António de Sequeira Zilhão, cujo título não conseguimos referência , a de Hugo Batista Ribeiro com "A crise da Universidade" e esteve prevista uma do próprio Lyon de Castro " A luta contra a guerra e o fascismo" e que foi proibida de se realizar pelo regime.

Desta actividade de divulgador cultural recorda a memória de Lyon de Castro com as seguintes palavras "tínhamos consciência que o sector cultural deveria desempenhar um papel muito importantes na luta ... na oposição, ao regime ditatorial nascente. Há já o partido nazi na Alemanha. Não está no poder mas existe. O fascismo está no poder na Itália, e há um ambiente, não digo de guerra, mas pré-guerra. O imperialismo e as novas ideias dentro da Alemanha. E nós temos consciência desse perigo. É nessa altura que se desencadeia um movimento internacional, em que participa Henri Barbusse , Romain Rolland, Louis Aragon e Elsa Triolet, em França, e que eu depois viria a acompanhar e a conhecer quando fui para França. Tínhamos consciência que o desenvolvimento da cultura e a preparação das classes médias e operárias tem de vir a ter um papel muito importante na actividade política e actividade de resistência, sobretudo no plano cultural, a um poder que está nas mãos do militares e que se opõem a um tipo de sociedade que nós pretendíamos".

Esta actividade em prol da divulgação cultural é concebida como parte integrante de um combate político contra um regime e contra as ideias da organização social desse regime. Este despertar de consciências seria um primeiro passo para o combate político. As reuniões culturais contribuíam para a constituição de redes de associação entre pessoas sobre quem posteriormente eram exercidas actividades de apelo à acção política. Esta actividade de Lyon de Castro era portanto parte integrante do "modus operandi" do trabalho político dos comunistas no qual Lyon de Castro estava envolvido Uma parcela visível de uma actividade política que em grande parte já se desenvolvia de forma clandestina .

É assim que, na Greve Geral de 18 de Janeiro de 1934, Lyon de Castro é membro do comité organizador de Lisboa, com responsabilidade de coordenação da brigada da Linha de Sintra, e, na sequencia da repressão política a que se assistiu após o seu fracasso, será forçado a fugir para Espanha . De Espanha passa em 1935 para França , onde a par das actividades de militante comunista manteve sempre uma presença activa

nas tertúlias culturais. De regresso Portugal, nesse mesmo ano é preso em Lisboa junto ao Saldanha.

De 1935 a 1940 esteve preso em diversas cadeias (Aljube, Peniche, Caxias e Angra do Heroísmo). Deste tempo conserva Lyon de Castro a Memória de dias dedicados ao ensino dos companheiros de cela. Ensinava história, português e francês, utilizando “papel higiénico para a escrita” como refere com algum orgulho pedagógico. Fez e encenou um peça de teatro.

Libertado em 1940, segundo o próprio a sua adesão à causa comunista começa a esmorecer. Por um lado, de acordo com a sua memória pesava o pacto germano-soviético . Por outro lado a sua passagem pela prisão tornava-o mais mercado pela polícia política, o que limitaria os sua movimentação nos meios da militância política activa. Vive organizando pequenos negócios e ajuda o pai na sua loja de venda de madeiras e carvão em Campo de Ourique. Em Maio de 1945, acompanhado do seu irmão Adelino, fundou as Publicações Europa-América.

Os primeiro passos da PEA desenvolvem-se no campo da distribuição. Utilizando como depósito a casa de Campo de Ourique de Ilda de Oliveira, irmã do editor da Cosmos , os irmãos Lyon de Castro começam a comprar livros brasileiros e a vende-los através das redes das associações culturais pelo sistema de assinaturas. A memória de Lyon de Castro situa esse momento como determinante na mudança da sua vida.

“Eu já tinha fundado um jornal. Depois de ir para fora tinha contactado muito com jornais. Tinha fundamentalmente contacto com dois jornais, e particularmente com o diário do partido comunista Espanhol o “Mundo Obrero”, onde ia praticamente todos os dias à redacção do Jornal”. Enquanto estive preso também fui redactor de dois ou três jornais de prisão (redactor entre aspas, já que era um jornal de prisão escrito à mão) Esta história da prisão tem uma certa importância para mim. Quando fui para Espanha, a seguir ao 18 de Janeiro de 1934, encontrei um antigo operário do exercito, o Salvador Gonçalves, que tinha uma banca de venda de jornais na Calle Alcalá em Madrid, curiosamente perto da Direcção Geral de Segurança(em castelhano Direccion General de Seguridad, o organismo de Estado que tutelava a polícia). Ele era conhecido da polícia e embora não tivesse uma actividade política conhecida estava ligado ao Comité Central do Partido Comunista de Lisboa e recebia muita documentação... Tinha vários jornais de prisão que eram enviados para lá. Quando eu estava lá ele fugiu porque a sua actividade tinha sido identificada pela polícia. A mulher entregou-me uma pasta cheia de documentos, onde estavam alguns destes jornais que eu depois levei para França. Em Paris, na redacção do semanário Monde, encontrei o Henri Barbusse, que fazia parte do Comité de Luta Anti Fascista e mostrei-lhe os jornais de prisão portugueses. Ele ficou

muito impressionado e publicou-os no jornal. São documentos preciosos e de uma importância extraordinária e que nunca ninguém falou disso.

“Depois fui para Paris, onde tive muitos contactos com gente ligadas às editoras e aos jornais. Depois da minha prisão, tenho que organizar a minha vida. O meu pai tinha uma actividade comercial relacionado com lenhas e madeiras e eu fui-o apoiando. Até que em 1945, no Bairro de Campo de Ourique, talvez o Bairro de Lisboa onde se havia maior actividade cultural, com uma classe média muito grande com um forte pendor para as actividades culturais que costumava encontrar-se no Café Canas, onde se reunia uma espécie de tertúlia. Era por exemplo o caso do Tengarrinha, do Manuel Rodrigues de Oliveira, do Borges de Macedo. E com o fim da guerra que nós discutíamos muito, eu já tinha consciência do papel que a cultura tinha que desempenhar na oposição ao regime. Era preciso consciencializar as pessoas para o regime que se estava a viver. Das condições de vida no plano político, económico e social que se estava a viver. E portanto é preciso criar qualquer coisa que permita fazer qualquer coisa nesse plano.

“Eu já conhecia o Rodrigues de Oliveira, que já tinha a Cosmos. Eu então propus ao Manuel Rodrigues de Oliveira e ao meu irmão criarmos uma editora. Isto é, não é ainda bem uma editora. O nome da casa, que se chama Publicações Europa-América é inspirado na ideia que em Portugal faltam publicações, quer livros quer revistas, quer jornais que dêem o quadro da situação do mundo. Da nova Europa, que vai nascer, mas também aquilo que já havia na América do Sul, particularmente no Brasil. Obras do Jorge Amado e não só, que por acção do regime e da polícia não chegavam a Portugal. A Argentina tinha umas excelentes colecções, no México também havia o Fundo de Cultura Económica. Eu tinha uma grande informação sobre tudo isso através de amigos e de jornais estrangeiros que chegavam à imprensa nacional e que estavam proibidos cá.

“Como todos tínhamos uma enorme sede em saber o que se passava no mundo, eu trazia esses jornais e emprestava aos amigos. Eu então tive a ideia de trazer para Portugal o que era outro mundo. Aquilo que faltava. E é essa a razão porque se cria uma organização editorial chama PEA. O mundo português alimentado por publicações que vinham daqui e de acolá. É claro que todos estávamos convencidos que o regime teria de mudar. Mas eu, e muitos como eu nos enganamos, e o regime não mudou. Muitos dos pacotes com livros que vinham do estrangeiro eram apreendidos pela polícia.”

Reconhecendo o papel dos Rodrigues de Oliveira na génese das PEA, aqui fundamentalmente como importadora e distribuidora, não se verificava uma incompatibilidade, ou uma concorrência entre a actividade de Rodrigues de Oliveira da Cosmos, que nessa época estava em plena publicação da "Biblioteca Cosmos" dirigida por Bento de Jesus Caraça. A Universidade

Popular Portuguesa, dirigida por Ferreira de Macedo e Caraça, havia sido encerrada pela polícia política. O bairro de Campo de Ourique fervilhava de oposicionistas ávidos de novas ideias e novas informações. Se a Cosmos publicava uma colecção inovadora no panorama editorial português, por detrás dela havia um conjunto de leitores ansiosos por saber o que se passava lá fora, e só possível de aceder por via da importação de livros. Recorde-se que esta é também a época de maior projecção da estética do neo-realismo que tantos romances deu à estampa em França, Itália, Brasil, etc., e que como não podia deixar de ser tiveram uma ampla publicação no âmbito das editoras portuguesas, de que se salienta os exemplos da Inquérito e da Livraria Portugal .

Lyon de Castro importa e distribui em Portugal o "l'Express", "l'Observateur" , o "Témognaige Chretienne, o "Concilium" jornal sobre a religião publicado pelas Editions du Seuil, da "Democracie Nouvelle", editada pelo Partido Comunista de França. Não têm grande sucesso. A maior parte dos pacotes era apreendida nos correios. "Nessa altura eu tive conhecimento de indivíduos dos correios que estavam ligados à polícia e à censura e que denunciam a origem dos pacotes".

O editor afirma que não teve apoios para a constituição das PEA. Em Outubro de 45, três meses após o fim da guerra, foi a Paris onde efectua contactos com as editoras que tinha tido conhecimentos no passado, bem como das novas editoras criadas no período da resistência. Com os conhecimentos pessoais que tinha tido no passado fora muito fácil reatar o contacto com as editoras francesas.

Os primeiros tempos das PEA não foram fáceis. Com a maior parte das encomendas apreendidas, as quais tinham que ser pagas aos fornecedores, Lyon de Castro resolve iniciar a actividade editorial. Com base no exemplo francês, Lyon de Castro iniciou em 1949 uma colecção de livros de bolso "Colecção Saber" a partir do modelo da colecção "Que sais je?" das "Presses Universitaires de France", na qual publicará até à actualidade mais de trezentos livros.

Embora contasse com a facilidade e a compreensão dos fornecedores, atendendo às características das PEA, como casa distribuidora de publicações de intervenção política e cultural, a regra comercial implicava o pagamento das respectivas encomendas, e, como consequência, à sua inviabilidade como projecto. "Nalguns casos aceitavam as nossas explicações, mas na maior parte dos casos não. Tinha era que se pagar as facturas e portanto isso criava gravíssimos problemas. Varias vezes nos levou a pensar em desistirmos... várias vezes ...! "

Para ultrapassar as dificuldades impostas pelo regime e pela censura à livre circulação e venda das publicações encontram-se alternativas através das

redes da oposição. Por exemplo as listas dos aderentes ao MUD foram utilizadas pelo primeiro "mailing" da Europa-América que assim recebiam em sua casa, pelo correio, as publicações distribuídas pelo editor. Nas palavras de Lyon de Castro essa iniciativa foi de um "sucesso sensacional", tendo constituído para o efeito "um pequeno staff, com as deficiências da época, de uma ou duas pessoas, que diariamente faziam o levantamento dos endereços de todos as pessoas que tinham aderido ao MUD, em todo o país". "O primeiro folheto que fizemos com aquilo que queríamos vender foi utilizado sobretudo esse ficheiro".

As PEA funcionavam então apenas como distribuidora de livros de outras editoras (eram sobretudo autores com proeminentes do neo-realismo como por exemplo Manuel da Fonseca, Lopes Graça, Carlos de Oliveira)." Os livros do Brasil chegaram, nessa época, a entregar-nos caixotes inteiros para nós vendermos. Eram livros que eles importavam e que nós, através da rede que tínhamos criado por todo o país, vendíamos.

"Nós conhecíamos livreiros por todo o país e que utilizamos para vender. Essa rede manteve-se durante muito tempo. Por exemplo no início dos anos setenta ainda utilizei essa rede para vender o livro de Mário Soares, Portugal baillonné — un témoignage (1972) ".

O grande sucesso desta iniciativa das PEA, que, segundo Lyon de Castro, atingiu "milhares de casas portuguesas", mereceu um artigo no "Diário da Manhã", o órgão oficial do regime, com o título "Quem vem lá?". Na época pensava-se como a editora se chamava Europa-América, a Europa era a Rússia soviética e a América era talvez o dinheiro que se recebia da CIA, ou qualquer outra coisa contra o regime. Nós não recebíamos dinheiro de ninguém".

A linha editorial da Europa-América, embora tendo objectivos políticos definidos, divergiu das de outras editores da época, e em particular das Edições Cosmos, que como vimos mais acima tinha um projecto de características enciclopedistas. A perspectiva enciclopedista destas editoras é dar a conhecer uma visão do mundo moderno, da diversidade dos saberes e das técnicas tão ampla quanto possível. Na concepção e na formulação da orientação editorial da colecção aplica-se o princípio da possibilidade antevista de produzir uma acção transformadora sobre o homem, e deste sobre o mundo. É uma orientação política, que na maioria dos casos resulta de um compromisso social do editor e dos directores de colecção. Nesta perspectiva cada editor e os livros que publicam, constituem um projecto de educação popular que é exercida através da escolha criteriosa do que se pretende editar, tendo em atenção os fins políticos, as condições propiciadoras de transformação da acção humana e a qualidade dos textos. Estes editores assumem-se também como portadores de uma ética universitária, no sentido em que cultivam o livro como ferramenta de

acesso ao saber e como ferramenta da acção transformadora do mundo. São antes de mais cultores de livros e de saberes do que comerciantes de livros.

A Europa-América, como refere o seu editor, embora perfilhando das mesmas ideias oposicionistas, assume uma vocação menos determinista no processo de selecção da edição. Procura publicar tudo o que fosse susceptível de produzir uma consciencialização, independentemente do seu enquadramento numa "árvore enciclopédica". É claro que também atende ao valor do livro e aos seus significados sociais. Diferencia-se contudo da organização editorial racionalista pela recusa da pré-determinação valorativa da colecção, elevando o livro enquanto um valor em si mesmo, e como produto único, exclusivo. É por isso que as PEA publicam uma vasta gama de temas.

"Por exemplo o primeiro livro de ficção que publicamos foi um livro de Eric Maria Romarke. Um autor alemão muito conhecido que tinha feito um livro sobre a primeira guerra mundial. — A Oeste nada de novo , que saiu nos anos vinte e que deve ter vendido milhares de exemplares em todo o mundo. Eu mais tarde publiquei esse livro. Mas o primeiro livro deste autor que publiquei foi a Centelha da Vida . É um romance extraordinário, que incide sobre os campos de concentração na Alemanha. Eu não podia publicar nada sobre os campos de concentração em Portugal. Havia os campos de concentração de Angra do Heroísmo, onde eu estive, e, sobretudo o do Tarrafal. Então eu publiquei um livro que denuncia o sistema concentracionário na Alemanha, o que é por sua vez um ataque ao regime. Isso causou engulhos na polícia mas não me apreenderam o livro. A publicação deste primeiro romance não deixa de ser significativo. Este livro foi-me trazido pelo Saramago que na altura era um colaborador da Europa-América ".

O processo de selecção dos livros era feito nas conversas do editor com os seus colaboradores. A Europa-América, então na rua das Gáveas era uma tertúlia da oposição. As editoras oposicionistas eram na época locais de reunião de gentes ligadas às artes e à cultura. Pelas suas lojas passavam várias personagens, nelas encontravam apoio jornalistas, professores ou alguns que viam as suas actividades profissionais interrompidas por motivos políticos . "Por exemplo grande número das traduções da "colecção Saber" , que nós publicávamos a um ritmo bastante intenso, era feito por gente que precisavam de apoios". Por exemplo o Álvaro Salema que trabalhava em vários jornais, mas que não ganhava o suficiente para os seus trabalhos, traduziu vários livros para nós. Tivemos vários nomes muito conhecidos que trabalharam para nós, como por exemplo José Ribeiro dos Santos , ou António Sérgio , que passava todos os dias pelas PEA, e que nós publicamos o primeiro livro dele" , e de Fernando Piteira Santos".

Lyon de Castro divide os colaboradores da Europa-América como os “colaboradores activos e os amigos. Os primeiros eram aqueles que passavam todos os dias pela PEA e que nela executavam alguns trabalhos. Os outros eram aqueles que por lá passavam de vez em quando, para fazer dois dedos de conversa. “A Europa-América eram assim visitadas por grandes figuras que depois fizeram o 25 de Abril. Vasco Gonçalves , por exemplo era um visitante assíduo da nossa livraria da Rua da Gáveas”.

O papel de Lyon de Castro como editor mistura-se com a vida cultural de Portugal nos últimos cinquenta anos, trazendo ao prelo algumas das obras que marcaram gerações de portugueses literatos, mantendo com os respectivos autores laços de solidariedade. Por exemplo a colaboração com António José Saraiva leva à publicação da 1ª edição da História da Literatura Portuguesa , uma obra mais tarde em colaboração com Óscar Lopes conhecerá dezenas de edições noutra editora , e à publicação dos artigos deste autor no jornal República que mais tarde são reunidas e publicadas em livro que foi proibido pela censura. Mais tarde Saraiva, expulso da cátedra e exilado em Paris, continuará a ser colaborador pago por Lyon de Castro. Conhecedor desta solidariedade, o irmão de Saraiva, José Hermano , figura do Estado Novo, “e que sabendo o que nós fazíamos a ele, o irmão António, que estava em maus lençóis em Paris, ficou muito grato por essa colaboração”. Mais tarde publicará nas PEA a sua História Concisa de Portugal (1978).

Da rua das Gáveas, uma livraria num segundo andar de um prédio urbano as PEA, passam para a rua da Barroca, “um prédio infecto mas com uma renda muita mais barata”, e depois passamos para a rua das Flores. Um circuito do Bairro Alto de Lisboa, pejado de jornalistas e editores, por onde circulam os opositores e os polícias da PIDE, visitantes não desejados de Lyon de Castro que todas as semanas se anunciavam, à procura dos ficheiros de clientes. A esta vigilância política da Polícia respondia a oposição com os seus “ficheiros secretos”, Isto é, conhecedores da presença regular da polícia os editores mantinham em paralelo com a vida legal da editora ficheiros de clientes que podiam ser do conhecimento da polícia, e escondidos um outro ficheiro de conhecimentos que constituía a rede de oposicionistas, a quem faziam chegar as publicações mais susceptíveis de virem a ser alvo de censura.

“Na nossa livraria da rua das Gáveas tínhamos uma campanha que tocava cada vez que a porta se abria. E então sucedia o seguinte: — Quando a campanha tocava durante muito tempo, significava que havia várias pessoas a entrar. Eram os Pides que se anunciavam. Queriam ver os ficheiros. Nós tínhamos o ficheiros de várias colectividades recreativas e desportivas onde haviam secções culturais, que eram influenciadas por pessoas anti-regime, anti fascistas quase todas. Tanto assim que o famoso inspector da polícia Fernando Gouveia , que escreveu um livro sobre a

polícia , foi lá muita vez, dizia ele: — Bem, vamos lá à procura das secções do Partido Comunista ! Para eles as secções culturais eram todas do partido Comunista.

"E iam ver os ficheiros que tinham as contas correntes das associações culturais. Não tinham mais nada do que isso. Mas para eles um secção cultural, por exemplo "Os Águias" de Alpiarça, que era uma instituição muito conhecida, frequentada pelo Alves Redol, dizia: — Ah, cá estão os Águias!"

E nestes jogos de entre a perseguição policial e a divulgação cultural prosseguiu Lyon de Castro a sua missão editorial, ultrapassando as dificuldades e consolidando a sua editora. " Neste período dos anos cinquenta eu vivo em dificuldades, muitas, muitas dificuldades ...! Por vezes via-me na rua sem saber para que lado me havia de virar para ir pedir dinheiro emprestado. Devo dizer que tenho uma mágoa muito grande desse período. Uma vez precisei de dois ou três contos para pagar uma letra e a generalidade das pessoas a quem eu me dirigia recusaram emprestar-me esse dinheiro ! Algumas dessa pessoas, que ainda estão vivas e eu não quero citar nomes, recusaram emprestar-me dinheiro, sabendo eu que o podiam fazer. Houve duas pessoas que me emprestaram dinheiro por duas vezes. Foi o Abranches Ferrão e o Ramos da Costa . Foram as únicas pessoas, de um vasto leque que me apoiaram nessa altura". Eu uma vez escrevi uma carta ao Abranches Ferrão a agradecer, e ele respondeu-se: — Então você agora vem agradecer um dinheiro que era uma miséria."

O lançamento em 1952 do mensário Ler – Jornal de Letras, Artes e Ciências, dirigido por Fernando Piteira Santos, e editado pela PEA, tornará a editora, mais uma vez, numa tribuna cultural da oposição. Rodeado de um leque de colaboradores que congregava grandes figuras das letras, tais como António Sérgio, Alves Redol , Fernando Namora , Ferreira de Castro , José Gomes Ferreira, António Quadros, António José Saraiva, José Régio , Carlos de Oliveira , Fernando Lopes Graça, Virgílio Ferreira , António Ramos Rosa , entre outros, publicará no seu primeiro número quinze mil exemplares. Perseguido pela censura, que cortava integralmente os seus artigos, a revista será suspensa definitivamente, por decreto censório ao fim de dezoito meses. Nas páginas dessa revista ficou para a história a ruptura dos escritores com a estética de neo-realismo .

É um período em que Lyon de Castro já está definitivamente afastado do modelo político e social defendido pelo Partido Comunista. O editor que situou sua ruptura com a causa comunista em 1939 durante a sua prisão a propósito da assinatura do pacto germano-soviético, manterá contudo laços de solidariedade com os militantes comunistas, ajudando os velhos camaradas na vida clandestina, uma postura que de resto seguirá ao longo da vida. Quando em 1974 as PEA são contactadas pelos dirigentes

comunistas, Lyon de Castro entrega-lhes os direitos de autor do livro de Soeiro Pereira Gomes Os esteiros, com o qual as PEA tinha aberto a sua colecção de livros de bolso em 1971

Na década de cinquenta, que Lyon de Castro, editor conhecido e respeitado é agora um activo membro da oposição democrática. A sua casa editora será sempre uma casa onde se levantam as vozes contra a opressão do homem na luta pela sua liberdade política.

A consolidação da editora acontecerá no final dos anos cinquenta com a publicação do livro de Caryl Chessman, 2453- A cela da morte, cuja primeira edição surge em 1959. O livro era um "best-seller" mundial é uma autobiografia e que a editora publica em Portugal em quatro volumes , de um condenado à morte pela justiça norte-americana e que se considera inocente. O "caso Chessman" tinha provocado em todo o mundo intensos debates sobre a pena de morte e o direito à vida. Os direitos para Portugal haviam sido adquiridos pela Bertrand, que não publicou a obra devido à proximidade da visita do presidente norte-americano Eisenhower .

"O livro tinha sido publicado no Brasil com muito êxito. Eu decidi publicar o livro em Portugal, e então descobri que os direitos tinham sido comprados pela Bertrand. Então eu já não podia publicar. Isto é, decisivo na Europa-América. ...Quase decisivo, na medida em que o que decisivo é a minha vontade, e não as circunstâncias." A hesitação da Bertrand será o êxito das PEA.

"Eisenhower é instalado na torre de forte S. Julião da Barra. Na altura era ministro da defesa Santos Costa . Tinham feito grandes obras para receber o presidente americano. Pelo menos teoricamente os Estados Unidos eram anti-regime português. Portugal, naquele tempo não estava nas Nações Unidas . Portanto o regime queria dar uma visão agradável aquela visita. A Bertrand que mais do que uma livraria era uma instituição, naquela época, não que fazer nada que moleste a visita do presidente. Eu não quero saber disso para coisa nenhuma. Pelo contrario, havia algumas circunstância que me levavam a não ter muita simpatia pelos Estados Unidos, entrei em contacto com a Bertrand a perguntar se iam publicar o livro.

"Eles não sabiam que do outro lado do telefone estava outro editor. Se calhar pensavam que era da polícia. Enfim, ... responderam que não iam publicar o livro. Então eu entrei em contacto com o editor brasileiro, soube que o prazo para eles publicarem já tinha passado. Portanto eu publiquei. Fizemos em pouco mais de três meses mais de 120.000 exemplares. Eu recebia cartas de todo o país a pedir-nos quantidades e quantidades de livros. Foi uma coisa extraordinária...."

Foi um sucesso que influenciou a opinião pública do País. Das memórias da época da vida cultural em Campo de Ourique, recorda-se por exemplo que muita gente trazia o livro debaixo do braço. Nos cafés do bairro discutia-se o livro em animadas tertúlias. Tomavam-se posições sobre a pena de morte e o direito à vida. Uma discussão que facilmente podia resvalar para o terreno das posições políticas, contra a acção da polícia política sobre os presos, e que os meios oposicionistas aproveitaram para fazer um pouco mais de consciencialização política.

Mas o sucesso do livro reflecte-se sobretudo sobre a editora. Uma receita jamais conseguida pelas PEA, liberta a tesouraria de Lyon de Castro para outras "aventuras": "Eu tive o mérito de não deitar o dinheiro há rua. Não me embriaguei com a cor do dinheiro. Guardei o dinheiro para o que desse e viesse. E é nessa altura que eu faço um convite a vários colegas para montarmos um armazém fora de Lisboa. Um dos grandes problemas dos editores é a existência de um bom armazém.

"Eles não querem , e eu então para resolver o meu problema tenho que comprar um terreno fora de Lisboa, e fazê-lo eu mesmo. Nessa altura eu conheci o Amadeu Gaudêncio , famoso construtor, e que era muito meu amigo. Era um velho republicano, conspirou várias vezes, mas era um homem muito respeitado por todos. Então um dia eu disse-lhe que precisava de fazer um armazém fora de Lisboa. E ele perguntou-me: — Porque é que não fazes a sede da casa ?

"— Eu não tenho dinheiro para fazer o armazém, quanto mais para fazer a sede da casa ! Eu tinha algum dinheiro reunido, que era o produto da venda do livro do Chessman, mas não chegava para tudo.

"Ele disse-me: — Arranja o terreno que eu faço ! E assim fizemos. Comprei 16 mil metros de Terreno . Planeamos o que era para fazer. Eu fiz uma viagem de um mês e meio por vários países para me inspirar no que queria fazer e fizemos o projecto. Fez-se então aquele edifício que foi uma coisa extraordinária na vida portuguesa daquela altura."

Foi um passo decisivo das PEA. Apesar das críticas que então os arautos do pessimismo lhe faziam, sobre a previsível falência da casa editora , Lyon de Castro rompe com a tradição das casa editoras da época de se concentrarem no eixo que medeia a baixa lisboeta e o Bairro Alto, e reúne num só espaço, toda a actividade editorial, desde as oficinas gráficas ao trabalho de distribuição .

"Bem, e lá fizemos aquilo. Foi uma coisa espectacular: Uma editora portuguesa que não tinha apoios de espécie alguma, ainda pelo contrário era perseguida, ir fazer uma coisa daquelas.

"Pouco antes da inauguração eu tinha feito em Washington um discurso sobre a censura em Portugal, bem sobre a censura em geral, e em particular sobre o caso Português e Espanhol. Eu já tinha feito um em 1961 , e este foi em 1965. A coisa teve uma certa repercussão na imprensa estrangeira, e, pouco depois de eu regressar, a casa foi assaltada mais uma vez pela PIDE. Antes fizeram uma inspecção às facturas para ver como é que se tinha feito aquele edifício, com que dinheiro. Foi tudo esclarecido e o Amadeu Gaudêncio ajudou. Nós estávamos-lhe a pagar letras e os respectivos juros e tudo ficou tudo esclarecido.

"A visita foi feita pela Inspeção Geral das Actividades Económicas que na altura tinha como Director Geral o Silva Pais que era também da PIDE. Aparece-me lá um tipo que era oficial do exército que tinha vindo do Porto, mais uma equipa de inspectores que eu penso que eram também da PIDE. Vasculharam tudo para saber das contas. Foram aos bancos para saber das contas. Na altura era proibido, mas eles queriam ver tudo para saber como era. Eles não ficaram satisfeitos e passados dias a casa foi assaltada por um grupo de elementos da PIDE. Levaram-me 73.000 livros em camiões. Eu ia-me indo abaixo porque não era possível eu manter-me. Aquilo causou pânico no pessoal. O Fernando Namora foi lá e abraçou-me a chorar e disse-me: — Oh Francisco vá-se embora porque você assim nunca mais levanta a cabeça.

"Nós vendíamos aquilo que tínhamos, proibiram também 23 livros. Entre este livros estava o ABC da culinária de Etelvina Lopes de Almeida, veja lá ..., bom mas passado pouco tempo devolveram-me os livros. Eu tenho a relação desses títulos todos que foram apreendidos na época. Bem eu agarrei-me ao Namora e disse-lhe. – Olhe, eu só preciso de estar vivo e de ter saúde ! Eu vou aguentar-me, vou resistir e eles hão-de passar, o regime há-de cair e eu hei-de cá ficar ! E foi o que sucedeu."

A "máquina" da Europa-América vai crescendo e expandindo a sua capacidade de produção. Uma rede de amigos consolidada ao longo de anos com base na cumplicidade política que situa o editor no centro das tertúlias culturais e literárias fornece entre os melhores autores a matéria prima do editor. Uma rede que ultrapassa o território português atravessando fronteiras. É assim que a Europa-América se torna no editor de Fernando Namora, Alves Redol, Jorge Amado . Por exemplo o romance de Alves Redol, A Barca dos sete lemes, é publicado em 1957, numa operação relâmpago sendo os seus exemplares enviados por correio para os membros de um ficheiro do editor com uma chancela uma editora fantasma sem terem cumprido a obrigação legal de ir à censura , que tinha proibido a publicação desse autor.

Um outro exemplo é relatado pelo próprio editor. "Um dia estava eu acampado na costa da Caparica e apareceu-me a Maria de Jesus e a filha a

dizer-me: — O Mário queria falar consigo! Eu vim à porta do parque de campismo e cá fora estava o Mário Soares, que me disse: — Eu vim falar consigo porque publiquei agora um livro em França, e gostava que ele fosse distribuído em Portugal.

“Eu perguntei-lhe. Que livro é e quem é o editor. Ele deu-me os dados e eu disse-lhe: Agora vá-se embora que eu vou tratar disso. Importei clandestinamente mil e quinhentos exemplares, que vendi e paguei à editora francesa. Estamos em 1970 ou 71. Isto é: Se eu fosse descoberto a Europa-América fechava e eu era preso, como sucedeu várias vezes depois de ter vindo da prisão. A última vez que fui preso foi quando andavam à procura do Piteira Santos (após o “golpe de Beja em 1961). Foram a minha casa e levaram-me.”

Uma outra dimensão da actividade de editor de Lyon de Castro é o seu sentido de oportunidade para a venda do livro em função das necessidades do mercado. Por exemplo em 1959 (ou 1960 de acordo com o catálogo da colecção Sec. XX), leva o livro de Jorge Amado, Gabriela Cravo e Canela ao secretário de Salazar e solicita a sua publicação. Amado havia pouco tempo deixado a militância comunista, no âmbito da qual tinha publicado vários romances neo-realistas, o mais famoso dos quais retratava a vida de Luís Carlos Prestes secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, a que deu o título de O Cavaleiro da Esperança. (1943). Por essa razão este autor fazia parte do "índice " da censura portuguesa.

Com Gabriela Cravo e Canela, Jorge Amado inicia a sua evolução literária, abandonando a estética neo-realista, e em particular sua tendência para retratar a "gesta heróica do operariado", para começar a retratar os microcosmos do Brasil. Jorge Amados através da sua escrita quente e colorida cria personagens picarescas representativas de um Brasil na encruzilhada do mundo neo-colonial com a modernidade.

O resultado da iniciativa foi, após uma censura a alguns “palavrões”, a autorização da edição da obra em Portugal, o que de resto constituiu o segundo do sucesso da editora e que lhe permite consolidar o projecto iniciado com o livro de Chessman.

Outro dos sucessos editoriais, resultado da capacidade de iniciativa além fronteira foi a participação na Feira de Frankfurt em 1959. Esta é como se sabe a maior feira do livro em todo o mundo. É o local de encontro dos editores por excelência para compra de direitos de edição e análise do mercado do livro. Lyon de Castro tornou-se nesse ano no primeiro editor português a estar presente no certame, numa presença que até aos dias de hoje tem sido constante . Durante a década de sessenta aí consegue um grande sucesso com o livro O meu nome é Eusébio (não conseguimos referenciar a data de publicação).

Mais recentemente, em 1987, o editor consegue com o seu método de análise e procura de produtos , editar um outro grande sucesso com a publicação do livro de Mikhail Gorbatchev – Perestroika. O livro do então secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, intitulado Renovação em russo, retratava os problemas da economia e da sociedade soviética, expondo a política que pretendia aplicar para modernização do que então se chamava União Soviética. Como se sabe, na sequência de diversas lutas pelo poder no seio dos seus dirigentes, o Estado soviético, o Partido Comunista e o Exército Vermelho e a policia secreta (O KGB) entraram em colapso, fragmentando-se nas antigas unidades nacionais, submetidas pela força do Império Russo. A economia russa e das outras repúblicas efectuaram uma viragem de um sistema de economia socialista de planeamento central para uma economia de mercado. Formalmente foram readquiridas as liberdades políticas e de imprensa, mantendo-se contudo as redes de influência social criadas durante o período soviético.

Lyon de Castro conta como descobriu o livro: "Eu ia no avião a ler um jornal francês que tinha comprado no aeroporto e li uma notícia pequenina que dizia: O chefe do governo soviético está a escrever um livro sobre a vida na União soviética. Eu disse: Alto lá ! Eu conhecia muito bem em Frankfurt, na feira do livro, as pessoas que representavam os direitos dos livros soviéticos. Então eu escrevo para lá, fiz todos os contactos possíveis, e foi assim que eu comprei os direitos para a língua portuguesa. ". Vendeu 60 mil exemplares.

"Ainda hoje muita documentação que me chega das várias editoras, sobretudo catálogo daquelas casas cujas obras me podem interessar. Uma meia dúzia de casas francesas, inglesas, algumas italianas, americanas, e alemãs, também já. Então eu procuro nesses catálogos, ou alguém a quem eu peço, como no caso do alemão que eu não conheço. Então eu assinalo aquilo que me interessa publicar, e mando vir. Ainda hoje fazemos isso. Faço isto a partir de uma informação sistemática, quer a partir de revistas profissionais, quer a partir de revistas literárias, quer em jornais literários e até na própria imprensa. Eu leio sistematicamente os jornais franceses, espanhóis e ingleses, para estar a par das edições".

É um modo exemplar de estar no mercado editorial. Recolhe a informação pertinente, tem uma sensibilidade apurada para a vida do seu tempo, intui as oportunidades de publicação. Desenvolveu uma notável capacidade de iniciativa, socorrendo-se da sua rede de contactos construída ao longo de cumplicidades e solidariedades que lhe permite antecipar-se aos seus mais directos concorrentes, e publica. Publica muito e vende muito. Um modo de estar na vida editorial que Lyon de Castro cultivava desde sempre e que o faz sobressair no reduzido universo dos editores portugueses.

Com os anos sessenta, a Europa-América consolida-se e entra em velocidade de cruzeiro. A Europa-América lança novas colecções, consolida a sua linha gráfica. Como política editorial Lyon de Castro assume uma postura de contenção de custos. Publica tudo o que lhe parece vendável, não tece considerações intelectuais sobre o sentido da publicação, paga de forma reduzida ao tradutores, dispensa o cuidado da revisão. Os livros saem a baixo custo e Lyon de Castro aposta em preços reduzidos, acessível a um maior número de bolsas e sobretudo aos estudantes.

A política de abertura das livrarias, "Lojas Europa-América" vem também reforçar a implantação da editora no mercado. Em relação a este aspecto diz o editor: "Eu viajava muito no país. Contactava directamente com livreiros, enviava circulares sobre os livros que saiam. Assim consegui uma rede considerável de livreiros, com os quais consegui estabelecer um grande confiança política. E eles próprios tinham uma determinada posição política. Era uma posição anti-regime, anti-fascista. Isso facilitava-me a distribuição dos livros quando eu suspeitava que ele podia ser apreendido. Eu tinha assegurado uma certa quantidade de vendas mercê deste esquema. Eu também contava com uma colaboração activa da Livraria Barata., por exemplo. Foi o fundador da Livraria Barata, Manuel de Brito , que colaborou muito nisso . Estou a falar de Lisboa, mas haviam também gente na Figueira da Foz, no Porto, em Viana do Castelo, No Algarve em Faro, Évora, Beja haviam livreiros que eu conhecia, que visitava pessoalmente e falava com eles e defendíamos uma posição política de abertura, de um certo risco, risco de serem molestados pela polícia, pela censura. Eles aceitavam esse jogo, até por razões de interesse comercial . Por exemplo em Braga, que era um meio hostil, uma área muito católica onde a igreja tinha um papel determinante na vida social e intelectual, eu tinha dois ou três livreiros, que colaboravam connosco nesta situação".

Se no tempo do Estado Novo as PEA são uma editora que se consolida no mercado, esse crescimento é acompanhando de uma progressiva consolidação da sua influência social em Portugal, e em particular nos meios da oposição ao regime. A solidariedade com os elementos da oposição, a oferta de possibilidades de publicação, tradução e distribuição de determinados livros a um conjunto de pessoas, que de antemão se sabem interessadas, era efectuada na expectativa de gerar um alargamento dos simpatizantes da causa democrática. Em grande parte as cumplicidades entre editores e livreiros e o público leitor eram frequentes, sendo essa cumplicidade a própria motivação para a acção de divulgação. Por exemplo, nas livrarias conhecidas pela sua simpatia oposicionista, havia sempre uma secção de livros reservada. Tratavam-se dos livros que eram alvo da perseguição censória, e como tal sujeitos à apreensão. Conhecidos como "livros de debaixo do balcão", a sua divulgação era feita pessoalmente pelo livreiro a pessoas do seu circulo de conhecimento.

Embora estes núcleos informais e sem vínculos formais de democratas fosse restrito em número aos elementos de confiança pessoal, ele era susceptível de ser alargado através da identificação de um elemento credível. Por exemplo, na livraria Concorrente, localizada em Campo de Ourique, bastava dar a indicação de um nome de algum activista conhecido para ter acesso aos livros debaixo do balcão. Naturalmente que este processo era flutuante ao longo do tempo e em função da situação política. Assim por exemplo nas alturas das eleições, de 1969 e 1973, o número de "democratas" interessados por livros polémicos ou anti-regime aumentava, para posteriormente ao período eleitoral descer para níveis menos notórios. De qualquer forma, de acordo com as informações, pode-se concluir que para além do aumento do número de vendas em livros, de diversas editoras, também se verificou um crescimento do número de pessoas que procuravam os livros das editoras da oposição, até atingir o seu pico mais elevado imediatamente antes do ano de 1974, tendo ficado memorável o sucesso editorial causado pela publicação em 1974, com as sucessivas edições do célebre livro do então General António de Spínola, Portugal e o Futuro editado pela Arcádia.

Com o advento da democracia em 1974 e das transformações económico sociais e culturais que se operaram a partir da entrada de Portugal no seio da comunidade de Estados Europeus em 1985 o papel das livrarias modificou-se substancialmente. Grande número delas deixaram de ser um local onde se discute a cultura. A algumas passaram a acumular a venda de livros com outras actividades de natureza cultural (por exemplo galeria de Arte, café, venda de artesanato). Em Lisboa conhecem-se alguns casos em que tentarem dinamizar uma função de agente de divulgação cultural.

As lojas Europa-América parecem ter querido acompanhar a evolução dos tempo, mas parecem não ter conseguido impor-se como locais de reunião cultural. Aquelas que visitamos são apenas lojas de venda de livros e de apoio aos agentes comerciais. Contudo este aspecto da actualidade das livrarias transcende o âmbito temático do nosso trabalho, pelo que não será aqui abordado.

Uma das características das Publicações Europa-América é também de apostar em jovens escritores. A Europa-América foi sempre uma porta aberta para gente que queria publicar, passando pelas mãos dos seus directores de publicação milhares de manuscritos. Lyon de Castro publica o que lhe parece poder ser vendido numa estratégia que está essencialmente voltada para o futuro. Um jovem escritor, desejoso de ser publicado, facilmente aceita qualquer condição. Em caso de sucesso ou fama, dentro dos limites do mercado, os frutos desse trabalho, traduzidos em valor acrescentado, revertem para a casa editora.

Lyon de Castro tem também os seus detractores. Alguns colaboradores saíram da casa agastados com o seu estilo autoritário. Um modo de gestão centralizador que tudo controla, característico da maioria organizações portuguesas que adaptam o modelo paternalista, e que contrasta com os modos de gestão de outras editoras, onde a cumplicidade é a base da relação de trabalho. Há uma espécie de tradição na abordagem da actividade editorial, definida como uma "missão" cultural de educação das massas. A tradução dessa missão na relação de trabalho tende a quebrar as linhas hierárquicas, nivelando as fontes de poder e autoridade. A tradução desse modo de organização ao nível da gestão editorial pode ser prejudicial para a solvabilidade e rentabilidade de uma editora. Outros analistas do mercado dos livros que por razões óbvias não nomeamos, preferem considerar Lyon de Castro como um "comerciante", acentuando de forma pejorativa o termo comerciante, como oposto à missão de "divulgação cultural".

Independentemente dos juízo de valor que se possam considerar sobre Lyon de Castro, não deixa de poder concluir que com um modo muito pessoal de ser e de estar na vida editorial, ela construiu e consolidou uma editora que marcou as últimas cinco décadas da vida editorial portuguesa influenciando de forma decisiva os leitores deste país.

3.2. As sementes de Lyon de Castro

O catálogo das Edições Europa-América que analisamos foi editado em 1996. O editor não disponibilizou catálogos antigos, e estes não existem em depósito legal. É uma publicação de referência ao público não sujeita a depósito legal. De formato 210 * 297 mm com 98 páginas. Tem um arranjo gráfico pouco atraente. Por exemplo a capa é constituída por desenhos alegóricos às várias colecções (literatura, história, técnicas, informática) em cinzento, sobre o qual foram colocados os nomes das colecções. Feito para ser lido na horizontal, numa provável tentativa de modernidade gráfica que acaba por complicar a consulta, tem como título "Catálogo Geral Publicações 96 Europa-América, ... a memória no futuro". Este título surge colocado em letras branca no interior de quadricula azuis, numa tentativa de identificação com o teclado do computador.

Para além das considerações que tecemos sobre o aspecto gráfico deste catálogo, interessa salientar não só a frase "a memória do futuro", como também a tentativa de identificação da editora com o teclado de um computador. Uma dos grandes desafios das editoras no próximo milénio é sem dúvida a revolução tecnológica no campo da produção editorial. O grafismo deste catálogo parece lembrar ao leitor que a Europa-América está atenta a esse desafio, embora a editora não tenha enveredado (ainda) pelos

caminhos da edição electrónica. Sobre essa questão confrontamos o editor Lyon de Castro com algumas questões, que mais a frente trataremos. É esse mesmo o sentido que se pode extrair da frase que funciona como identificação da sua missão editorial. A construção no presente de uma memória que há-de ser projectada no futuro, ou seja uma perspectiva de que a edição constitui uma acção transformadora sobre o real, pela metamorfose operada pela acção futura daqueles que hoje lêem e estudam os textos.

Esta missão é coerente com a postura do editor Lyon de Castro que no 50º aniversário da editora fez colocar uma roda e um arado na porta da sua editora. É uma atitude reveladora da sua identidade profissional. Ele próprio entende que qualquer homem-cidadão deve fazer da sua vida um sulco que permita às gerações vindouras crescerem e frutificarem. A poesia dessa acto resume a postura de vida do editor, a sua consciência social sobre o que fez. Lyon de Castro assume a que a vida é finita, que gira como que uma roda renovando-se a cada volta, em que o futuro brota do sulco deixado pela memória. Nessa memória de que a Europa-América já faz parte. Para além do conteúdo comercial da mensagem, poderemos confirmar essa verdade?

O Catálogo da editora apresenta de início um Índice Geral das suas colecções dividido em 10 classes seriadas pelas letras do alfabeto (Catálogo, 1996, pp. 3-4). Assim ficamos a conhecer que a primeira classe é a literatura, que por sua vez está dividida em 46 séries que integram quer obras temáticas. Cada série corresponde a uma colecção, sendo portanto a classe da literatura aquela que mais colecções apresenta, e por consequência a que mais obras editadas possui (Veja-se quadro 1). De seguida apresentam-se as classes de História, Estudos e Documentos, cada uma com 8 colecções; Saúde; Ciência e Técnica, com 6 colecções cada uma; Livros práticos, com 12 colecções; Esoterismos, Astrologia Religiões com 10 colecções; Literatura Infantil e Juvenil com 26 colecções; Generalidades com 3 colecções, e por fim Distribuições que incluiu edições editadas por terceiros.

Quadro I Catálogo das Publicações Europa-América em 1996

Classe	Nº Colecções	Nº total de Volumes	Custo total (Escudos)	% de Volumes / Total de Edições	% do custo do volume / custo total
Literatura	43	1.941	2.780.900\$00	49,82 %	45,48%
História	8	99	243.120\$00	2,54%	3,98%
Estudos e Documentos	8	629	1.017.900 00	16,14%	16,65%
Saúde	6	107	157.500\$00	2,75%	2,58%
Ciência e Técnica	6	158	407.250\$00	4,06%	6,66%
Livros práticos	12	373	609.610\$00	9,57%	9,97%
Esoterismo-	10	169	268.850\$00	4,34%	4,40%

Astrologia- Religiões					
Literatura	26	310	256.320\$00	7,96%	4,19%
Infanto Juvenil					
Generalidades	3	110	373.100\$00	2,82%	6,10%
Total	122	3.896	6.114.550\$00	100%	100 %

Fonte: Catálogo de Edições das PEA, 1996

As Publicações Europa-América, como acima referimos, controla a totalidade do circuito do livro, incluindo portanto uma distribuidora que tem o mesmo nome, mas que do ponto de vista comercial é uma organização autónoma, e sobre a qual não recolhemos informação. Este catálogo é portanto um instrumento desta distribuidora já que é através dela que a Europa-América coloca os seus produtos no mercado livreiro.

De seguida apresenta um índice por formatos, existindo duas grandes classificações: O formato de "livros de bolso" (formatos de 11, 5 * 17, 5 cm ou inferior) e "formato comercial ou superior" (14 cm * 21 cm ou superior). A diferença dos formatos induz naturalmente a um preço diferente. Assim por exemplo as 34 colecções de livros de bolso das PEA apresentam um preço médio em que apenas num caso ultrapassa os mil escudos (colecção "Livros" de Cabeceira da Classe Generalidades), enquanto que o formato comercial o preço é quase sempre superior (nas colecções da literatura infantil e juvenil não se verifica esta correspondência, o que se explica pela natureza do público a que se destina, tal como o próprio nome da classe sugere, o preço unitário do livro não pode ser muito elevado, sendo que o valor médio desta classe é inferior mil escudos, o que também é a única classe onde isso sucede).

O público a que se destina e o respectivo formato de venda parece ser o critério decisivo do editor no estabelecimento do preço comercial do livro. Como critério secundário entra-se em linha de conta com o número de páginas do livro. Por exemplo dentro da colecção "Século XX" o custo unitário de cada livro situava-se em 1996 entre um mínimo de 1.900\$00 e um máximo de 3.500\$00. Quando o volume de páginas de uma obra ultrapassa o custo padrão pretendido, o editor opta por desdobrar a obra em vários volumes (por exemplo o caso do livro de Anne Ricce A hora das Bruxas). A qualidade da impressão, também influencia o preço de alguns livros, sobretudo quando contêm uma grande quantidade de reproduções. Contudo este tipo de edição não é uma característica das PEA, o que explica um reduzido número de obras acima de 5.000\$00.

A análise da política de preços das PEA permite validar as palavras do seu editor. As PEA disponibilizam ao leitor de língua portuguesa o maior conjunto possível de obras a custo acessível. Não se encontram edições de luxo Em alguns casos, como por exemplo as obras de Fernando Namora ou Jorge Amado, uma encadernação especial que provoca um aumento médio de 10 % sobre o preço final. Não apostando no livro como objecto de luxo,

Lyon de Castro, há mais de cinquenta anos que permanece fiel ao seu ideário de juventude. Tornar a leitura o mais acessível possível ao maior conjunto possível de pessoas. Assim, o que poderá caracterizar o catálogo das PEA é um elevado número de obras cujo custo é acessível à maioria da população portuguesa .

No catálogo de 1996 as PEA disponibilizam um total de 3. 896 volumes. A colecção total de livros das PEA custaria, caso alguém tivesse interesse na sua aquisição integral 6.114.550\$00. A estes valores poderemos ainda acrescentar mais 403 livros distribuídos pelas PEA-distribuição. Contudo neste trabalho, cujo objecto se centra nas edições das PEA, a análise desses dados não se apresenta pertinente . Os valores dos livros das PEA oscilam entre o menor preço 300\$00 (por exemplo os dois livro da colecção Vamos aprender), e o maior preço 30.400\$00 (Caso do Livro "Picasso Vivo"). Estes números que se situam nos dois limites extremos não caracterizam contudo as PEA, uma vez que a análise colecção a colecção revela uma política de preços mais moderada, como adiante veremos.

O catálogo propriamente dito inicia-se na página 8, utilizando organização por colecções e estende-se por oitenta páginas. É neste local que se identifica propriamente o livro onde se inclui um código numérico de seis dígitos que se destina aos seus serviços comerciais para identificação dos respectivos volumes. De seguida apresenta um quadrado sombreado, destinado a notação que pode ser usado por livreiro para efectuar encomendas ou por leitores para assinalar os livros que possui ou pretende adquirir. No campo seguinte encontra-se o título do volume seguido do respectivo autor (nos casos em que as colecções correspondem a autores, apresenta apenas o título). No campo seguinte encontra-se o respectivo preço. Por fim verifica-se ainda a existência de um o campo destinado a informações úteis, através da utilização de um código cuja chave é fornecida na página dois do catálogo. Assim por exemplo a letra E significa que se trata de um volume recomendado para uso de Escolas e a letra C são volumes que serviram como argumentos cinematográficos.

É de salientar que todos os preços são apresentados como tendo incluído a taxa de 17 % do imposto sobre o valor acrescentado, Isto é, quando um leitor paga, por exemplo, 100\$00 por um livro, na verdade está a pagar 83\$00 pelo livro (sendo que ao custo do livro correspondem os custos de produção , os direito de autor, bem como aquilo que será o lucro da actividade do editor), e 17\$00 de IVA que sendo entregues no acto da compra ao vendedor, se destinam a ser entregues ao Estado, depois de deduzidos os diversos impostos suportados no processo de edição, portanto a montante de toda a cadeia de produção que precede a compra do livro .

No final do Catálogo apresenta-se um índice remissivo de autores, o que permite efectuar uma busca relativamente ao autor desejado. No interior

deste catálogo apresenta-se, como não podia deixar de ser um Postal de encomenda para obras das PEA. É uma das características comerciais desta editora, incorporada logo no início da sua actividade, de incluir em cada obra um postal de encomenda . É portanto um catálogo que permite uma multiplicidade de funcionalidades. Tanto serve para a gestão de stocks dos livreiros, das suas livrarias, de nota de encomenda, de gestão de bibliotecas pessoais, e neste caso concreto como fonte da história.

Curiosamente em 1997 as PEA apenas procederam à actualização dos preços do catálogo anterior , publicando uma "lista de preços" ("válida a partir de 1 de Março" do respectivo ano), com um volume de informação bastante inferior. Desta "lista de preços" constam apenas três campos do catálogo anterior: o número de código, o título do livro, e o respectivo preço. Nesta lista a ordenação é numérica em função do respectivo código, do que resulta uma ordenação por colecções, independente portanto da classificação em dez áreas temáticas . A letra é também mais reduzida, o que permitiu uma condensação da informação num caderno com apenas 25 páginas. Critérios de natureza económica fundamentaram esta decisão da editora. Em 1996 vivia-se ainda o clima de comemoração do cinquentenário da editora. A publicação de um catálogo era também uma necessidade de marketing. Num país pequeno como Portugal, ou mais propriamente com um reduzido número de leitores, e ainda com um número muitíssimo reduzido de especialistas, o catálogo acaba fundamentalmente por servir aos serviços comerciais, e para estes serviços basta uma simples listagem. Acrescente-se ainda que em 1997, O livro português foi o centro da actividade da Feira Internacional do Livro em Frankfurt (Outubro). Os editores presentes tiveram que criar um catálogo para este certame em língua inglesa, o que explica que em termos estratégicos se tenham absterido de os publicar para distribuição na "época das Feiras do Livro", cuja maior manifestação se realiza em Maio e Junho em Lisboa. A maioria das estruturas editoriais são frágeis financeiramente, não se permitindo a uma multiplicação dos custos de divulgação .

Por diversas razões, entre as quais a mais significativa ressalta do facto do catálogo de uma editora não estar sujeito ao depósito legal, não encontramos catálogos anteriores . A reconstituição do Catálogo, efectuada a partir dos índices de colecções, e posterior cruzamento com informações na Base Nacional de Dados Bibliográficos da Biblioteca Nacional permite reconstituir a cronologia da editora. Ainda que de forma provisória, sobretudo por correremos o risco de não ter conhecimento de todas as colecções que eventualmente tenham sido lançadas e entretanto suprimidas, esta reconstituição permite efectuar uma leitura dos ritmos de produção e da respectiva linha editorial. Não permite pelo contrário fazer a leitura das políticas de preços ao longo do tempo. Contudo, neste aspecto e efectuando o cruzamento da parca informação disponível, proveniente sobretudo de exemplares de bibliotecas privadas, com a postura do editor

no seio do universo da edição expressa na entrevista efectuada, podemos concluir que esta não se alterou substancialmente no tempo.

Optamos neste contexto por iniciar a nossa análise no catálogo actual e a partir do levantamento das actuais colecções efectuar o seu recuo cronológico, Isto é, em para cada colecção verificar o início da sua publicação. Situando o início da colecção e datando os livros subsequentes foi possível criar o quadro de evolução cronológica das Publicações Europa-América e portanto efectuar uma leitura do significado da edições que representa, do ponto de vista político e comercial, uma linha de evolução quer das tendências do mercado, quer das intenções do editor, e sobretudo da forma como o editor se vai adaptando a evolução desse mesmo mercado.

Com o catálogo da actualidade estamos a trabalhar com uma escala de tempo de cinquenta anos de publicações, nos quais os últimos 24 se passaram em regime de absoluta liberdade de imprensa, por contraste com os anos entre 1945 e 1974, em que se publicava num quadro de existência de censura. O risco de editar uma obra, que implicava sua produção, e assumpção dos respectivos custos, em caso de proibição, ou como se dizia na época "retirada do mercado", era elevado. O editor tinha pois que ponderar bem as oportunidades de edição e os títulos que escolhia. Mas o catálogo da actualidade, ao manter em catálogo muitos dos títulos editados nesse período é também uma memória desse tempo e portanto passível de ser usado como fonte , desde que sujeito ao crivo metodológico da seriação temporal. É certo que é uma fonte que transcende o limite temporal da investigação, mas uma fonte que se legitima a si mesma por significar uma linha de evolução entre um passado mais distante, feito de memórias, e um passado próximo, feito dos interesses actuais Entre ambos visualizamos as rupturas culturais da sociedade portuguesa. Ou atendendo aqueles que lêem livros, as preferências e as referências culturais das elites culturais .

Equivale isto a dizer que se durante o período do Estado o editor apenas publica aquilo que podia e aquilo que lhe deixavam publicar dentro dos limites da política de controlo da edição tutelado pela Censura. Nos primeiros trinta anos da editora só se publicava, dentro dos limites financeiros da organização editorial e do mercado dos leitores, aquilo que regime permitia. Essa circunstância transformava qualquer ultrapassagem do limite imposto pela Censura num acto de oposição e num gesto de revolta, e que caracteriza esse período de modo diferente do actual. Hoje Lyon de Castro, sem essas condicionantes, publica aquilo que o mercado lhe permite publicar, e portanto a análise da editora é nesse aspecto reveladora dos indicadores das tendências da leitura e dos leitores de língua portuguesa na actualidade.

É este contraste que pretendemos efectuar a nossa análise. Por um lado uma consciência cultural, cuja memória tende a elogiar o combate contra a ditadura e por consequência a reforçar a memória do combatente pela liberdade, que por diversas vezes transparece nas palavras do editor, e por outro lado a real tendência do mercado percebida pelo editor nas escolhas que efectuou, através dos livros que publicou, o que revela a intenção de exercer uma influência social sobre os leitores e a respectiva intenção de editar mantendo a rentabilidade económica e financeira da sua empresa.

É sabido, e é uma das condicionantes dos riscos do trabalho com fontes orais, que a memória individual e colectiva é sucessivamente reajustada em função da percepção do presente. No caso de Lyon de Castro, bem como aqueles opositoristas que nos deixaram memórias escritas dos “anos de chumbo” é bem patente esta tendência de valorização da vertente opositorista, na busca do sentido da memória actual. Outra questão é o trabalho da história. O que nos interessa neste domínio não é tanto a legitimação de uma memória do resistente, do opositorista ou do democrata, reelaborada a partir da inteligibilidade e percepção do presente, mas sim o modo como a acção individual se transforma numa influência social sobre os seus leitores, em função do tempo vivido.

Para alcançar essa síntese, é portanto necessário partir da análise da memória individual, da análise do conteúdo dessa memória e confronta-la com outras fontes na tentativa de encontrar um sentido do tempo vivido que transcenda a percepção individualizada, inserindo-a numa dinâmica social. É isso que nos propomos fazer através da análise do catálogo de edições, que como acima salientamos é um catálogo do presente, mas como veremos, nele está expressa também uma memória de uma editora.

Verificámos que no catálogo de 1996, 49, 82 % dos livros publicados integram colecções da classe de Literatura com 1.941 títulos. A classe de literatura é portanto numericamente mais significativa, quer em número de colecções, que se eleva a 43, quer em número de volumes editados. Contudo, e isso é uma das características das PEA, o conceito de literatura é extremamente alargado, na medida em que nesta classe estão incluídas obras de todos os tipos de narrativa, incluindo aquilo a que convencionalmente se chama literatura de cordel. Nela surgem a par dos “Clássicos do Século XX”, das “obras de Alves Redol”, de “Jorge Amado”, de “Fernando Namora”, de “Manuel Alegre”, de “Morris West”, as “obras de Beatriz Costa” , “Lawrence Sanders” ou “Harold Robbins”. Nessa classe estão também as colecções de “ficção científica”, “livros policiais”, “Guerra e espionagem”. Na prática nesta classe cabe toda e qualquer narrativa, sem grandes preocupações de natureza de estilo, de conteúdo ou de forma, com que normalmente o conceito de literatura surge associado. Esta circunstância torna esta editora seja um caso exemplar para analisar as

tendências edição e da leitura em língua portuguesa nos últimos cinquenta anos.

Com um custo médio de 1.432\$00, as obras desta classe situam-se num máximo em que nunca excede os 3.000\$00, e verificando-se uma elevada ocorrência de livros a preços inferiores a mil escudos, especialmente as colecções de "livros de bolso". Também ao nível da divisão entre autores de expressão portuguesa e outros se mantém a diferença percentual, com um claro predomínio destes últimos .

Esta mundividência das PEA é coerente com os objectivos expressos por Lyon de Castro quando em 1945 se propõe divulgar o livro em Portugal, como forma de acção política. Contudo não podemos deixar de notar a ausência de uma presença de autores e de livros africanos, cuja publicação como se sabe, se revelou sobretudo fundamentalmente nos últimos 20 anos , e que hoje são uma das vertentes através da qual se exprime a língua. As PEA e o seu editor, quando interrogado sobre esse facto notou-se uma ausência de motivação para esta questão.

O interesse da Publicações Europa-América pela literatura sempre foi uma constante. Inicialmente, como se pode comprovar nos anúncios de obras inseridos em edições da PEA, e corroborar as palavras de Francisco Lyon de Castro, importa-se em língua francesa e inglesa. Por exemplo na edição de 1950 do nº 1 da série especial da colecção saber , podemos verificar que as PEA tinham disponível o catálogo de "The modern library" , onde constavam obras de Dante, Shakespear, Caldweell, Dickens, Faulkner, Hemingway, Steinbeck, Oscar Wilde, com vários títulos em língua inglesa, pelo preço de 41\$00. Nesse mesmo volume surgem as publicações em francês dos "Encontros Internacionais de Genebra" . Através do mesmo processo conseguimos identifica duas obras publicadas em português pelas PEA., trata-se de Duelo ao Sol de Niven Busch, e O destino viaja de omnibus, de John Steinbeck . Em 1950 as PEA já tem algumas obras em catálogo, mas ainda desenvolve fundamentalmente a actividade de distribuidor, onde as obras literárias desempenham já um peso relevante.

Em 1952 As PEA lança colecção de bolso chamada "3 abelhas", iniciando-a com a obra de Jonh Steinbeck, A um deus desconhecido . A colecção irá prolongar-se até, pelo menos 1967. Do total 90 livros que identificamos, publicados entre e este anos, 20 deles serão reeditados posteriormente na colecção "livros de bolso Europa-América". Foi portanto uma colecção antecessora dessa outra, destinada a um mesmo público-alvo, e sobre a qual a seguir descreveremos. Com um formato de 12*18 cm, vendida a um preço de 15\$00, em 1952, a partir de 1964 o formato será alterado para os 11, 5*18 cm. A média de página ronda as 200. Desconhecemos, em relação a esta colecção a evolução dos respectivos preços de capa. Esta alteração de formato produz também uma alteração da grafia da capa, o que é

resultado da evolução tecnológica dos processos de impressão, em meados dos anos sessenta .

Na colecção "3 Abelhas" surgirão muitos dos nomes do "novo romance americano", da literatura russa, espanhola, francesa, etc. O caleidoscópio de abordagens literárias também se evidencia nesta colecção, com traduções bastante aceitáveis, permitindo portanto ao leitor um amplo leque de escolhas de livros de qualidade literária a baixo custo. É de realçar a publicação nesta colecção, para além de dos nomes do neo-realismo italiano, do "novo romance americano", autores de expressão portuguesa, tais como Manuel da Fonseca, Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol, Cardoso Pires, José Gomes Ferreira, e alguns brasileiros como Jorge Amado ou Guilherme da Fonseca. A ousadia do editor das PEA é bem patente na listagem de títulos desta colecção. A verve de Garcia Loca, ombreia com as dramaturgias existencialistas de Jean-Paul Sartre. Máximo Gorki, com Boris Pasternak, Soljentsine com Marguerite Durás, Jorge Luís Borges com Arthur Miller. Muitos deles publicado pela primeira vez em língua portuguesa, portanto acessíveis ao leitor português médio a baixo custo

A colecção "Livros de Bolso Europa-América" , que se começam a publicar em 1971, e que publicará uma centena de livros até 1975 , manterá estas características. Para além de um ritmo muito mais intenso. Nesta colecção publica-se a uma média de 2 livros por mês, por contraste com a colecção "três abelhas" onde se publica em média um livro em cada dois meses. Também o universo dos estilos literários se expande. Por exemplo, tomando como referência os autores de língua portuguesa, verificamos um considerável alargamento cronológico, e narrativo. Autores contemporâneos, ou se preferirmos de uma colecção profundamente marcada pelo século XX, alarga-se aos séculos anteriores. Júlio Dinis, Almeida Garrett ou mesmo Gil Vicente, vão rapidamente tornar a colecção "livros de Bolso Europa-América, uma colecção indispensável para uso escolar.

A grande colecção de textos literários das Publicações Europa-América será todavia a "Colecção Século XX". Iniciada em 1955 com a publicação do livro de Erich Maria Remarque, A Centelha da Vida Até à actualidade a colecção publicará mais de 350 livros, dos quais estavam em catálogo em 1996 , 262 livros. De formato comercial, a colecção variou ao longo dos anos, quer em dimensões quer em visual gráfico. Com um volume de páginas superior às 250, apresentam-se nesta colecção dos grandes romances da literatura mundial, que marcaram os intelectuais portugueses destas décadas. Textos de Hans Helmut Kirst, Jean-Paul Sartre, Calude Roy, Evan Hunter, André Kedrós, Jorge Amado, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, etc, etc., Será esta colecção que permitirá, para além do primeiro grande sucesso comercial como acima referenciámos, e no período mais recente a

multiplicação de colecções de autor . Assim as obras de Jorge Amado ou Alves Redol, serão mais tarde editada numa colecção própria .

O número de colecções das Publicações Europa-América não terá sido entre 1945 e 1974 muito numerosos. Já se verificava a distinção base entre livro de bolso e livro comercial, com influência quer ao nível do tratamento do volume, quer ao nível do preço. Algumas das colecções prolongaram-se até ou presente, outras terão desaparecido, como por exemplo a "colecção ontem e sempre", da qual apenas encontramos 3 volumes no início da década de sessenta. Mas a literatura, no âmbito desta noção alargada, será sempre uma das grandes característica das colecções Europa-América.

As diferenças de capacidade editorial das PEA nos seus primeiros anos e a actualidade é na verdade completamente distinta. Por exemplo, a colecção "livros de bolso Europa-América, acima referenciada, publica até à actualidade mais de meio milhar de títulos, o que a torna como uma das mais extensas colecções de livros editadas em Portugal. Nela encontra-se praticamente a grande maioria dos textos fundamentais da cultura mundial. Entre autores portugueses e estrangeiros, encontramos em edições a preço acessível e em dimensão reduzida, uma autentica biblioteca básica.

A segunda classe das Publicações Europa-América dedica-se à História. É de resto a par com a Saúde a única ciência que merece um individualização ao nível de uma classe. O catálogo de 1996 apresenta 99 títulos, que representam 2, 54 % do catálogo (a classe menos expressiva em número de edições), distribuídos por 8 colecções, duas das quais tem formato de livros de bolso (A Rússia na Guerra e História Universal) . Todavia desde os primórdios da editora que se publicam livros de história, como se pode comprovar pela consulta da "colecção Saber", ou "colecção estudos e documentos" (classe Estudo e Documentos), que de resto o próprio catálogo chama a atenção.

O facto da história merecer uma autonomização ao nível das classes, ainda que seja a que menos expressão tem no conjunto dos livros editados, é uma indicação clara da actual filosofia editorial de Lyon de Castro. Com efeito sendo que a filosofia editorial se correlaciona directamente com a filosofia de vida do seu editor, o relevo que a história merece é coerente com a postura deste em deixar aos seus concidadãos uma possibilidade de reflexão sobre os caminhos trilhados pelos homens na seus passado, bem como dos acontecimentos que o próprio editor assistiu ao longo dos seus oitenta anos de vida.

Também em relação à categoria "História" se verifica a larga abrangência do conceito, conforme o que ocorre nas outras classificações. Nesta classificação, por exemplo, a colecção "A aventura portuguesa" onde são publicados vários clássicos da história de Portugal a preços de divulgação ,

surgem também os livros das colecções "História polémica da segunda guerra mundial" ou "Ventos de guerra", em cuja escrita não são necessariamente seguidos os atributos da ciência histórica. Mas é também nesta classificação que são publicados títulos que correspondem a trabalhos académicos, ou a textos fundamentais para a historiografia actual. Por exemplo na colecção "Forum da História" surge a tese de doutoramento Movimentos Populares Agrários ou o Ouro e a moeda na história, ou na colecção "Biblioteca da História" publicar-se A história da Revolução Francesa, textos que são utilizados pelos historiadores de hoje de forma bastante intensa.

Também aqui as PEA apresentam a sua mundividência característica. Uma preocupação com o divulgar, tornar acessível, obras de interesse histórico, independentemente dos critérios de qualidade que possam ser elaborados quanto aos conteúdos das obras em questão. Dir-se-ia que o editor se preocupa em dar as ferramentas para que cada um faça o que muito bem entender com elas.

Apesar do que acima se escreveu antes de 1974, apenas referenciámos a publicação de duas colecções. A autonomia da História no catálogo das PEA é portanto um fenómeno mais próximo dos nossos dias. Todavia se atentarmos aos conteúdos das colecções "Saber" e "Estudos e documentos", verificamos que surgem vários títulos de história, que mais há frente analisaremos.

Em relação à política de preços da classe da História, verifica-se em termos médios um aumento do valor para 2.455\$00. Esta situação faz com que se o peso total da classe sobre o total de livros publicados é de 2, 54 % enquanto que o custo total das colecções de história é de 3, 98 % do valor total dos livros das PEA. Isto torna em média os livros desta classe mais caros, o que se explica por o público alvo a que se destinam, em particular as colecções comerciais, ser mais específico, retirando-lhe alguma componente de divulgação. Todavia se compararmos estes preços com outras editoras no mercado, verificamos que não ocorre uma alteração significativa do preço atribuído, o que significa que há um público consumidor das publicações de história, e que esse público é reconhecido pelos editores. Por exemplo as duas colecções "Biblioteca da História" e "Forum da História", são vendidas a um preço médio de 3.790.\$00 e 3.922\$00 respectivamente, situando-se entre os limites de 4.900\$00 e 2.190\$00. Para as colecções de "livros de bolso" mantém-se a política de preços, o que os torna acessíveis para o leitor de obras de divulgação de natureza histórica.

Para Lyon de Castro os seus livros de história são muito importantes nas suas colecções. O facto de ter activamente participado em alguns dos episódios mais marcantes da história portuguesa do século XX dá-lhe uma

especial sensibilidade para os principais acontecimentos da época em que viveu. Acumulando essa sensibilidade com o facto de desempenhar uma profissão como a de editor, transforma-o numa das personalidades que mais contribuiu para permitir aos seus concidadãos o acesso ao conhecimento e há informação, e através dele influenciar a leitura do mundo. A publicação de livros de história obedece a uma lógica de dar a conhecer informações ou ensaios de autores estrangeiros, académicos ou não, que publicam estudos ou ensaios sobre o mundo contemporâneo .

A visão da história de Lyon de Castro, como se pode depreender das obras que fez publicar é essencialmente uma história do acontecimento, uma história como testemunho vivido. A história para o editor não é entendida necessariamente como uma ciência que se caracteriza pela utilização de um método de investigação, mas como uma ferramenta de divulgação cultural e política. Pretende através da publicação de livros a que chama de "história" dar a conhecer informações, acontecimentos e interpretações , ainda que em muitos casos por autores credenciados e reputados no meio académico, que considera vital para o entendimento e as tendências do mundo em que se vive.

As PEA também publicam trabalhos de investigação histórica. Mas essa publicação, pela análise que fazemos, parece acontecer pelo facto de haverem disponibilidade de trabalhos de história, na maioria dos casos feitos por autores portugueses de que o editor tem conhecimento, do que por existir uma política sistemática de publicação de livros nesta matéria oriundo da produção universitária portuguesa .

Assim se compreende a concepção da publicação de livros de história, que ocorre nas colecções da classe "História" que em outras colecção, em particularmente na classe "Estudos e documentos", como de resto a nota em jeito de pé de página refere no catálogo. Também aqui as PEA se revelam mais como uma editora de divulgação do que como uma editora de erudição. É certo que publica livros que são inovadores no campo da história. Mas o objectivo dessa publicação é torna-los acessível a um público mais alargado .

Na classe de Estudo e Documentos publicam-se 16.14 % dos livros das PEA num total de 629 livros. Também aqui o conceito de classe é bastante heterogéneo, abrangendo 8 colecções que contêm livros escolares ("Apontamentos Europa-América Explicam", Hiper apontamentos EA"), Dicionários, Biografias, Métodos, e uma colecção denominada "Estudo e documentos", que reúne uma amalgama de trabalhos que cobrem a maioria das áreas científicas, em alguns casos trabalhos bastante interessantes e editados em momentos de grande actualidade. É ainda nesta classe que o editor inclui a famosa colecção Saber. Estas duas últimas colecções (Saber e Estudos e Documentos) são das mais extensas das PEA e também das mais

antigas, representando cada uma delas mais do que 5 % do total de edições. A primeira é editada em formato comercial, e a Segunda em formato de bolso. Esta circunstância, acrescido ao facto de praticamente todas as obras serem aconselhadas para uso escolar, tornam estas duas colecções das mais importantes em termos de influência social na leitura .

A colecção "Saber" é uma das mais antigas e de maior sucesso nas PEA. Iniciada em 1949 com o volume História das técnicas, de Pierre Ducassé , e como já se disse mais acima, a sua filosofia inicial é inspirada na famosa colecção francesa "Que sais je?". Nos números iniciais a colecção é apresentada com o subtítulo "o saber não ocupa lugar" e as traduções foram efectuadas "por acordos estabelecidos entre as Publicações Europa-América e Presses Universitaires de France". A capa dos primeiros volumes é inspirada nessa colecção francesa, sendo atribuída a cada secção uma cor. Dizia na apresentação da colecção que esta seria, "no seu conjunto, uma pequena enciclopédia dos conhecimentos actuais" o que a organização temática das séries confirma.. A classificação do conhecimento é feita em oito secções: Filosofia, Psicologia e Moral (I); Religiões, Mitos e Crenças (II); Ciências Jurídicas, Económicas e Sociais (III); Cultura Literária e Artística (IV); Ciências Puras (V); Ciências Aplicadas (VI), História, Geografia (VII), Desporto, Educação Física e Jogos (VIII), respectivamente. No seu início havia já a intenção de publicar "a edição de originais portugueses, e de traduções do espanhol, do inglês e do francês. A evolução da colecção que conduzirá ao abandono da organização do saber em secções, passando simplesmente a verificar-se uma única numeração da colecção, utilizará efectivamente outras editoras para além da acima citada. Por exemplo o nº 58 é traduzido da Payot de França, e o nº 59 da Armand Colin .

Os volumes da Colecção Saber, com as dimensões 11, 5 * 17, 7 cm, com a capa cartonada, podiam ser adquiridos individualmente ao preço de 12\$00 ou em assinatura de seis volumes, por 60\$00 numa prestação ou por um valor de várias prestações. Por sua vez os volumes assinados podiam ser todos os da colecção, ou apenas os de uma determinada secção, ao podiam apenas ser escolhidos dentre os que eram editados ou anunciados. Era anunciada como uma colecção que "publica livros para todos; interessa ao estudante e ao professor, ao especialista que deseja conhecer o que se passa nos outros ramos do conhecimentos, e ao autodidacta ansioso de aumentar a sua cultura".

A leitura da influência social e da sua inovação editorial deverá contudo ser equacionada em conjunto com as demais colecções de divulgação cultural de outras editoras, e que com ela partilham o mercado editorial, o que será efectuado no capítulo seguinte. Há contudo alguns aspectos que se deverão desde já salientar. Por um lado a longevidade desta colecção que publica desde 1949 até à actualidade. É uma colecção que no ano de 1999, tudo

leva a crer, completará 50 anos, tornando-se numa das colecções de divulgação cultural com maior longevidade no mercado português. Todas os outros projectos de colecções de divulgação cultural que analisamos, por razões várias acabaram por cessar esse tipo de publicações, tendo inclusive algumas da editoras desaparecido do mercado.

Além da Cosmos, que como acima referimos apresenta outro projecto editorial, a Inquérito foi adquirida por Lyon de Castro à família Salgueiro, integrando-se hoje na filosofia das PEA. A Seara Nova faliu em 1979. A Empresa Contemporânea de Edições desapareceu. As cadernos Agostinho da Silva nunca assumiram uma forma de organização editorial, mantendo-se sempre como "Edição de autor". A Arcádia não ultrapassou os tempos conturbados do mercado editorial sob o regime democrático.

Em relação às colecções suas contemporâneas a "Saber" também tem uma outra característica que a diferencia. Apenas cerca de 10% dos autores que publica até 1974 são Portugueses , ao contrário da "Biblioteca Cosmos", que como vimos é sobretudo realizada por portugueses. Embora este fenómeno esteja ligado ao projecto editorial da Europa-América, esta colecção inicia a publicação dos textos de divulgação cultural de origem estrangeira e na base da actualidade da edição , que mais tarde será seguido por outros projectos editoriais.

Esta situação poderá levantar uma futura hipótese de investigação no domínio das políticas editoriais portuguesas. Como vimos, nos anos quarenta, há uma geração de intelectuais e ensaístas que permitem a publicação de um conjunto de textos de divulgação cultural e científica. Na década seguinte os números de publicações reduzem-se substancialmente para se assistir de novo a um ressurgimento no final da década de sessenta, e primeiros anos da década de setenta. Posteriormente verificamos uma nova diminuição. Uma consequência da política de repressão intelectual do Estado Novo, o exílio e a interdição de ensino aos intelectuais mais críticos, tem sido a resposta mais difundida para esta questão. Todavia, e se considerarmos que há uma vivência democrática há mais de vinte anos, com uma consequente liberdade de imprensa, verificamos que a persistência de uma pobreza de textos de síntese e de divulgação sobre diversos temas , poderá estar ligada a uma ausência de predisposição quer por parte dos autores para este tipo de escrita, bem como uma ausência de interesse dos editores para motivar a edição deste tipo de livros sobre assuntos de interesse para a cultura portuguesa, acompanhada por uma ausência de procura do público português por livros de divulgação de autores portugueses. Contudo a resposta a esta problemática, exigiria uma abordagem metodológica mais profunda em relação às editoras portuguesas, o que transcende o objecto deste nosso trabalho, pelo que neste momento apenas afluamos este assunto com base nos elementos entretanto disponibilizados pela nossa investigação.

Outra das colecções que marcaram e continuam a marcar a vida editorial das Publicações Europa-América é a colecção "Estudos e Documentos". Iniciada em 1954, com a publicação do texto Ensaio VII de António Sérgio. Esta colecção apresenta textos para reflexão sobre a actualidade da sociedade do pós-guerra. Com formato de livro comercial 14 * 21 Cm, a um preço também superior, surgem textos com um carácter de ensaio, polémicos. São textos que reflectem a marcha do tempo, as principais preocupações da ciência, cultura, da filosofia ou da política na Europa. São também as preocupações da oposição democrática, ou pelo menos de alguns sectores dessa oposição, e cuja leitura irá marcar não só a reflexão, como sobretudo irá marcar a acção política em Portugal. São textos de Pierre Mendés França, Jean-Paul Sartre, Bertrand Russel, Desmond Morris, etc.

Também nesta colecção, tal como na colecção "Saber" a presença de autores portugueses é pequena: treze autores até 1974, o que representa uma média de 13,3 % dos autores publicados. A distribuição da edição de volumes desta colecção ao longo do período analisado revela uma tendência para um crescimento anual dos volumes publicados, com um claro aumento a partir do final da década de sessenta e princípios da de setenta. Deste modo, entre 1954 e 1964, nos primeiros 10 anos da colecção, apenas se publicam cerca de 30 títulos, contra os 60 da década seguinte. Neste primeiros 30 volumes surgem os já referenciados textos de António José Saraiva, António Sérgio, Fernando Piteira Santos e Fidelino de Figueiredo, enquanto que na década seguinte o número de autores portugueses não só são superiores como também pertencem a uma geração de intelectuais oposicionistas mais nova. Tal como nas demais colecções desta editora acima abordadas, também se verifica um aumento significativo do número de edições à medida que o tempo passa, o que naturalmente significa, malgrado as contrariedades do regime político e da política de censura, uma consolidação da editora e da sua influência no mercado editorial.

Também em relação a esta colecção se pode notar, que para além das concepções políticas que o editor possa ter, que sem dúvida marcam algumas escolhas que faz e alguns dos riscos que correu, ela transcende em muito os limites políticos da oposição democrática, introduzindo no debate cultural português novas questões. São textos que se dirigem a um público mais selectivo, onde o contributo dos autores é mais elaborado, aproximando-se bastante das questões tratadas pelas elites sociais do tempo, embora sempre numa perspectiva de divulgação cultural. São as questões sexuais e sua implicação na sociedade, são mas questões relativas ao racismo ou às independências políticas africanas, as questões da antropologia urbana ou do fenómeno do urbanismo, os novos poderes da comunicação social, dos hippies, da revolução cultural chinesa entre muitos outros exemplos que se poderiam citar. Também os textos de história surgem nesta colecção com alguma regularidade. São, tal como na

"coleção Saber ", textos que influenciarão de modo decisivo a actividade do ensino da história, como é o caso de A História começa na Suméria , ou A república espanhola e a guerra civil.

Regressando de novo à análise das coleções da PEA a série "Saúde" com 6 coleções e 107 títulos publicados a um custo médio de 1.471\$00 é mais uma demonstração da amplitude de conceptualização temática das PEA. O conceito Saúde transcende em muito o conceito clássico da medicina. Se por um lado se encontram diversos manuais de enfermagem, e uma coleção de "diapositivos" sobre assuntos de anatomia, recomendados para as escolas, também surge a coleção "biblioteca do homem e da mulher" onde surgem assuntos que representam as preocupações actuais da população, nomeadamente assunto sexuais, de beleza física, alimentação, comportamentos e atitudes perante a sociedade, campo que na taxinomia das ciências, está mais próximo da psicologia comportamental. Ainda na mesma linha de acompanhar as tendências sociais há uma coleção de "medicina natural", e uma coleção "saúde", onde se encontram títulos que remetem para a divulgação de doenças específicas dos seres humanos.

A série "Ciência e Técnica" com outras seis coleções e 158 títulos publicados é o conjunto em que o custo médio dos livros é mais elevado: 2.577\$00. Dedicado a um público alvo bem determinado, é um exemplo da atitude prática que o editor tem perante os problemas do mundo. Repare-se que nesta série se procuram essencialmente divulgar a ciência na sua aplicação prática. Duas coleções dedicadas à agricultura "Biblioteca do agricultor" e "Euroagro" apresentam um conjunto de livros dedicados a problemas específicos da agricultura e pecuária. Tanto quanto nos apercebemos são duas coleções inovadoras no panorama editorial português, numa altura em que os desafios desse sector das actividades económicas se avolumam, em resultado da política agrícola comum. O editor refere "em Portugal há pouco público para as questões da agricultura. Mas há uma necessidade de publicar livros sobre essa matéria e não havia ninguém que o fizesse. Pois bem eu lancei essa coleção, e que continua a ser única no país".

Outras três coleções "Europa-América Economia", Europa-América Informática" e "Práticas de Gestão" apresentam-se igualmente destinadas um público que crescentemente tem procurado títulos sobre actividades cuja procura social registou um aumento a partir dos inícios da década de oitenta. Finalmente a coleção "Forum Ciência" destina-se a publicações de divulgação científica. Todas as coleções são em formato comercial e os autores de expressão portuguesa são raros .

Na série "Livros práticos" onde são publicados 373 livros a um custo médio de 1.634\$00, o editor mais uma vez exemplifica a sua abrangência temática. Coleções com nomes tão sugestivos como "arte de viver",

"Biblioteca do desenvolvimento pessoal", Cozinha regional", "Cozinha internacional" , "Desporto", "Biblioteca dos pais e educadores", "Sexo perfeito", contêm títulos de uma tal abrangência, que praticamente se poderia orientar todos os momentos da vida com base na leitura.

Na série Esoterismo – Astrologia — Religiões, com 10 colecções e 169 títulos a um custo médio de 1.590 \$00, o editor publica livros destinados à componente transcendental do seu público. Também aqui os assuntos espirituais são tratados com uma abrangência de critérios desde fenómenos do ocultismo até aos clássicos signos .

Na série Infantil e Juvenil, com 26 colecções e 310 títulos o editor publica para esse estrato dos mais jovens. Praticamente todos os grandes sucessos de séries televisivas são publicados em livros para os jovens. Com um custo médio que se situa na ordem dos 826\$00, apresentam-se em formato de bolso e comercial. Todos os títulos de histórias que preencheram os serões das crianças da cultura ocidental estão presentes, sendo de salientar alguns títulos clássicos adaptados por Adolfo Simões Müller

Finalmente a última série intitula-se "Generalidades" e inclui 110 títulos. Esta série arruma títulos que não foram incluídas noutras colecções. Não nos foi revelado a razão desta classificação, uma vez que muitos deles poderiam sem qualquer dificuldades ser incluídos noutras colecções. Por exemplo a colecção "livros de cabeceira" apresenta apenas 4 títulos, todos eles dedicados à "arte do amor". A colecção "obras diversas" apresenta de facto o grosso dos volumes generalistas, que vão desde os sugestivos ABC da culinária, ao Dicionário de Santos, passando pelos Gaibéus de Alves Redol, à História de Portugal em Disparates de Luís Gaivão". Finalmente as publicações periódicas, como o próprio nome indica, inclui publicações editadas pelas PEA, em colaboração com terceiros: Trata-se da Revista de Sociologia, o Guia Agro-pecuário e a revista Impacte – Ciência e sociedade.

O conjunto de colecções editadas pelas Publicações Europa-América são de facto um mundo em livros. Praticamente todas as áreas do conhecimento, do lazer, do quotidiano, das técnicas estão representadas. Como o seu editor projectou nos idos anos de 45, construiu, e consolidou uma editora que ligou Portugal ao mundo. Talvez mais ao mundo europeu do que ao americano, mas sem dúvida que as PEA são uma das ligações da cultura portuguesa ao universo do livro. Uma ligação que é um fenómeno de comunicação já que se opera nos dois sentidos. Por uma lado, autores de expressão portuguesa que publicam, em muitos casos pela primeira vez, e que por via dos contactos internacionais do editor são projectados numa escala que transcende o restrito universo cultural da sua matriz original, e por outro lado, por via da tradução, ainda que nos tempos mais recentes nem sempre bem cuidada, aquilo que se produz no mundo se torna acessível ao português literato. Também neste último caso se poderá

considerar, apesar das intenções expressas pelo editora, que a origem dos livros publicados tem um carácter eurocêntrico. A maioria dos autores são oriundos das culturas anglo-saxónicas, francesa, italiana e espanhola.

Por outro lado as PEA também se dirigem aos mais diversos públicos alvo. Colecções populares ombreia com colecções dedicadas a um público universitário. Romances “cor de rosa” ao lado de obras primas da literatura. Na escola, no trabalho, no lazer, Lyon de Castro construiu uma editora que está presente no quotidiano dos portugueses. De certa forma, da mesa de refeição à bancada da oficina, do leito nupcial à secretária da repartição pública, os portugueses letrados também são “filhos” de Lyon de Castro, bebendo a cultura letrada pelas letras que ele publicou.

Lyon de Castro, através do livro, fez mais pela cultura portuguesa, e pela educação dos portugueses, do que o vasto leque de burocratas de colarinho sentados prazenteiramente nos seus gabinetes. Ainda que o Estado, através dos seus mais altos dignatários tenham reconhecido o mérito cultural de Lyon de Castro e das suas PEA, através da atribuição da respectiva ordem honorífica , este continua aos oitenta anos a preferir as suas mãos, e os seus olhos para tomar as decisões que influenciam as vidas dos seus concidadãos, e a rejeitar a sacralização da sua influência . Uma influência que não é directiva, na medida em que o acto de selecção de uma informação é sempre uma escolha do que é considerado pertinente. Mas é uma influência que permite a escolha em função dos interesses individuais.

Ainda que os seus pares o possam criticar, Lyon de Castro, com os seus erros e com as suas virtudes é sem dúvida o mais universalista dos editores que atravessaram o período do Estado Novo . Uma vida, semelhante a alguns outros, dedicada a uma missão profundamente interiorizada: “o de levar a luz do conhecimento aos outros” .

3.3. As colheitas de Lyon de Castro

A análise da influência social das Publicações Europa-América de Francisco Lyon de Castro não ficaria completa sem uma referência, ainda que breve, aos projectos de edição que entretanto desenvolveu. Há uma linha de continuidade na edição das PEA entre o período do Estado novo e o regime democrático que tem interesse referir. Neles a publicação de temas sobre a História continua a ocupar um lugar de destaque. A leitura e a compreensão da problemática da História não só é uma das principais preocupações de Lyon de Castro, que através da sua editora procura dar continuidade à formação dos seus concidadãos, como também, como acima se referiu, a História assume actualmente no âmbito do mercado editorial das Ciências

Sociais um dos segmentos com maior dinamismo. Um dos projectos que mais acarinha é das grandes biografias. Neste projecto a Editorial Inquérito, adquirida por Lyon de Castro, assume algum destaque, nomeadamente através da sua colecção "Vultos da Antiguidade". Também através das PEA, Lyon de Castro quer editar algumas biografias: a de Churchill, a de Estaline e a de Salazar são alguns dos exemplos que nos referiu, mostrando o seu entusiasmo e realçando a importância atribuída à história no âmbito dos seus projectos editoriais.

"Olhe deixe-me fazer-lhe uma pergunta: O senhor conhece minimamente a história contemporânea. Isto é, a história dos anos trinta e quarenta. Se eu lhe perguntar alguma coisa sobre o Estado Novo, que não seja sobre a PIDE, a Igreja e o Exército, o que é que o senhor me diz sobre o regime ? Olhe ! eu conheço a PIDE. Eu passei pela polícia várias vezes. Eu falava muito com eles, ao contrário de muitos dos meus camaradas. Sabe quem é que eram os polícias ? Que tipo de pessoas eram ? Eu conheci também a Igreja, a católica e a protestante. Conheci também um pouco menos o Exército. Portanto não me fale destas instituições que eram os pilares do regime, e que eu conheci bem. O que é que o senhor tem para me dizer ?

"Ora bem, esses eram os suportes do regime. Mas o regime era o Salazar. É preciso uma análise química do Salazar que está no poder durante quarenta e sete anos. Teve conspirações contra ele, do estrangeiro, de cá de dentro, de pessoas do regime e ele resiste sempre. É que ele conhecia Portugal e a maneira de ser dos portugueses. Isto não está escrito. Por isso é que é preciso uma biografia do Salazar. Preciso de encontrar alguém que seja capaz de fazer uma biografia do Salazar.

"Há uma grande biografia do Franco. Eu um dia dei essa biografia ao Piteira Santos e disse-lhe: — Tem aqui, na minha opinião, o esqueleto do que pode ser um livro sobre o Salazar. Foi no ano em que se publicaram em Espanha uns dez livros sobre o Franco. E ele passados uns dois dias veio ter comigo e disse-me: — eu não vou escrever o livro sobre Salazar. Ele foi um ditador.

"Numa ocasião um amigo meu, Comodoro da marinha, e salazarista ferrenho disse-me: — Oh Lyon de Castro, olhe que o Salazar é um homem sereno e com uma concepção do país muito própria. O seu filho, se tiver uma concepção diferente da sua, um dia vai querer conhecer um tempo que ele não viveu. E mais, vocês da oposição não sabem nem nunca perceberam quem era o Salazar. Salazar conhecia o povo português e conhecia o país. Tendo viajado pouco no país. Vocês são uma "araras", nunca perceberam como haviam de actuar para o derrubarem. Salazar não é um Mussolini, é um homem diferente. "

Estas palavras de Lyon de Castro caracterizam também a sua postura como editor. Nestas palavras fala o homem que quer compreender o mundo em

que viveu, e quer ajudar os seus conterrâneos a fazê-lo, mas também fala o comerciante que procura lançar e vender um novo livro no mercado.

O mercado dos livros é uma das actividades comerciais onde a capacidade de inovação é mais importante. Embora parte dessa capacidade seja exterior ao editor, na medida em que aquele que concebe o produto é quase sempre exterior à organização, há sempre uma parcela de responsabilidade do editor, quer em ser capaz de perceber as necessidades do mercado para uma ideia que lhe é apresentada, ou, como neste caso, ser ele próprio um motivador de ideias. É um perfil do editor como um gestor de cultura. É um homem que recolhe e analisa a informação pertinente e que toma decisões procurando afectar os melhores recursos disponíveis para um produto que crê ser necessário, ou que pelo menos acredita que é capaz de motivar o mercado para esse produto.

Se analisarmos o mercado editorial português verificamos que esta capacidade nem sempre tem estado presente nos nossos editores. Na maioria dos casos tem copiado soluções, tem-se limitado a públicos alvo bem determinados .

No caso das PEA é um exemplo da capacidade de conciliação entre as edições de sucesso mais antigo, que se mantêm em Catálogo, e a capacidade de inovação desse mesmo Catálogo, através da introdução de novidades. Isso mesmo fica patente nas palavras de Lyon de Castro : "- Você conhece a colecção "euroagro" ? Pois bem, não há mais nenhuma editora que publique livros sobre agricultura . E no entanto isso é essencial para ajudarmos a romper esta ciclo da agricultura portuguesa, reaccionária e conservadora, seja qual for o emblema que tenham os políticos, seja uma foice e um martelo, seja uma mãozinha."

Estas palavras, descontando as imprecisões que talvez algum excesso de vaidade transparecem, significam não só a capacidade de inovação de Lyon de Castro, mas também a sua vontade e a alegria com que desempenha a sua actividade de editor. Essa parcela de poder que Lyon de Castro tem sobre os seus concidadãos, e do qual tem consciência, torna-o um homem lúcido sobre a realidade que vive condição a que adicionada à consciência do sucesso que naturalmente tem sobre a sua posição no mercado editorial, o torna uma personagem com uma elevada auto estima . Lyon de Castro é um homem feliz, fortemente motivado para a tarefa que desenvolve porque descobriu a sua vocação, encontrou um rumo para uma vida aventureira, e nessa actividade conseguiu atingir o grau de sucesso elevado que é reconhecido pela comunidade onde se insere.

Esse mesmo homem que atravessou os Pirinéus debaixo de neve, atravessou as prisões do regime político mais longo do nosso século em nome e na crença de um ideal de um homem novo, que não hesitou e

tomar posição pela justiça social em nome da cultura. Em Abril de 1974 viveu a aventura da democracia, sempre combatendo no campo da edição. É um homem que encontrou na aventura do livro, na nobre arte de imprimir o sentido das ideias, a sua forma de ajudar a transformar o mundo. Só assim se compreende que nos tenha confessado, já no período final da nossa entrevista: “- Sabe ! eu sou um homem zangado com Portugal e com os portugueses”.

Estas palavras de aparente amargura em relação ao país são apenas uma confissão do reconhecimento da sua impotência de que o tempo real do país não ande tão depressa quanto as suas ideias. “ Um dia estava eu a falar com o General Eanes e disse-lhe. Você sabe qual foi o mal da revolução de Abril. Foi o de os portugueses não terem passado fome. Ele disse-me: você acha !

“- Sim ! respondi-lhe eu. Olhe no dia 24 de Abril, Portugal não presta. Os operários não prestam, as fábricas não prestam, os jornais não prestam os escritores não prestam, nada presta. E depois no dia 25 pela manhã, você acorda e sabe que houve aqui um cambalacho, uma reviravolta na vida portuguesa. E no dia 26 nós queremos que Portugal saiba tudo o que não havia no dia 24. Isto é, uma caricatura da realidade. Então os partidos, as associações cívicas, queremos que tudo esteja bem, que as escolas funcionem, que os salários aumentem, como se tudo o que houvesse para fazer, tivesse sido feito de um dia para o outro só porque o regime mudou”.

É um homem que sabe que tudo o que é feito exige dedicação, esforço e inteligência. Um homem que sabe que qualquer actividade humana exige estudo e informação, mas também exige capacidade de acção. A sua zanga, com o país e com os portugueses, só com alguns como ele refere, é por estes ainda não serem capazes nem de estudar nem de agir de forma coerente.

Só um homem feliz consigo mesmo, feliz com a sua vida e com aquilo que faz é que tem capacidade para analisar assim os outros que o rodeiam. “Eu sinto-me feliz com aquilo que fiz. E sinto-me muito triste com o curso que o país tomou depois do 25 de Abril. Com aquilo que não se fez. Por não ter singrado, como eu penso que devia ter singrado. É claro que houve coisas que se transformaram, mas para uma transformação daquilo que era necessário, para uma transformação de fundo, não se fez aquilo que era necessário e que eu sei que era possível de se fazer. ” Na parte que lhe respeita, Lyon de Castro, crê que fez aquilo que podia e devia ter feito.

O sucesso das PEA são segundo o autor resultado de uma acumulação de factores que o editor descreve: “Na verdade é que eu nunca esqueci o meu papel de cidadão. Nunca fui um cidadão passivo ou um editor passivo. Isso aliado a uma certa formação política e uma certa sensibilidade para as coisa

de natureza sociológica, levam-me a procurar os livros que eu suponho corresponderem a uma certa necessidade de informação do país, e que tenham um certo conteúdo que vai na linha dos interesses e das preocupações da massa do povo português, mais sensata, mais interveniente, mais interessada, que acompanha mais a vida política embora não tenha partido, só tenha liberdade. E isso foi uma das razões do sucesso.

"Por outro lado também procuro os livros que correspondam a isso. Sem querer que a editora tenha uma posição política de esquerda ou de direita. Mas é evidente que há um certo pendor para a esquerda, se quiser pela força das circunstâncias e também por uma posição pessoal. Isso permitiu-me escolher o que queria publicar. Eu procurava livros que acrescentassem alguma coisa. Que despertassem o olhar do público para certos problemas, certas realidades. Eu viajava muito e procurava estar atento ao que se publicava lá fora. Eu ia muito a Espanha, a França, a Inglaterra. Eu acompanhava muito a actividade literária e editorial, tinha muitos amigos, e ainda tenho, entre os editores franceses. Isso permitia-me facilmente chegar onde queria chegar, no que respeita à escolha dos livros.

"Depois eu trabalhava os livros, com um sentido profissional, que não era hábito em Portugal nos anos cinquenta, sessenta e mesmo no início dos anos setenta. Não é por acaso que eu fui o primeiro editor português que foi à feira de Frankfurt. E estive lá sozinho durante seis anos. De maneira que isto junta factores que me permitem fazer aquilo que eu quero fazer e chegar aonde eu quero chegar".

A esta visão que se debruça sobre si mesmo numa auto-elogio não é totalmente descabida de verdade. Embora tendo elaborado uma visão crítica da sua pessoa, e do seu trabalho que se adapta à criação cultural das sociedades modernas, embora cultive o ritual de distanciamento patriarcal em relação às actualidade políticas domésticas, sobretudo no que respeita aos jogos de bastidores pela influência junto do poder, Lyon de Castro tem consciência do seu poder e da sua influência social. Sobretudo sabe que sozinho não muda o mundo, mas também sabe que são os pequenos passos que com persistência e determinação, conduzem a longas caminhadas.. Enfim é não só um homem feliz, como também é um homem sonhador com o provir, o que não o impede de ser um homem de acção prática.

Este é o retrato de um editor que trabalha num país onde há poucos leitores. A leitura não foi nunca uma actividade de massas. De certo modo a transição da sociedade portuguesa do Antigo Regime para a modernidade, também neste aspecto foi periférica. O idealismo iluminista, aplicada ao país por sucessivas gerações de intelectuais é lenta e dolorosa. A aplicação dos princípios da Escolaridade Obrigatória, iniciada pelo pelas reformas pombalinas, continuadas pelos liberais, exigidas pelos republicanos, e arma

de combate pela liberdade diante o Estado Novo, só na década de sessenta começa a ser efectiva. É um processo onde tantas e tão gradas figuras da intelectualidade portuguesa participam , quer na produção de textos sobre pedagogia e sua edição, quer na concepção e execução de sucessivas reformas do ensino, quer ainda como forma de intervenção política . Importa também não esquecer as importantes contribuições das associações operárias que desde o final do século XIX até ao advento do Estado Novo, desenvolvem importante acção no campo da instrução dos filhos dos operários.

O regime republicano toma a bandeira do combate ao analfabetismo como uma das suas mais nobres e prementes missões. Falhará redondamente. O Estado Novo termina com as experiências humanistas e desenvolve uma educação nacionalista, baseada nos princípios da autoridade e da obediência, em estreita colaboração com a Igreja Católica que reassume a sua tutela espiritual sobre a sociedade. Só nos anos cinquenta, quando todos os demais países europeus, se encontram perto da universalidade escolar, o regime desperta para o seu preocupante índice de analfabetos, à qual, sem dúvida, não é estranha a internacionalização da reflexão sobre Educação no seio da UNESCO. Montada que é a farsa das "campanhas de alfabetização de adultos" o país passou em cinco anos de uma analfabetismo generalizado para um país onde não saber assinar o nome é socialmente vergonhoso e suficiente para ser alfabetizado.

Só na década de sessenta efectivamente se assistirá ao crescimento exponencial dos processos educativos. Todavia, mesmo durante esse processo, a oposição sempre considerou que a missão educativa transcendia o ensino das primeiras letras. Sempre defendeu que " os caminhos do ABC" eram a ferramenta que permitia a libertação do espírito. Também na esfera da educação se combateu o autoritarismo . Alfabetização e leitura são dois domínios de que o editor não se pode desprezar. Por exemplo Lyon de Castro tem essa consciência quando afirma: "Isso deve-se a vários factores de ordem sociológica Enquanto que antes esses factores tinham um aspecto negativo na vida do país . A situação económica, social e cultural era muito inferior à actualidade. O 25 de Abril alterou por completo a situação e actualmente a evolução da sociedade, "malgré"(sic) o regime, também se reflecte na leitura. As pessoas da década de 90 não são as mesmas dos anos cinquenta. Os temas de interesse não são os mesmos. As formas de leitura também. Tudo evoluiu.

"A censura teve na nossa sociedade um papel importante de repressão do espírito. O jornal "Le Monde" era proibido. As selecções do Riders Digest na altura da guerra e ainda depois da guerra, eram proibidas. O país não pode ler Roger Vaillant, não pode ler a "Témognaige Chretienne", não pode ler a revista "l'Esprit", já não falo do "L'Obervateur", da "La democracie Nouvelle" que era publicada pelos intelectuais próximos do Partido Comunista

Francês, falo de jornais conservadores como o "Le Monde, o "Le Figaró" que o regime não hesitava em proibir e apreender. Isso era prejudicial para país. Mesmo professores que queriam livros sobre estatística não podiam ler. Há por exemplo um livro A economia soviética , era um livro muito importante porque falava dos planos quinquenais. Cá não se conhecia nada sobre o planeamento económico e as pessoas queriam saber como se fazem os planos. Era um excelente livro de um escritor francês, Pierre George, um comunista, mas é um livro muito bem feito. Pois bem: É proibido ! Outro livro La democracie , da colecção "Que sais je ?, proibido ! Um livro sobre o planeamento inglês, proibido !. Ou seja, os professores e os alunos, ou as camadas intelectuais, mesmo sem terem militância política, estão impossibilitados de ter acesso à documentação que aparece da Europa, da América do Sul, dos Estados Unidos. Isso asfixiava o país. Eu tenho dito que o pior mal que o regime fez ao país, foi esse. A asfixia. Salazar cortou o país do resto do mundo. Hoje Portugal é um país livre, democrata mas ainda sofre dessa asfixia que vem detrás.

"A sociedade evoluiu desde 1974. Mas esta asfixia ainda se verifica. Por exemplo o caso da televisão exemplifica aquilo que eu quero dizer. A televisão funciona como diversão, mas sem o propósito construtivo, o propósito de formação. Não há. Há uns filmes de divulgação da natureza, mas não é disso que eu falo. As direcções das televisões não transigem, no sentido de fazer certas coisas positivas. Hoje é a concorrência, a audiência que marca o programa. O Ministério da Educação está a braços com problemas gravíssimos, é a contestação dos alunos, são as passagens administrativas. Isso, para mim, é uma coisa gravíssima, monstruosa e sem qualquer sentido. E todavia por demagogia, para dizer que se facilitava a vida aos estudantes mais pobres, aplicou-se esse princípio. Ainda hoje este ministro, qualquer um que foi ou que venha a estar nesse lugar, tem sempre uma política de temporização para não afectar a imagem do partido que está no poder. Essa situação de condescendência é altamente negativa e impede que se avance. No sítio onde se deviam formar as grandes massas de leitores, de livros de carácter geral, a formação dos rapazes nas escolas é muito reduzido".

Segundo as palavras de Lyon de Castro tudo isso não ajuda ao desenvolvimento do livro como instrumento de cultura. Haverá uma maior consciência do papel do livro e nunca se publicou tanto como nos últimos tempos, mas o indicador das tiragens não engana. Em Portugal lê-se ainda pouco em português quando uma boa tiragem oscila entre os oitocentos e os mil e duzentos livros. "Nos últimos tempos publica-se mais, vê-se uma preocupação dos editores portugueses em publicarem em autores portugueses ou em publicaram aquilo que teve êxito nos outros países, mas o que é verdade é que as tiragens diminuíram".

“Uma outra questão que se discute muito agora é o do preço do livro em Portugal. O livro é caro em Portugal ?. Vamos lá ver isso. Por exemplo num desafio de futebol estão alguns milhares de pessoas que pagam alguns contos de reis pelo seu bilhete. Não está em causa uma pessoa ter o seu clube e de gostar de ver os jogos. O que é interessante é que essas pessoas estão dispostas a pagar esse bilhete e não estão dispostas a pagar muito menos por um livro. Se um bilhete custa seis contos as pessoas vão. Mas se um livro custa três contos, o livro já é muito caro. Trata-se de uma opção... E as pessoas hoje não optam pelo livro. Não estão habituadas a consumir livros”.

Retrato de um cultor de livros, Lyon de Castro confia no futuro dos livros. Ainda que consciente das renovações dos suportes tecnológicos que remetem a impressão para o campo da electrónica, continua a apostar na impressão do papel como forma relacional preferencial do homem com o espírito criador. Quanto a ele a revolução electrónica trás imensas vantagens para a impressão de enciclopédias, de dicionários, de grandes obras de referência, mas a poesia do espírito do papel estará para sempre presente na sua relação com o mundo. Lyon de Castro não vê, ainda, a possibilidade do culto do espírito ser comunicada por bytes. Não vislumbra o dia em que o homem, em comunhão com a natureza, desfrute de um poema através da energia reformulada por uma qualquer máquina electrónica. Lyon de Castro confia ainda que esta aventura dos livros não encontrou o seu fim. Por exemplo, quando questionado sobre o potencial risco de um livro passar a ser escrito pelo próprio leitor , opta por não responder. Apesar da sua modernidade, Lyon de Castro ainda é um homem da “era do papel”.

Em relação ao papel do Estado centralizador, criação do liberalismo, na regulação do mercado do livro, e em particular do Ministério da Cultura considera que tem feito algum esforço para melhorar a divulgação do livro, mas queixa-se da sua visão elitista da cultura. Dá o exemplo do Instituto do Livro que só apoia livros de carácter literário, romances ou poesia. “Um dia fui lá com um livro que se chama Fábula sobre a vida atlântica , que é um livro extraordinário, de um homem que é um grande investigador sobre os fundos oceânicos, e encontrei o director, que na altura era o António Alçada Batista, e que me disse que o instituto só estava vocacionado para apoiar a actividade literária. Eu perguntei-lhe se um bom livro científico, escrito em português, e que vai ser traduzido em meia dúzia de países, não era um livro importante para o Instituto apoiar na medida em que era um livro caro. Ele disse que não !

Este conceito ainda subsiste em certas áreas. A actividade editorial que é apoiada pelo Estado ainda é restrito. Hoje quando se fala de uma exposição de livros portugueses fala-se de todos os que intervêm na elaboração do livro. É o autor, o tradutor, o editor, capistas, gráficos. Todos eles são parte

da "inteligentsia" portuguesa. É preciso que as entidade oficiais tenham consciência disso. Por exemplo o ensaio de Damásio , é ou não um livro digno de ser apresentado como um livro português, aqui ou acolá. É evidente que sim, é útil. Isso tende a desaparecer, mas ainda há muitos preconceitos contra os livros".

Esse mesmo espírito irrequieto da sua juventude, esse gosto de luta e de protesto contra as injustiças do mundo a favor de uma sociedade mais justa continua-se a manifestar na alma do ancião dos editores. É essa força interior que o faz prosseguir nesse trilho da vida, olhando para o mundo com uma alma de artista e desejando-o moldar à sua imagem e destino. " É o que fica. É como a música, como a canção, ou qualquer outra actividade". No fundo da sua alma Lyon de Castro é um revolucionário e um agitador.

Revolucionário porque, tal como na sua juventude continua a lutar pela transformação do mundo. Continua a querer um mundo melhor, livre, igualitário e fraterno para os seus concidadãos. As suas armas são os livros que divulga pelo seu país, formando as consciências, e influenciando um vasto universo de leitores, desde os mais especializados, passando pelos alunos das escolas, acabando nos primeiros passos a aprendizagem das letras e das imagens.

Agitador porque há mais de cinquenta anos conduz, com persistência e determinação o seu arado pelas searas da cultura portuguesa. As suas sementes são como que grãos de oiro que florescem nos espíritos, germinando inquietações, desejos, paixões, prazeres, emoções. É uma alegoria que facilmente se transforma numa metáfora aplicada ao espírito humano. Lyon de Castro, através dos seus livros possibilita o encontro do homem consigo mesmo. Fornece os meios que possibilitam as escolhas. Um homem assim, livre e consciente não podia deixar de ter sido um lutador da liberdade, e como tal não podia ter deixado de ser perseguido por um regime autoritário como o do Estado Novo. Uma liberdade que para Lyon de Castro é um "estado de espírito" e "um estado físico". Conquistada a liberdade física, Lyon de Castro prossegue a sua luta contra a ignorância.

Capítulo 4

O mundo da edição

A divulgação cultural durante o Estado Novo) (1932-1974)

No actual estado da investigação sobre os editores e sobre a história das editoras portuguesas durante o regime do Estado Novo não foi possível efectuar uma leitura global que permita identificar de forma precisa a influência social dos livros de divulgação na cultura portuguesa. Se a importância atribuída ao livro como um dos veículos determinantes na construção cultural das sociedades modernas e contemporâneas como ideia genérica não nos parece discutível, os modos como se processam essas influências já carecem de uma demonstração mais fundamentada. Essa fundamentação passará sem dúvida pela análise exaustiva da influência de cada casa editorial, dos seus editores e do conjunto das obras publicadas.

Sem dúvida que uma das marcas de distinção que marca a nossa contemporaneidade é a cultura escrita. Desde a antiguidade clássica que procuramos a legitimação das normas sociais através da escrita. Parte significativa da nossa herança cultural está fixa em texto impresso. As leis, os registos comerciais, as belas-letras, as memórias gravadas, na pedra ou no papiro, distinguem a grafia como um processo de comunicação de carácter mais elevado. A grafia sacraliza um conteúdo simbólico de valor superior em relação à oralidade. A iniciação à escrita e a aprendizagem da grafia historicamente processa-se por um ritual a que, no início, só os eleitos tinham acesso. O domínio da escrita foi durante longos séculos, em paralelo como o domínio do sabre e do canhão um dos instrumentos de poder mais influentes, e um privilégio das elites.

A generalização da reprodução do livro pelo processo de impressão, com a consequente melhoria da sua capacidade de circulação transporta o livro para uma aventura sem fronteiras. Associada ao domínio da cultura escrita, a partir do século XVIII, nas áreas de influência da cultura europeia, o domínio das ferramentas da leitura e da escrita transforma-se num processo de adesão ao universo da cidadania. A iniciação da aprendizagem das primeiras letras ainda continua de ser um ritual simbólico, configurado pela entrada na escola, e legitimado pelo certificado da conclusão do período de aprendizagem.

Certas actividades sociais ainda nos dias de hoje só podem ser efectuadas sob a condição da posse do certificado que atesta essa competência. Por exemplo, nos nossos tempos o certificado que atesta o sucesso na prova de domínio da leitura e da escrita é indispensável para a obtenção da "carta de condução", uma espécie de passaporte que confere ao seu titular o direito de usufruto da liberdade de circular mais rapidamente. Outro exemplo da importância atribuída à alfabetização durante o período do Estado Novo: os mancebos ao serem incorporados no âmbito do cumprimento do "Serviço Militar Obrigatório" e que não possuíssem o atestado de competência sobre

a técnica de ler e escrever as letras e os números, efectuavam essa aprendizagem nas fileiras . As escolas regimentais desempenharam na alfabetização um papel pouco conhecido, mas bastante influente na divulgação da língua portuguesa, em particular nas áreas de domínio colonial. O prova do domínio das ferramentas da leitura e da escrita torna-se num símbolo social do qual dependem um conjunto de possíveis actividades futuras, entre as quais se contavam a possibilidade de mobilidade social numa sociedade hierarquizada.

Com a sacralização das ferramentas da grafia o saber torna-se gradualista. A cada grau sucedesse um ritual de passagem que consiste em demonstrar de forma escrita, competências, em princípio, cada vez mais complexas, e que deverão ser reconhecidas pelas instituições sociais através de um papel autentico e exclusivo. A cada grau corresponde um reconhecimento social traduzido pelo uso de um cognome indiciador da qualidade académica alcançada

O domínio das ferramentas da escrita e da leitura, e sobretudo o seu exímio uso, pode conferir também ao seu possuidor capacidades de elaboração de textos, que transportam o domínio das emoções, dos sentidos, do saber, para o universo da comunicação. O texto impresso, de que o livro é a sua forma socialmente mais valorada, medeia neste caso o diálogo entre os homens conduzindo-os à partilha de valores, emoções, ciência, memórias ou experiências. Nesse domínio o livro adquire uma dimensão total. Embora fisicamente seja um objecto que medeia dois intervenientes, no seu interior, dominando a chave de descodificação, a vida adquire significado. O livro torna-se num espelho da própria humanidade, de cada cultura, de cada grupo e de cada homem.

Neste sentido, simbolicamente, o livro é a imagem da própria espécie humana com toda a sua complexidade. Por isso os livros podem ser tão plurais quanto a capacidade de elaboração da filosofia e da razão. Houve quem quisesse estabilizar o saber para todo o sempre, em códigos tornados únicos e fechados. Houve quem quisesse excluir o livro do leque dos objectos cognoscíveis. A todas essa provações o livro mostrou-se mais forte. Transportado, lido e conservado em segredo, muitos lhe continuaram a dar valor, como fonte de saber e como valor de troca.

No centro de todas estas aventuras que se associam ao livro encontramos editores. Personagens pouco conhecidas e pouco reconhecidas, mas sem dúvida determinantes para que um texto se replique a si mesmo, e qual rio enfurecido, se projecte nos tecidos sociais extravasando os frágeis diques com os quais tentaram barrar a busca da razão e da emoção com que o espírito se projecta para além da matéria.

Os trabalhos efectuados sobre os editores portugueses no âmbito do período moderno já permitem construir algumas análises sobre para o fenómeno de expansão do livro português . Contudo, no período por nós abordado, o do Estado Novo, ainda se torna difícil perceber a problemática da influência do livro na divulgação cultural a partir da edição e dos editores. É uma situação paradoxal, não só porque a maior proximidade do fenómeno aparentemente tornaria mais fácil a consulta de fontes, como também em princípio, a acessibilidade às informações, quer dos objectos, quer dos agentes que estiveram implicados na produção, circulação e consumo do livro, seria maior. Contudo a essas aparentes vantagens adiciona-se a complexidade resultante da explosão e aceleração dos fenómenos de produção e consumo, de que o livro enquanto mercadoria física ou de ideias não é alheio, originando séries de informação cada vez mais extensas e tornando os papéis dos actores da vida editorial cada vez mais complexos.

A cultura escrita implantou-se decisivamente nos seio das sociedades de matriz cultural racionalista. O domínio mundial exercido sobre os processos de comunicação, teve numa primeira fase uma importante contribuição do suporte do livro como veículo de iniciação. A uma multiplicação dos alfabetizados, corresponde uma multiplicação dos escritores e dos editores. É um fenómeno que se encontra profundamente ligado, como já por diversas vezes acima referimos, às problemáticas de massificação da cultura escrita e da escolarização, às problemáticas das economias do pós-guerra, às problemáticas das acções políticas dos Estado-Nação e da própria história da língua. É pois um fenómeno histórico, sociológico, antropológico, científico, cultural qualquer que seja a óptica da sua abordagem.

Nesse sentido, a história do livro durante o Estado Novo é em Portugal também ele um reflexo das problemáticas da historiografia contemporânea. Necessidade de tratar grandes séries de informação, necessidades de efectuar análise de conteúdos de milhares de textos, necessidade de alargar os universos de fontes, etc., o que sem dúvida exigiriam trabalhos de equipas interdisciplinares. Sem querer entrar numa questão tão polémica, basta apenas referir, mais uma vez os exemplo já acima apontados.

A existência do depósito legal da Biblioteca Nacional, tal como detectamos nas editoras analisadas não parece estar completo, Isto é, conter todas as obras editada. O catálogo informatizado não permite a pesquisa por editor: As edições de catálogos dos editoras não são depositados por sistema na "catedral dos livros portugueses. Os sistema informático implementado não resolve, neste aspecto, os inúmeros problemas que se levantam ao conhecimento dos números de edições de um livro, dos trabalhos de cada autor , ou da actividade das editoras . A questão pode parecer impertinente, mas se considerarmos como uma das funções dessa instituição pública a conservação do património bibliográfico português, facilmente se

compreende a importância futura dessa situação na construção da sua memória, para além do mero interesse circunstancial do investigador.

Nesta situação torna-se naturalmente difícil, no actual estado da investigação, conseguir uma síntese satisfatória sobre os editores portugueses de divulgação cultural, mesmo reduzindo o objecto de análise a um corpus, de resto artificial, de editores e editoras da oposição. Há todavia algumas informações que nos surgiram durante a investigação que nos permitem ensaiar uma abordagem, provisória e incompleta, da evolução das tendências da divulgação cultural durante o período do Estado Novo.

Os dados disponíveis apontam para uma caracterização que podemos sintetizar da seguinte forma. As editoras da oposição são herdeiras de uma tradição de divulgação cultural que lhes é anterior. No período dos anos trinta e quarenta o número e a qualidade das colecções de divulgação cultural é elevado. Estas colecções apresentam características que as aproximam do modelo enciclopédico, isto é, os volumes tendem a ser editados de acordo com um plano previamente estabelecido. O seu crescimento é sintoma de uma influência social forte em alguns meios sociais. No período que se segue, na década de cinquenta regista-se uma diminuição das colecções de divulgação cultural. Mantêm-se algumas colecções mas regista-se uma alteração na sua organização, que abandona o projecto de tipo enciclopédico, adquirindo o livro de divulgação cultural uma autonomia de conteúdo em relação à colecção onde se integra. A colecção é mais um conceito de uniformização gráfica do que temática. Também neste período regista-se uma diminuição da edição de textos de divulgação produzidos por autores portugueses.

No final da década de sessenta regista-se um ressurgimento das colecções de divulgação cultural. Neste período reproduzem-se as características de organização das colecções, mas aumenta o número de autores portugueses publicados. É um sintoma dos processos de agitação social, quer dos que conduziram às alterações de regime político, quer em relação às alterações de costumes. A influência social destas colecções torna-se por esse motivo mais nítida.

Também em relação aos editores se pode encontrar um critério semelhante. A geração de editores que inicia a sua actividade nos anos de trinta e quarenta, tendem a ser politicamente mais activos, acabando por ser a actividade de editor uma forma de actividade política no interior de um projecto de divulgação cultural, enquanto parte integrante do projecto de alteração de mentalidades. A geração que inicia a sua actividade nos anos cinquenta tende a ser mais discreta politicamente, não abandonando os projectos editoriais as suas características educacionais. No final dos anos sessenta os editores tendem a tornar a sua actividade editorial mais visível, mas activa e combativa. Transportam consigo os sintomas de contestação

que acompanharam essa década. As editoras tendem a mostrar uma maior vitalidade, readquirindo uma importante componente de influência social, que em 1974 parece representar um papel decisivo na divulgação cultural em Portugal . O capítulo que iniciamos será dedicado a apresentar os elementos que recolhemos e nos permitiram traçar este quadro.

4.1. A edição de divulgação cultural como oposição ao Estado Novo

Quando em 1944 a editora Seara Nova publica o livro de Irene Lisboa , Inquérito ao livro em Portugal: Editores e Livreiros , aponta como uma das razões desse trabalho o reconhecimento do crescimento do comércio livreiro e da actividade de edições de livros e da leitura (op.cit, "Explicação"). Esse trabalho que foi efectuada a partir de entrevistas individuais aos editores, efectuados pela autora, com o patrocínio da Revista Seara Nova . Tanto quanto sabemos este foi a única actividade de um projecto que previa também tratar os aspectos da "arte do livro", dos "autores e críticos" e dos "leitores".

A análise do trabalho da autora, ainda que incompleto em relação ao universo das editoras da época , tem algum interesse para a compreensão da evolução da problemática da organização editorial, para a história dos editores e livreiros em Portugal, e para a divulgação cultural.

A autora refere um conjunto de editores e livreiros que se agrupam no seguinte quadro:

Quadro II — As editoras de divulgação cultural analisada por Irene Lisboa em 1944

Editores	Editor	Data de Fundação	Morada	Livraria
Parceria António Maria Pereira	António Maria Pereira	1848	Lisboa	Sim
Edições Cosmos	Manuel Rodrigues Oliveira	1935	Lisboa	Não
Livraria Sá da Costa	Sá da Costa	1897 (?)	Lisboa	Sim
Editorial Gleba	Lobo Villela	1940	Lisboa	Não
Editorial Minerva	Manuel Rodrigues	?	Lisboa- sim Rua Luz Soriano	
Arménio Amado - Editor	Arménio Amado	?	Coimbra	Teve
Coimbra Editores	Alfredo Saraiva	?	Coimbra	Não
Sociedade Contemporânea de Autores	Assis Esperança	1920-1943	?	?
Sociedade Cooperativa Editorial	J. A. Correia de Sousa	?	?	?

Seara Nova	Câmara Reys	1921	Lisboa	Não
Minerva Central	João António Carvalho	depois de 1910	Lourenço Marques	Sim
Livraria Luso Espanhola	Fernando Pinto Soares	30-40	Lisboa Rua Nova do Almada	?
Livraria Portugália	Pedro de Andrade e Raúl Dias	?	Lisboa — Rua Nova do Carmo	Sim
Livraria Guimarães	Paulo Martins	?	Lisboa Rua de S. Roque	Sim
Livraria Latina	Henrique Perdigão	1941	Porto Rua de St ^a . Catarina	Sim
Livraria Lelo	Raúl Lelo	1883 ? Porto	Rua das Carmelitas	Sim
Livraria Cunha	Alfredo Gonçalves Cunha	1907	Coimbra	Não
Casa Livros de Portugal	António de Sousa Pinto	1941	Brasil Rio de Janeiro na Rua do Ouvidor	Sim
Dois Mundos Editora	António de Sousa Pinto	1942 -1943	Brasil Rio de Janeiro	Sim
Referência a editoras acabadas	Fundador	Data	Local	Livraria
Spartacus	Campos Lima	1910	?	?
Sociedade Cooperativa Editorial	J. A. Correia de Sousa	1943	?	?

Fonte: Lisboa, Irene (1948). Inquérito ao Livro, Lisboa, Seara Nova

A estas informações é possível ainda acrescentar uma listagem de algumas colecções de divulgação cultural que na época pareceram relevantes para a autora, entre as quais se salientam os Cadernos Agostinho da Silva, em edição do autor e que à frente referiremos, e a Biblioteca Cosmos em publicação na época, e já acima tratada.

São ainda referidas pela autora, de forma dispersa e não sistemática um conjunto de informações que hoje são preciosas para um conhecimento da história das actividades editoriais de divulgação cultural, e que a seguir listamos

Quadro III a)- As referências às actividades de divulgação cultural em 1944

Colecções Culturais	Editora	Director de Biblioteca	Anos de Publicação
Cadernos Agostinho da Silva	Edição de autor	Agostinho da Silva	1938-1946
Cadernos Seara Nova	Seara Nova	Câmara Reys	1934-1977
Biblioteca Cosmos	Edições Cosmos	Bento Jesus Caraça	1941-1948
Cadernos Culturais	Editorial Inquérito	Eduardo Salgueiro	1938-1964
Cadernos Gleba	Editorial Gleba	Lobo Vilela	?

Colecção Studuim	?	?	?
Colecção Testemunho	Empresa Contemporânea de Edições	?	1944-1945
Mosaico de Cultura	?	?)
Colecção para o Povo e para as Escolas	David Corazzi	David Corazzi	?
Biblioteca Popular	?	?	?
Forum	?	?	?

Fonte: Lisboa, Irene (1948). Inquérito ao Livro, Lisboa, Seara Nova

Quadro III b) Outras referências à actividade editorial e ao livro

Nome	Local	Dinamizador	Tempo de actividade
Universidade Livre	Lisboa	?	Edita livros entre 1910 e 1925
Universidade Popular	Lisboa	Ferreira de Macedo e Bento de Jesus Caraça	edita livros de forma irregular entre 1910 e 1944
Bibliotecas de Jardim	Câmara Municipal de Lisboa	Alexandre Ferreira	1923-1926
Biblioteca do Povo e das Escolas	Lisboa	David Corazzi	
Biblioteca de Instrução Profissional	Lisboa	Tomaz Bordalo	
Livros do Povo	Lisboa	Tomaz Bordalo	
Biblioteca das Maravilhas	Lisboa	Magalhães Moniz	
Manuais de Estudo	Lisboa	Arnaldo Bordalo	
Biblioteca de Educação Nacional	Lisboa	Agostinho Fortes	
Biblioteca do Movimento Social	Lisboa, Casa Bertrand		
Biblioteca de Filosofia Científica	Lisboa, Casa Bertrand		
Publicações Literárias	Lisboa	Henrique Marques	

Fonte: Lisboa, Irene (1948). Inquérito ao Livro, Lisboa, Seara Nova

Na organização do livro opta-se por apresentar cada editora individualmente. Contudo entre a página 226 e a página 241 a autora efectua um "resumo" onde se podem analisar alguns dos problemas do mercado editorial da época. Por exemplo um dos exemplos apontados pela autora é " que, entre os livreiros, (...), impera um certo espírito de desconfiança, de mistério, que dificulta o arejamento dos problemas que mais lhe interessam" (op.cit, 227). Dos problemas recenseados pela autora destaca-se a publicidade dos livros e a crítica. Em relação à publicidade refere-se que esta é reduzida e insuficiente. A autora, a partir dos dados das suas entrevistas, opina que maior relevo deveria ser dado à divulgação

do livro através da publicidade em jornais, na rádio, no cinema ou através das montras das livrarias. Em relação à crítica literária ou de livros também se revela insuficiente e considerada demasiado opinativa (op.cit., 228)

A distribuição do livro é outro assunto abordado no resumo pela autora. Revela-nos Irene Lisboa que a maioria das livrarias possuía na época um "ficheiro de assinantes", que levava o anúncio do livros pelo correio a casa dos potenciais interessados. Em relação ao modo de apresentação dos livros no interior das livrarias, escreve Irene Lisboa que, por norma se organizava em função da sua casa editorial. (op. cit., 230). Deste modo, dentro das principais livrarias o autor do livro era claramente um elemento secundário em relação à casa editorial.

Outra questão levantada pela autora diz respeito à tradução. Segundo as informações prestadas pelo presidente do Grémio dos Editores e Livreiros, na época era frequente a tradução de autores cujos direitos tinham "caído no domínio público", portanto isentando-os do pagamentos dos direitos de autor, e de "escritores russos em relação aos quais certos editores sustentam o critério de não haver direitos a pagar " (op.cit., 234), o que deu origem a diversas edições de diferentes editoras dos mesmos livros. Mais adiante a autora revela que a tendência nessa época incidia na tradução do inglês e com uma fraca qualidade. Embora o problema da tradução afectasse a qualidade do mercado editorial, alguns dos entrevistados revelavam que havia falta de autores portugueses. Alguns dos entrevistados avançam mesmo com a consideração que o problema para o livro português nessa época era a falta de autores e não "a falta de leitores" (ibidem).

É um retrato de um país de pequeno número de leitores, com uma elevada taxa de analfabetismos que as estatísticas para essa época apontam para metade da população. O livro que surge como um fenómeno intimamente ligado ao urbanismo, não parece ter problemas de procura. O livro nesses anos do Estado Novo, para um conjunto de editoras mais próximas da função social de divulgação cultural é um produto que se vendia a um público embora restrito nos surge como estando num processo de alargamento de mercado. Com efeito nas cidades o livro português parece ter encontrado um público letrado em crescimento, entusiasmado com a leitura, que procura todo o tipo de géneros, e que apresenta alguns indicadores de fidelidade em relação à colecção de edições de divulgação cultural.

Os anos quarenta parecem ser, a partir dos dados disponíveis, o momento alto das colecções de divulgação cultural. As opiniões reunidas por Irene Lisboa junto dos editores revelam o entusiasmo que nesse tempo se vivia com esse tipo de edição. Essas informações são coerentes com a análise dos catálogos das colecções de divulgação cultural que seleccionamos a

partir das bibliotecas visitadas. Embora no trabalho de Irene Lisboa a colecção que mais se destaca seja a Biblioteca Cosmos, outras existiam relevando uma intensa actividade de edição deste tipo de livros.

Em primeiro lugar surge a editora "Seara Nova" que desde 1934 publica os "Cadernos Seara Nova". É aliás a colecção onde se integra o livro de Irene Lisboa. A reconstituição destes cadernos não é uma actividade fácil. Nem todos os exemplares editados contêm listagem de títulos. O espólio da Biblioteca Nacional é bastante incompleto. Ensaíamos a reconstituição do seu catálogo em dez anos, de 1934 a 1943. O trabalho de Irene Lisboa, por outro lado e em entrevista ao então director editorial Câmara Reys, permite equacionar algumas informações interessantes sobre a actividade da editora em relação a estes cadernos.

No início da actividade editorial da Seara Nova publicaram-se um conjunto de textos dispersos, sem linha editorial definida, na maioria dos casos de autores colaboradores da Revista.(Op.cit, 214-218). Gradualmente começa a ganhar consistência a política de edição dos "cadernos" da Seara Nova. Estas publicações eram, nesta altura, uma actividade complementar da Revista, onde de resto a maioria deles são publicados em primeira mão. O contexto do surgimento dos "Cadernos" é um tempo de intensa actividade política dos Seareiros. A revolução do 28 de Maio de 1926, e a consolidação do regime do Estado Novo e da sua "política de espírito" a partir de 1933 exigem um espaço complementar e autónomo de intervenção cultural. Ser da oposição era para além de uma atitude política uma atitude intelectual, fundada numa cultura cívica da base ética . A recusa da forma de organização política autoritária e das atitudes a ela associadas que fundamentam os princípios doutrinários do Estado Novo, é também um apelo à acção e à intervenção. Apesar das diferenças política que se verifica existirem no interior do grupo da "Seara Nova", o elemento da sua postura intelectual e cívica, enquanto atitude intelectual, une-os em torno de uma actividade cultural.

A sua expressão na revista é hoje amplamente reconhecida. A publicação de alguns dos seus textos em cadernos foi um dos modos suplementares para prolongar a existência do texto. Para reforçar a ligação dos que escreviam aos que liam, na medida em que a sua existência em livro permitia uma outra circulação do texto, porque o tornava autónomo. Essa forma de publicação dotava o texto de individualidade que permitia a sua continuidade no âmbito do processo de intervenção seareiro . Os "seareiros" foram na sua maioria homens imbuídos de um profundo espírito pedagógico. O próprio projecto da Revista é, amais de que um projecto político, um projecto de natureza pedagógica. É essa atitude pedagógica que fundamentava a razão que os conduzia à procura de outras soluções para "elevar a formação moral e cívica dos seus concidadãos", na expressão da época. Estavam convictos que ao autoritarismo se opunha a razão

democrática. Que à barbárie se opunha a cultura.. A cultura da razão, aplicada nos textos dos "cadernos" sobre objecto que no seu entender deveriam ser divulgados era afinal um exercício de natureza intelectual que representava a forma de intervenção social. Através dos "cadernos" os seareiros pretendiam alargar o seu universo de influência social.

Os Cadernos Seara Nova

Os cadernos Seara Nova são publicações com o formato 19, 5 * 12 cm, com uma média de cinquenta paginas. O seu preço variou entre os 2\$50 e os 12\$50 nos dez anos analisados. Em 1942 a Seara Nova estava instalada na Rua da Rosa, nº 112 em Lisboa, sendo seu director editorial, como acima já se referiu, Câmara Reys. Este dez anos publicam-se 86 cadernos que são numerado e ordenado no âmbito de secções temáticas . A primeira secção "Estudos Literários", edita 18 títulos. Segue-se as "Obras de Literatura", com 4 ; "Estudos Filosóficos", com 7; Textos filosóficos", com 3; "Estudos de Vulgarização Científica e Técnica", com 2; Estudos Políticos e Sociais", com 9; Estudos Históricos e Económicos", com 4; Estudos Pedagógicos", com 10; "Moralistas", com 9; Estudos de Arte", com 1; "Questões morais e sociais na literatura"com 6; "Biografias" com 12; e finalmente "Vária" com apenas um título.

Como podemos verificar a maior incidência temática regista-se no tema "Estudos Literários", que representa 20, 9 % das obras publicadas. Segue-se-lhe os tema "Biografias" e "Questões pedagógicas", que representam respectivamente 14 % e 10, 6 % do conjunto de títulos. A secção "Estudos Literários" apresenta trabalhos sobre autores portugueses. Note-se que a "Seara Nova" manterá uma outra colecção dirigida por Rodrigues Lapa "Textos Literários", que na época completava em conjunto com os "Cadernos" a actividade editorial mais importante da editora.

Em relação à cronologia da colecção verificamos que mais de 50 % das edições se concentram nos anos de 1936 a 1940. É um dado curioso para a análise desta editora. Em paralelo com a consolidação ideológica do regime, a actividade editorial dos seareiros intensifica-se. A vigilância policial deveria estar atenta a esta actividade, pois no ano de 1938 os "Cadernos Seara Nova" saem sem a chancela que identifica a editora. Em 1940 reaparece a identificação, mas os anos seguintes regista-se uma diminuição do ritmo de publicação.

Em relação aos autores dos "Cadernos", e uma vez que a sua maioria são efectuados a partir de artigos da revista, são naturalmente também colaboradores da Revista, e na maioria de expressão portuguesa. Neste período apenas dez dos cadernos são traduzidos, contabilizando-se neste número quatro clássicos da filosofia grega. Em relação aos tradutores destas obras, verifica-se que são também todos colaboradores da "Revista",

como é o caso de António Sérgio, Lobo Vilela, Castelo Branco Chaves ou Agostinho da Silva. A actividade de divulgação cultural da Seara Nova conhecerá ainda outras colecções na década de sessenta e setenta. É o caso da Colecção "Argumentos", "Antologia", "Fatos e Documentos". Não efectuamos um tratamento sistemático da actividade editorial da editora nesta época, no entanto salienta-se a importância desta última colecção de divulgação onde serão publicados textos do jornalista Wilfred Burchett, que influenciará através da divulgação dos fenómenos geopolíticos no sudoeste asiático a opinião pública portuguesa numa época de intenso debate político.

É ainda de realçar em relação aos autores dos "Cadernos" que alguns deles irão intervir posteriormente em outros projectos editoriais de divulgação cultural. É o caso de Agostinho da Silva e Bento de Jesus Caraça. Em relação à distribuição dos cadernos, a partir de elementos constantes no interior das suas edições, a partir de 1944, verifica-se que esta era efectuada pela "Editorial Organizações, Lda., com sede no Largo Trindade Coelho, nº 9 2º, em Lisboa. Esta organização é, como adiante veremos propriedade de Eduardo Salgueiro. Alguns dos "cadernos" mais actuais serão posteriormente reeditados, e a colecção continuará em publicação nos anos seguintes, cessando a sua publicação com o fim da editora em 1977.

Os Cadernos Culturais da Inquérito

Em 1938 surgirá uma outra colecção que marcará o panorama editorial português de divulgação cultural. Trata-se dos "Cadernos Culturais" de Editorial Inquérito, dirigidos por Eduardo Salgueiro, e cuja publicação se prolongará até 1945, com um total de 89 títulos. Com as dimensões de 12 * 19 cm, com textos com uma média de 70 páginas, vendidos a um preço de 3\$00 em 1938 e 5\$00 no ano de 1939 e seguintes. A colecção é organizada de acordo com uma distribuição temática, de nove séries onde cada uma é editada com uma cor de capa específica, tal como virá mais tarde a suceder com a Biblioteca Cosmos. Constituem as séries os seguintes temas: A- "Política e história", com 18 volumes publicados; B — "Economia e Sociologia", com 6; "C — Filosofia e Religião", com 15; D — "Pedagogia", com 8; E — "Direito" com 3; F — "Ciência", com 6; G — "Crítica e História" com 18; H — "Literatura Clássica", com 4; e finalmente I- "Arte" com 2 volumes publicados.

Pelas suas características de colecção de divulgação cultural, tal como os "Cadernos Seara Nova", esta organização serial demonstra uma preocupação de organização do saber sob a influência do "carácter enciclopédico". Não conhecemos todavia a existência um plano de divulgação sistemático das obras a publicar. Elas integram-se nas respectivas séries à medida em que são publicadas sem que exista uma ordem perceptível de planeamento de novos volumes. Esta colecção fez

incidir 68 % das suas edições em quatro temas (A, C, G e I), onde a semelhança com os temas dominantes da Seara Nova, com excepção do último, são notórias. A análise dos autores publicados, e dos tradutores das obras originalmente em outra línguas, também verificamos a coincidência de personalidades que colaboravam quer numa, quer noutra editora. Por outro lado se analisarmos as datas de edição dos livros verificamos uma frequência elevada entre os anos de 1939 a 1941. Em 42 apenas saem dois volumes, em 43 aumenta para dez, publicando-se nos dois anos seguintes respectivamente 3 e 4 volumes.

Ao contrário da Seara Nova que publica essencialmente autores de expressão portuguesa, os "Cadernos Culturais" apenas publicam 22 autores portugueses. Também neste domínio a Editorial Inquérito, em particular nos textos publicados nos seus "Cadernos" privilegiará a tradução. O próprio Eduardo Salgueiro será um dos tradutores das obras na área da economia e sociologia. Em relação aos colaboradores portugueses, também se verifica uma correspondência entre os autores "Inquérito" e os "Seara Nova". São personalidades bem conhecidas no meio da oposição democrática, tal como António Sérgio. Agostinho da Silva, Lobo Vilela, Casais Monteiro. Não parece pois verificar-se uma competitividade editorial entre as editoras deste período.

A Editorial Inquérito, como já se referiu, cessará praticamente esta colecção no ano em que termina a guerra. A influência dos "Cadernos" será contudo prolongada no tempo pela reedição na década seguinte, permanecendo alguns deles como obras de introdução cultural de referência fundamental nos anos seguintes, e que ainda hoje podem ser encontrados nos alfarrabistas. Paralelamente à publicação dos "Cadernos" a editorial Inquérito será sobretudo conhecida do público literato pela edição de grandes textos literários contemporâneos, com uma tradução aprimorada, e na maioria dos casos com interessantes ilustrações. A colecção "Os melhores romances dos melhores romancista" iniciada em 1938, ou a colecção "as melhores novelas dos melhores novelistas" iniciada em 1940 são disso exemplo.

Quando surgem, e a partir dos dados constantes nos textos publicados verificamos que a distribuição dos Cadernos Culturais era efectuada pela própria Editora, que na altura tinha sede na Rua do Mundo, 100-2º em Lisboa. Entre os anos de 1944-1945 altera a sua sede para a Rua Antero de Quental, nº 10, surgindo a distribuição efectuada pela já acima nomeada Editorial Organizações, Lda. Esta empresa de distribuição.

Para além da edição dos Cadernos Culturais a actividade editorial da Inquérito será ainda marcada pela edição de obras literárias, que se integram em duas colecções: "Os melhores romances dos melhores romancistas" e "As melhores novelas dos melhores Novelistas" . Na primeira

desta colecções editam-se vários dos prémios Nobel da Literatura editando até 1943 três dezenas de livros a um custo médio de 10\$00. Esta colecção será referenciada pela sua qualidade na apresentação e tradução. Um outro elemento que interessa referir é a ilustração das capas desta colecção, que contam com a colaboração de Manuel Ribeiro de Pavia e Fred Kradrofer. São inovações gráficas que no âmbito deste trabalho não serão abordadas, mas que introduzem uma importante mais valia no livro editado. Pela análise de editoras contemporâneas pode-se verificar que esta prática se generaliza. . A colecção "As melhores Novelas dos melhores novelistas", tal como a anterior também edita entre 1940 e 1943 cinquenta e um títulos, vendidos ao preço de 3\$00. Ambas as colecções são importantes elementos de divulgação da leitura.

A contextualização da edição de alguns destes livros em relação à sua época, permite verificar que paralelamente à divulgação cultural a divulgação através do livro de uma obra literária de características sociais, num período de forte afirmação da estética neo-realista marcou de igual maneira a consciência social dos elementos oposicionistas. Estas duas dimensões, a emergência de ilustrações nas edições na década de quarenta e a influência do romance na formação da consciência social, não obtivemos elementos suficientes para desenvolver uma análise mais detalhada, que passa pela necessária reconstituição de uma história dessas editoras, que aqui se referenciam como elemento de comparação da actividade das duas editoras abordadas nos dois capítulos anteriores.

Uma outra questão a que também não chegamos a elementos conclusivos por exigir uma investigação que não cabe no âmbito deste trabalho, diz respeito às relações das editoras com as empresas que imprimem o livro: as gráficas. Nos elementos que entretanto recolhemos verifica-se que existe uma correlação entre os locais usados pelas diversas editoras para a impressão das suas colecções de divulgação cultural. Por exemplo, nos anos 40, a "Biblioteca Cosmos" imprime em três empresas Gráficas, todas elas situadas em Lisboa: A gráfica Santelmo, na Rua de S. Bernardo, 84; a Tipografia da Revista Renascença; e a Gráfica Lisbonense, na rua da Rosa 238 na rua da Luta, 1 C 1º Dto.

As Gráfica Lisbonense é também o local de impressão dos "Cadernos Seara Nova". Na década de cinquenta, esta gráfica surge-nos com o nome de Oficina Gráfica dos Livros do Brasil, local onde são impressos as edições desta editora, o que nos sugere que essa actividade, enquanto actividade económica, também foi alvo das atenções dos editores. Um outro exemplo é dado pela Impressão dos Cadernos Culturais da editorial Inquérito, que são executados na Sociedade Editorial ABC, no local onde na década de 40 surgirá a tipografia da Revista Renascença, ao passo que as colecção "Os melhores romances dos melhores romancistas" são impressos na gráfica Santelmo.

São elementos que exigem uma análise mais profunda e detalhada no sentido de entender as estratégias dos editores na divulgação cultural. A opção por determinada gráfica poderá ser relacionada com a racionalidade económica, na perspectiva do menor custo, mas também poderá ser relacionada com interesses específicos dos editores em determinadas gráficas, quer do ponto de vista da sua participação no capital social, quer no ponto de vista da suas relações sociais com o meio da oposição. Acresce ainda neste domínio que devido aos condicionalismos da época, nomeadamente ao controlo do Estado sob e edição, o uso de uma gráfica poderia também ser um local usado pela oposição para impressão de edições mais polémicas, usando o artifício da edição de autor, ou de editoras "fantasma", procurando assim aumentar as possibilidades de circulação do texto.

O caso das Publicações Europa-América, como acima salientámos, integra no seu património a componente da impressão é em relação a este aspecto paradigmático da influência social de um editor. Dispor da capacidade de impressão autónoma da palavra é um poder de influência social potencial. Não é por acaso que no processo de concentração de capitais dos grandes grupos económicos, se assiste a uma procura de participação ou controlo de companhias ou sociedades de comunicação social. Esse investimento, visível ao nível da análise estratégica das companhias, é considerado um dos instrumentos de influência social mais poderosos, por permitir a criação de condições de motivação e influência nas atitudes e comportamentos dos consumidores. Também no período analisado no caso português se verifica esta apetência pelo controlo e influência dos modos de comunicação.

Os Cadernos Agostinho da Silva

Voltando a centrar a análise das colecções de divulgação cultural mais relevantes na década de trinta e quarenta, encontramos os "Cadernos Agostinho da Silva", iniciados em 1939. Agostinho da Silva, para além da colaboração regular que efectuava no âmbito das editoras atrás referidas iniciou uma interessante actividade editorial em edição de autor. Tratamos 3 colecções deste tipo. A primeira, "Cadernos de Iniciação Cultural" é um conjunto de publicações nas dimensões 16, 5* 24, 5 cm, com cerca de trinta páginas em papel de jornal. O plano de publicações é constituído por séries de 6 cadernos, sem uma organização interna formal. O plano dos cadernos é contudo divulgado. Por exemplo nas primeira publicações surgem as primeira quatro séries (24 títulos), seguindo-se um aumento para 8 séries (mais 24 títulos). A partir da 8ª série passam a ser anunciadas um total de 16 séries (96 títulos no total previsto). Não conhecemos o cumprimento integral do plano, já que o último número que encontramos editado integra-se na 11ª série (3º título). Foram portanto publicados pelo menos 63 títulos. O custo unitário de cada edição era em 1939 de 1\$00 (5\$50 pela assinatura de uma série de 6 títulos). Em 1942 com a 5ª série

aumenta para 1\$20, seguindo-se um novo aumento para 1\$50 a partir da 10ª série, já em 1944.

Distribuído para livrarias pela Editorial Organizações, as assinaturas eram dirigidas ao próprio Agostinho da Silva, morador na Rua Dr. António Martins, 24- 2º em Lisboa. Os assinantes eram regularmente informados do desenvolvimento do projecto. O contudo das cartas sugere que entre o autor e os assinantes se cultivava um certo espírito associativo de natureza cooperativa . Agostinho da Silva em circular datada de 1942 apresenta contas do projecto editorial. Por exemplo em 1940 e 1941 o "lucro bruto" (total de venda menos custos de impressão) dos cadernos foi de 21.730\$45. O lucro líquido foi nessa data de 8.751\$74 quando praticamente tinha saído 5 séries. As despesas de produção e distribuição foram portanto 12.978\$41, o que representa cerca de 60% das vendas. Agostinho da Silva refere que " a coisa lá ia andando e chegou aos dois mil e tal assinantes por todo o país e havia ainda uma venda avulsa " , o que não deixa de constituir um valor interessante para o Portugal dessa época. Todavia, se considerarmos nestes anos as tiragens da biblioteca Cosmos, verificamos que a tiragem destes cadernos são 1/3 daquela colecção. Em relação à margem líquida das vendas presta contas Agostinho da Silva afirmando que foi usado em "obras de cultura", constituído por apoios a "laboratório de estudos biológicos, escola infantil experimental, "palestras e sessões culturais, auxílios a bibliotecas". Para além desses custos o editor refere ainda que gastou 14.078\$85 em material para a preparação dos Cadernos, ou seja lições, livros, discos. A actividade era então deficitária em 5.296\$11.

Ao longo de um período de 6 anos a actividade editorial dos cadernos continuará . Em 1939 saem 2 títulos, segue-se 1940 com 15; 1941 com 10; 1942 com 21; 1943 com 1; 1944 com; finalmente temos a notícia da publicação de um número em 1947. Deste total à ainda a registar quatro títulos entre 44 e 47 de que desconhecemos a data de edição. Tal como tínhamos visto para as edições "Seara Nova" o período de publicação mais intenso é constituído pelos anos de 1940-a 1942. A partir de 1944 deixa praticamente de se publicar, dado que os últimos números são esparsos.

Paralelamente a esta publicação Agostinho da Silva edita também uma outra colecção de publicações de divulgação cultural com a mesma organização dos "Cadernos" como o título de "Antologia — introdução aos grandes autores".Esta colecção será constituída por 8 séries de 6 livros, totalmente publicadas entre 1941 e 1946. Tal como na série "Cadernos de Iniciação Cultural" verificamos que ao anos de maior intensidade de publicação foram os anos de 1941 e 1942. Com 15 e 16 títulos respectivamente. Nos dois anos seguintes serão publicados 6 títulos em cada ano, em 1945 não se publicará nada, para os últimos 5 títulos da 8ª

série serem apenas editados em 1946 . O preço das "Antologia" é idêntico aos "Cadernos".

A semelhança formal das duas colecções editadas por Agostinho da Silva podem ser distinguidas ao nível dos conteúdos dos textos, o que justifica a existência de duas colecções distintas, e como tal tem pertinência a sua análise conjunta. Enquanto nos "Cadernos Agostinho da Silva" publica textos que ele próprio escreve, segundo o que conseguimos apurar a partir das suas leituras de textos de outras colecções de divulgação cultural editadas noutros países , a "Antologia" é uma selecção de textos significativos de grandes autores da cultura europeia, de entre os quais se encontram 5 autores da literatura portuguesa clássica.

Outra colecção editada por Agostinho da Silva é a colecção "Vidas de". Esta colecção é constituída por treze livros biográficos. Estes volumes são trabalhos mais elaborados sobre a personagens retratadas, situando-se o seu tamanho numa média de uma centena de páginas e vendidos ao preço de 7\$50, a distribuídas aos assinantes das duas colecções anteriores, que em caso de interesse as poderiam adquirir. As colecções eram enviadas por correio podendo o pagamento ser efectuado posteriormente, ou a obra devolvida ao remetente se não se verificasse interesse na sua aquisição. Alguns dos textos editados por Agostinho da Silva são reedições de publicações suas na "Seara Nova". No conjunto dos anos de 1938 a 1946-47 Agostinho da Silva edita 156 títulos que distribui a uma rede de assinantes, representando sem dúvida um interessante projecto de divulgação cultural com uma influência social decisiva na formação cultural dos meios da oposição democrática, e interrompida pelo autor por motivos do seu exílio brasileiro.

Para além desta colecções, que pela sua dimensão e significado foram aqui referidas, neste período outra colecções de divulgação cultural foram também iniciadas, muito embora tivessem quer uma duração quer uma influência social menor. Refira-se apenas a título de exemplo as "Colecção Testemunho", da empresa Contemporânea de Edições (em 1944), a colecção "Cadernos Azuis" da Livraria Latina Editora, do Porto (1941-1945), A "Colecção Claridade" , da Livraria Escolar Editora em Lisboa, em 1946. Em comum com todas estas edições a sua contemporaneidade.

A partir desta data a divulgação cultural parece viver sobretudo com a reedição. Como acima vimos o desaparecimento em 1948 da "Biblioteca Cosmos", para além das dificuldades inerentes ao desaparecimento físico do seu director, também a análise das suas tiragens revela um queda constante., o que neste momento podemos relacionar com uma "crise na edição de divulgação cultural" pela forte diminuição da actividade de edição deste tipo de publicações.

Em 1949 o surgimento da "Coleção Saber", das Publicações Europa-América surgirá portanto num momento em que existe uma memória recente, mas não existe uma grande iniciativa editorial nesse domínio. As PEA manterão esta importante actividade editorial dos editores, num período em que a maioria dos editoras reedita.

A edição de obras de divulgação cultural que se mantém durante estes anos parece pois acentuar a publicação de textos de autores estrangeiros em prejuízo de autores de expressão portuguesa. A excepção a esta tendência será feita pela "Biblioteca Cosmos", e pelos "Cadernos Seara Nova". O processo de depuração ideológica das academias portuguesas, particularmente os casos ocorridos em 1946, acompanhado do exílio de alguns intelectuais da oposição, conjugados com o agravamento da perseguição política, após uma aparente e ligeira abertura após o final da guerra de 1945 poderão tornar a actividade de divulgação cultural de autores portugueses um processo difícil.

A característica de natureza pedagógica da divulgação cultural que acima referimos, em conjunto com uma predisposição para a crença de que a cultura, enquanto património do humanismo europeu e na esteira do liberalismo democrático, se opunha ao autoritarismo do regime do Estado Novo, faziam com que os escritos de natureza de divulgação fossem expostos sob a forma de "lição" de um mestre para um aluno. A depuração das academias dos elementos oposicionistas fazia com que estes procurassem outras alternativas de vida profissional. Tal como se referiu alguns procuraram o exílio, outros encontravam nas editoras, fundamentalmente como tradutores, oportunidades de obtenção de rendimentos, outros ainda dedicaram-se ao jornalismo. A repressão política e intelectual tornava pouca aliciante a edição de obras própria por parte daqueles que forma alvo da repressão. A divulgação cultural enquanto uma das forma de resistência política ganha protagonismo mas perde espaço de divulgação.

Era uma luta desigual, quer ao nível de meios, quer ao nível de organização. A oposição no entanto jamais deixará de procurar animar e formar a oposição através da cultura. Neste capítulo, as editoras próximas dos meios da oposição, embora tivessem de lidar com os riscos inerentes à sua actividade condicionada pelos mecanismos censórios, também jamais deixará de insistir na divulgação cultural. Em cada momento de abertura política, ou de intensificação do debate social, a cada oportunidade de exercer influência na sociedade, editava-se o que se podia, o que parecia mais adequado. Assim também se explica que as editoras acima referidas também integrassem nos seus catálogos obras literárias. A obra literária, para além dos trabalhos mais próximos da estética do neo-realismo, era a forma mais adequada para preencher os quesitos de ultrapassagem dos mecanismos censórios. Não podendo expressar opinião, dava-se ao público

obras clássicas da cultura ocidental. Era uma parte integrante de um mesmo projecto de formação de consciências.

Um outro aspecto interessante de analisar em relação à política editorial nos anos quarenta, e também referido por Irene Lisboa, é a consciência do fenómeno de mercado do livro. As preocupações de alguns editores ao expressarem os seus desejos de uma melhor organização editorial e um alargamento de mercado. Neste caso não só se refere o mercado interno, como também o mercado do Brasil e das então colónias africanas (não são referidas as colónias asiáticas). Outra questão também interessante para a compreensão dos modos de organização editorial são os critérios de selecção das obras a editar. No caso do inquérito de Irene Lisboa o critério predominante dos editores analisado parece ser a intuição do editor: "o faro literário-comercial que lhes sorria" (op.cit, 239). Apesar disso algumas editoras, não referenciadas, já apontam a figura do director literário como elemento fundamental no processo de escolha e selecção de uma obra a publicar.

Para além dos aspectos relativos ao mercado dos livros, Isto é, do potencial número de leitores e o real número de leitores interessa ainda salientar o processo que leva ao surgimento dos livros no mercado e o modo como esse livro vai influenciar a comunidade de leitores.

4.2. Como nasce um livro?

Segundo o editor Rogério de Moura um livro pode surgir de diversos modos. Uma edição pode Ter origem numa vontade do editor que pensa que num determinado momento aquele livro pode ser útil, iniciando a procura alguém que o escreva. Pode resultar de um contacto directo de um escritor com um editor. E pode, também, resultar da leitura de catálogos estrangeiros, entrevistas ou leitura de jornais de um qualquer sucesso editorial, ou da sugestão de um colaborador mais próximo.

Cada processo tem as suas vantagens e inconvenientes. Aquele que está mais próximo da função do editor que é originalmente concebido pelo editor. É o um processo lento, nem sempre linear e de resultados imprevisíveis. Da ideia do livro à sua venda medeiam vários momentos. Se por um lado uma ideia pode parecer pertinente, necessária naquele momento particular da sociedade, a sua concretização nem sempre é imediata. Essa dúvida de utilidade é um momento doloroso para o editor em que este se confronta com a sua própria intuição do mercado dos livros. " Hoje não se sabe qual vai ser o sucesso de um livro". É o momento em que o editor maiores riscos assume. Ele não pode a prever o sucesso e a divulgação que esse livro terá. Ele apenas o poderá intuir. E é essa intuição que representa a sua grandeza humana e é nela que ele assume a totalidade da dimensão do ser Editor. É nesse momento em que a decisão

de editar é tomada que o editor passa da categoria dos sonhadores para a categoria dos fazedores da História.

Se no mercado editorial de quando em vez um sucesso possibilita um desafogo financeiro da casa editorial e do respectivo editor, o que também é certo é que o caso dos fracassos editoriais são bem mais frequentes muitas editoras já encerraram as suas portas com a acumular de decisões erradas . É um erro fatal neste campo dos negócios que exige que o investimento seja feita na sua quase totalidade antes de se colocar o produto há venda .

Depois de tomada a decisão é preciso procurar alguém que escreve o livro tal como ele imaginou que seria ideal para vender e para atingir os objectivos de influência social. Durante o tempo do Estado Novo as editoras eram também tertúlias culturais. Eram locais de convívio intelectual por onde passavam toda a espécie de gente interessada no livro. A convivência e a amizade entre editores e escritores tornava mais fácil o diálogo e a cumplicidade intelectual entre autores e editores. Com o correr do tempo, com a aceleração do tempo em que vivemos este processo de comunicação foi-se tornando mais frágil. O editor vive hoje muito mais fechado nos problemas da vida empresarial. O convívio das tertúlias, hábitos de uma outra geração foi-se perdendo com os ritmos cada vez mais acelerados da vida urbana. Esboroando-se esse local de fermentação das ideias e das acções, o papel do editor profissionalizou-se passado cada vez mais, transitando para as mãos dos colaboradores técnicos algumas das tarefas inerentes aos processo de escolha das edições. . As consequências dessa transição alteram a qualidade do trabalho, impondo um maior rigor na selecção, reduz os tempos de tomada de decisão sobre edições. A necessidade de aumentar a produtividade editora entram mais colaboradores. Os novos profissionais da edição, assalariados, privilegiam o trabalho sobre o papel em detrimento do trabalho sobre os homens.

Hoje este processo de decisão sobre o livro ainda se verifica mas o seu peso é bastante menor do que nos anos anteriores. Contudo, tomada uma decisão de publicar e encontrado o homem a quem se pede que o escreva, o editor ainda tem uma outra intervenção no processo de edição. Trata-se do processo de revisão do texto, que no caso do editor Rogério Moura é uma revisão crítica. Nas suas palavras um livro é uma ferramenta de trabalho que deve ser manuseada. Ele é o primeiro a manusear o livro que publica. Lê-o, comenta-o, critica-o, discute com o autor até ao pormenor. Só depois desse processo de crítica, que poderá ter implicado uma revisão mais ou menos extensa do texto, é que o processo de edição pode avançar.

No caso do processo de publicação de trabalhos académicos este processo de revisão é menos exigente. Uma tese académica que tenha passado pelo crivo crítico dos universitários não é facilmente sujeita uma revisão do texto

por parte do editor. Ainda assim o editor não deixa de intervir. Pode por exemplo solicitar um aligeiramento do estilo de escrita, uma diminuição de notas de pé de página. Tudo numa perspectiva dos destinatários do livro.

Finalmente segue-se o processo de composição gráfica, que implica a escolha de imagens para acompanhar o texto. Hoje um livro sem imagens é como que um "jardim sem flores". Se exceptuarmos a literatura, nas suas múltiplas variantes, um livro que consiga conciliar um texto com a imagem assume de imediato uma outra dimensão comunicacional. A imagem, quer ao nível de ilustração de uma descrição ou de um contexto quando convenientemente inserida permite uma maior eficácia na produção de sentido e actua como um facilitador da leitura facilitando a descodificação do texto.

Ainda assim a maioria das edições de divulgação cultural publicados durante o Estado Novo não assumem esta dimensão imagética do texto. Produtos de uma cultura bibliófila de escassos recursos, limitada pelo preço de venda, a grande maioria dos textos publicados, exceptuando os casos da edição literária, não são acompanhados de imagens, ou quando o são assumem a forma de quadros, ou de fotografias, que tendem a corresponder a páginas autónomas do texto. O crescimento do apreço pela cultura numérica no final dos anos sessenta e início da década de setenta leva ao aumento da algoritmia como componente dos textos académicos, e por consequência na edição dos livros. Continua-se ainda assim a reproduzir um texto previamente elaborado num outro contexto, sem que dessa edição resulte alguma mais valia para o leitor do que o aumento da acessibilidade ao texto académico. A emergência da imagem como processo de comunicação só tardiamente será reconhecida, e ainda mais tardiamente vulgarizada, limitando-se neste último caso às edições mais luxuosas, que embora também constituam um campo de divulgação, se situam fora dos objectivos da divulgação cultural que os volumes a preços mais acessíveis pretendem atingir.

Estas questões sobre os processos de produção do livro está também ligada à própria evolução tecnológica da impressão gráfica. Nos anos quarenta o processo de composição ainda era feito a quente. Uma operação delicada e exigente na qualificação do operário que a efectuava. Em Portugal até há década de oitenta ainda subsistiam gráficas a efectuar a composição a quente. Em meados dos anos setenta acentua-se a revolução na técnica de impressão do livro. Primeiro a fotocomposição por códigos, depois pelo processo de leitura óptica, depois em offset. Em meados dos anos oitenta, primeiro na Grã-bretanha, nas oficinas do multimilionário Robert Murdoch, depois generalizando-se por todo o mundo ocidental, surgem os processos de composição digitais. O computador e o Software remetem para as prateleiras da inactividade dezenas de milhares de gráficos, substituindo-os

em eficiência e rapidez no processo de composição, e, como não podia deixar de ser, tornado os custos de impressão bastante mais baixos.

O processo de introdução das gravuras ou imagens nos livros também teve a sua evolução tecnológica da gravura manual em chapa de zinco, passando pela gravura química, pela sensibilização da chapa até chegar à digitalização da imagem, onde hoje tudo é possível de ser efectuado a partir do terminal do computador operado por apenas um indivíduo.

Em Portugal o problema da reconversão tecnológica das gráficas foi lento, e segundo os dados disponíveis não parece ter alterado substancialmente os custos de impressão para as editoras. A pequena e média editora portuguesa não dispõe, por norma, de parque gráfico. O recente investimento em novas tecnologias por parte das editoras parece ter sido essencialmente na perspectiva da pré-produção do livro. O objectivo será neste domínio aliviar os custos do trabalho qualificado, que no âmbito das gráficas parece ser mais caro.

Estas questões são determinantes naquilo a que se poderá considerar a economia do livro e a viabilidade económica de uma editora enquanto organização económica. A determinação do valor de um livro é assim o resultado de dois factores. Por um lado do editor e da sua visão económica, e a do público pelo valor atribuído intrinsecamente a esse livro pela qualidade percebida do texto ou pela qualidade gráfica. Estas duas questões devem ser abordadas de forma diferente para compreender cabalmente o mercado editorial português.

A fixação do preço do livro efectuado pelo editor é baseado na sua análise do mercado dos novos livros, ou seja pelos preços praticados por editoras concorrentes para um mesmo tipo de edição. Se excluirmos alguns segmentos de mercado, como são por exemplo os livros de poesia, de medicina, de informática ou escolares, destinados a públicos específicos e de algum modo especializados, onde o volume de vendas depende desse mesmo público alvo, o editor fixa o preço por intuição.

O critério é conhecido como o factor 4 ou mais recentemente factor 5 a seis meses. O raciocínio é relativamente simples de se efectuar. Por exemplo uma determinada tiragem de um livro, o Preço de Venda ao Público será estabelecido após uma análise do mesmo tipo de livros no mercado, cruzados com o resultado de uma divisão em 4 factores de peso proporcional (ou 5). Os factores que intervêm na análise de custos são: o custo industrial de produção com o peso de 2/4, o custo de distribuição, com o peso de 1/4, repartindo-se o restante quarto pelos custos internos da editora, e a partir do qual se retira a margem do editor. Os custos internos do editor são os que resultam do funcionamento administrativo (pessoal, rendas, etc.), a pré-produção, a publicidade, os direitos de autor (10% do

P.V.P.) e tradução. É a análise desta margem, conjugada com o número de exemplares considerados possíveis de vender em seis meses (período de tempo em que o livro se considera vivo em livraria, portanto susceptível de ser vendido, considerando-se que a partir dessa data as vendas serão marginais) que determinará a margem prevista da edição, ou seja a mais valia efectuada pela actividade comercial da editora.

A partir destes cálculos o editor dispõe da informação necessária para analisar a rentabilidade do produto que pretende lançar no mercado. Se o custo de produção da obra permitir um Preço de Venda ao Público semelhante ao das edições das editoras concorrentes, a decisão poderá ser favorável à edição, caso contrário a prudência aconselharia a revisão do P.V.P.

Como facilmente se pode deduzir do processo usado pelos editores portugueses a produção de um livro é sempre um negócio com uma grande margem de incerteza. Quando edita um livro "todos acreditam que se vai vender na totalidade", o que, exceptuando alguns casos de autores "canonizados" ou que são apoiados por uma boa campanha de promoção, raramente acontece. A consequência dessa política de gestão é um elevado grau de dependência da aceitação do produto pelo mercado, agravado ainda pela actual forte concorrência que se faz sentir no mundo editorial. Estes sintomas que são uma análise actual do mercado editorial tem semelhança com o processo de funcionamento durante o Estado Novo. Ele é herdeiro do modo de gestão e comportamento organizacional desse tempo.

Nos últimos anos o surgimento de um número elevado de pequenas editoras fizeram aumentar a pressão no exíguo mercado português. O aumento da oferta de títulos disponíveis tem como resposta uma diminuição das tiragens e consequentemente a diminuição das margens acompanhada por uma aceleração da rotatividade dos produtos editado nas livrarias. O ciclo de vida do livro encurta-se e nessas circunstâncias as editoras ultrapassam os seus limiares de rentabilidade e vêem os seus rácios financeiros degradarem-se. O valor social do livro, pelo aumento da sua quantidade em circulação também se degrada. As editoras tentam ultrapassar as dificuldades aumentando o número de edições e diminuindo as tiragens, na perspectiva de manterem os níveis de circulação financeira que sustentem o funcionamento corrente. que. Nessa circunstâncias o preço da produção industrial do livro aumenta o seu peso relativo no PVP, os livreiros negociam melhores condições de pagamento, as distribuidoras também. Tudo isso resulta numa diminuição de mais valias do editor.

Em relação à sensibilidade do consumidor de livros para o preço não há muitos dados disponíveis. O processo de regulação usado pelos editores para o estabelecimento do PVP faz aproximar o livro entre si por semelhança. A partir desse facto a escolha de um livro pelo consumidor terá

a haver com o respectivo valor de uso. A aquisição de um livro técnico necessário não depende da oferta do mercado, mas da disponibilidade financeira do momento. A aquisição de um livro para oferta, entretenimento, ou por gosto pessoal pode ser influenciado por múltiplos factores: O autor do livro, a publicidade em torno dele, o aspecto geral da grafia, o preço. O consumo do livro sempre foi entendido como uma actividade intelectual e cultural, apesar de como todas as mercadorias estar incluída nos mecanismos do mercado.

Numa sociedade tradicionalmente pouco dada à leitura e ao culto do livro não é frequente encontrar público exigente. Desse modo o reconhecimento da qualidade de um texto, de uma tradução ou de um trabalho gráfico, raramente entra em linha de conta na escolha do livro. O público escolhe aquilo que está na moda, aquilo que se fala, aquilo que o professor manda ler. Há uma ausência de autonomia da leitura na grande maioria dos leitores portugueses. A decisão de adquirir um livro é pois tomada em função da comparação da relação preços percebido e vantagem prevista, naquilo a que se chama o seu valor do uso. No fundo é o mesmo processo intuitivo que leva ao editor a estabelecer o respectivo preço de um livro por semelhança ao que existe no mercado. O público exigente e conhecedor é uma raridade e não influencia o mercado.

Para além dos critérios de natureza económica, que determina a solvibilidade da organização económica editorial, ainda devemos considerar os critérios de natureza editorial, que no fundo pode ou não determinar a influência social dessa editora no âmbito da esfera cultural. Ou seja, há medida em que percorremos a barra cronológica dos editores e livreiros portugueses melhor nos apercebemos da interacção entre a política económica e a política editorial de uma editora. Se por um lado um bom plano de edições, traçado por um bom grupo de colaboradores pode não ter viabilidade no mercado, por outro lado um bom vendedor, inserido numa editora com um plano editorial culturalmente fraco, pode ser determinante para o sucesso de uma editora. Apesar dessas condicionantes a especificidade do mercado editorial, enquanto subsector das chamadas "indústrias de cultura", que mais propriamente deveriam ser nomeadas como "serviços de cultura", pela sua influência social parece continuar a constituir um importante sector de actividade, e um importante factor de progresso social, intelectual e cultural.

A grande questão que se coloca ao estabelecimento de uma política editorial coerente com o mercado a que se destina deve portanto ter em linha de consideração não só as intenções dos editores, como sobretudo ter atenção ao tempo e à conjuntura cultural vivida. Desse modo o sucesso de uma editora não é nem foi naturalmente fruto do acaso, mas da respectiva capacidade de adaptação ao mundo que a rodeia. Essa capacidade de

adaptação advém dos circuitos de comunicação que o editor é capaz de construir com elementos significativos no mundo cultural da época.

O caso dos Livros Horizonte de Rogério de Moura

No caso da política editorial dos Livros Horizonte, segundo as palavras de Rogério de Moura, "orientou-se no sentido da formação cultural dos portugueses e no apoio aos estudantes". O livros que o editor escolhe inserem-se dentro desta linha editorial, como adiante veremos, as principais colecções dos Livros Horizonte orientam-se claramente para um público académico e especializado. Não deixa de se sentir alguma mágoa no editor quando confessa que actualmente o público procura outro tipo de livros. Mas ainda assim continua confiante nos princípios orientadores da sua "missão editorial".

Vários foram os livros que o editor conhece como tendo de ideias sugeridas por terceiros em debates nas tertúlias culturais. Cita por exemplo o caso do Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão e dado à estampa no ano de 1966, pelas Iniciativas Editoriais. Joel Serrão foi um dos colaboradores mais salientes dos Livros Horizonte. Nessa editora publicaram-se alguns dos trabalhos deste autor, que tem inclusive uma colecção dedicada às suas obras . Joel Serrão e José Fernandes Fafe, Carlos de Oliveira constituíram a editora "Iniciativas Editoriais", com sede em Lisboa, nos finais dos anos cinquenta, para a publicação do Dicionário de História de Portugal, ideia que surge nas tertúlias culturais próximas da Editora, sobre a necessidade de divulgar a História . Rogério de Moura desempenhou um papel relevante na organização da divulgação desta edição.

A segunda forma possível para a edição do livro, referida pelo editor, é o contacto directo do autor com o editor. Trata-se portanto de uma abordagem ao editor, ou a um dos seus consultores especializados, solicitando a leitura de um manuscrito. Após a leitura crítica do texto é tomada a decisão de publicação ou não. O grau de risco do editor ao editar novos autores é naturalmente elevado. Um autor sem nome no mercado é sempre um risco acrescido. Nesse domínio apenas a qualidade do trabalho e a pertinência da sua edição poderão ser factores de decisão editorial.

Neste domínio é particularmente importante a editora deter um conjunto de consultores especializados nos diversos domínio que auxiliem no processo de decisão, ou em alternativa o editor manter actualizada a leitura de jornais especializados. Este tipo de "instrumentos auxiliares" do editor são essenciais para a previsão de sucesso da iniciativa editorial.

A diferença fundamental deste processo de decisão sobre o que se vai editar em relação à primeira forma de acima descrita; é que neste processo de decisão o editor ou o seu colaborador não assume a totalidade da

paternidade da ideia do livro. Neste aspecto a intuição do editor limita-se à análise da pertinência da sua edição, quer em relação ao contexto em que surge quer em relação à forma assumida pelas suas colecções.

Na sua relação com o contexto o editor procurará analisar fundamentalmente a actualidade do texto em função dos assuntos mais pertinentes no plano geral das edições em Portugal. Por exemplo, em meados da década de setenta retoma-se na Academia uma polémica sobre a caracterização da crise económica e política em Portugal no século XIV . Nessa época em que a influência da interpretação marxista da história imperava nas academias influenciando predominantemente o pensamento historiográfico a Editorial Estampa publica o trabalho de Álvaro Cunhal, *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média* (1975) , a Seara Nova relança o livro de Borges Coelho, *A revolução de 1383* (1975) e um ano mais tarde Os Livros Horizonte relançam o livro de Joel Serrão, *O Carácter social da revolução de 1383* (1976).

Esta movimento é sobretudo de reedição. Nenhuma das publicações tinha material de investigação original. Foi um ressuscitar dessa polémica dos anos quarenta, que permitiu a distribuição e o acesso a um público mais vasto, numa época particular. Recorde-se que antes de 1974 a circulação de livros estava condicionada à fiscalização dos órgãos da censura. E neste caso concreto, algumas destas obras por abordarem questões da história da nacionalidade numa abordagem diferente da historiografia nacionalista não tinham espaço de divulgação. De resto a simples referência a alguns dos autores eram motivo mais do que suficiente para serem impedidas de circular livremente no mercado editorial.

A partir de 1974 com a abolição do hediondo lápis azul, a circulação e a edição tornou-se livre. Conjugada essa nova situação com a tendência que se verificava nesse época pela abordagem marxista da história social e política no âmbito académico em alternativa à abordagem da historiografia nacionalista, tornou-se natural lançar obras que pela sua pertinência e discussão universitária podiam ser facilmente vendidas. Aliada a esse facto juntava-se ainda a docência universitária dos dois últimos autores que naturalmente aconselhariam aos seus alunos a utilização dos textos . Por outro lado Álvaro Cunhal, à data Secretário Geral do Partido Comunista, e uma das personalidades com maior influência política na época, com poucos textos publicados tornava um reedição numa oportunidade de negócio não desprezível.

Para além destes aspectos mercantis em relação a estes livros adicionava-se também a actualidade do tema revolucionário. Portugal atravessava então um momento político onde a ideia de revolução se tinha tornado uma obsessão avassaladora para alguns sectores da sociedade portuguesa. A busca de uma legitimação revolucionária no passado assumia dessa forma

um pertinência óbvia pela projecção do momento revolucionário como momento refundador de uma nova ordem económica e social. Os textos em causa, independentemente da sua antiguidade e de uma ausência de actualização, representavam essa necessidade polemizante, permitindo a cada um dos defensores das interpretações históricas em causa a consolidação dos seus discursos historiográficos.

A curiosidade dessa polémica é que ela permanecerá nos anos seguintes num âmbito que transcende o público universitário. Por exemplo ao nível do ensino secundário português a questão passou a fazer parte dos currículos de História no ensino secundário, o que obrigava os alunos a tomar contacto com essa polémica e, por resultado da interpretação histórica, também eles a tomar partido da classificação desse evento histórico, quer como momento revolucionário ou como crise económico-social e política. E com o desenvolvimento dessa polémica a um nível mais largo tornou-se possível uma sucessiva reedição das obras em causa e divulgação através do livro de um assunto da história portuguesa por um período de tempo bastante alargado, tornando a presença deste livros nas livrarias um objecto obrigatório, e o tema uma presença constante.

A terceira e última forma de surgimento da ideia de publicação de um livro à disposição do editor é a leitura de catálogos de editores estrangeiros, complementadas com leitura das revistas, jornais e críticas da especialidade. Neste contexto, naturalmente, surgem as publicações estrangeiras, que em caso de interesse de publicação obrigará o editor à aquisição dos respectivos direitos de edição em língua portuguesa e a promover a respectiva tradução.

O dia a dia do editor é portanto constituído por uma constante actividade em torno dos problemas da edição e da gestão da editora. Contactos com técnicos na pré-produção, com gráficas, com distribuidoras, leitura de livros e catálogos. Qualquer dessas actividades tende a ser nos dias de hoje desempenhada por profissionais. No tempo do Estado Novo, segundo Rogério de Moura, não eram poucos os editores multifacetados e polivalentes, especialmente no caso das pequenas editoras. Ele próprio é um desses casos. Lê atentamente cada livro que publica, anota-o com o gosto de quem gosta da arte e da matéria, discute-o com o autor. É um amante dos livros e da sua arte, e contribui, nalguns casos, de forma decisiva para a sua forma e conteúdo.

4.3. A edição de divulgação cultural e a desagregação do regime

Rogério de Moura lança-se na aventura dos "Livros Horizonte" em 1953. Começa a importar livros do Brasil. Recorda que uns dos primeiros que importou foram as obras de Josué de Castro . Rogério é influenciado na sua

entrada no mundo dos livros pelo seu irmão Mário Moura, na altura editor no Brasil de obras da "Casa dos Estudantes". O início das edições dos Livros Horizonte, segundo o editor, dá-se com obras em fascículos, no âmbito da economia, da arte e da pedagogia. É assim que começam a ser lançados os fascículos de História mundial do cinema, de Georges Sodul (1958-1960) , A História do Pensamento Económico, de Henri Denis (1961-1964), Sistemas e estruturas económicas, de (1965-1967), e A educação da criança, (1967-1968). A publicação em fascículos será terminada com a obra incompleta Dicionário de Economia (1969-) e A Talha em Portugal (1971-73) .

Segundo Rogério de Moura a venda em Fascículos era naquela época a única forma de editar e vender obras com uma certa dimensão. Quer para os editores, quer para o público. Para os editores porque a impressão de uma obra em fascículos dilui os custos de produção no tempo à qual acresce uma antecipação de receitas pela prática de assinaturas. Desse modo a edição de uma obra em fascículo pagava-se a si mesma após os fascículos iniciais, evitando a necessidade do investimento inicial do editor na totalidade da obra, bastando portanto o investimento nos primeiros números.

"- Nós tínhamos um ficheiro com cerca de 30.000 pessoas a quem enviamos o primeiro número. Era um ficheiro que tínhamos feito com base nos contactos que havia. Eram engenheiros, médicos, professores, arquitectos, etc. Quem queria ficar a receber, pagava a sua assinatura, quem não queria devolvia-nos o fascículo. Normalmente enviávamos a cada pessoa quatro ou cinco exemplares de cada fascículo, para que ele pudesse dar a conhecer a obra a outras pessoas. Os nossos assinante não só funcionavam como nossos divulgadores, como também, através deste método, nós ia-mos aumentando o nosso ficheiro. Ao fim do segundo e terceiro número ficávamos a saber quantos exemplares ia-mos vender até ao fim. Este é um dos casos em que um editor tem a noção antecipada das vendas que vai fazer " Houve vários caso de sucesso nestas vendas por fascículos. O Dicionário de Morais , publicado pela Editorial Confluência, ou o caso da Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. (AAVV, (195-). Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa , Editora Enciclopédia .

A análise do catálogo dos Livros Horizonte revela a concordância entre o posicionamento do seu editor em relação à divulgação do livro e como objecto cultural . A política editorial dos Livros Horizonte manteve-se fiel ao seu projecto inicial que, pode ser sintetizado na divulgação da sua colecção Horizonte, iniciada em 1969: "pensada na convergência dos seguintes objectivos: O alargamento do público leitor (sic) de obras mais ou menos especializadas; a tomada de consciência, pelos seus leitores, dos mais instantes problemas que se põem ao desenvolvimento de Portugal, considerado em todos os seus aspectos.

"Procurar-se-á alcançar o primeiro objectivo em vista mediante livros de preço acessível, de aspecto agradável e cuidado, mas sobretudo pela qualidade (itálico no original)do texto . Aspira-se a que os livros da Colecção Horizonte figurem na Bibliotecas dos estudantes, dos autodidactas, mas também dos próprios especialistas — que sirvam os cultos e os que buscam sê-lo".

Quanto ao segundo objectivo " (...) é o de contribuir para o desenvolvimento do país mediante o seu apetrechamento cultural e mental, importa acentuar que ele só se logrará por uma sistemática prospecção, quer da sua história, quer do seu presente, norteadada pela preocupação com o futuro de todos nós" . Estas intenções iniciais da editora irão manter-se ao longo da sua vida editorial, cuja análise não cabe neste momento efectuar.

Não podemos contudo deixar de referir no âmbito deste trabalho alguns aspectos do seu catálogo que se prendem com a influência social desta editora no âmbito da divulgação cultural durante o período do Estado Novo". Se analisarmos o plano formal das edições efectuadas pela editora conjugada com as respectivas colecções e a sua política de preços torna-se bastante perceptível essa postura. Também os Livros Horizonte, como a maioria das casas editoriais portuguesas, ordena actualmente as suas edições num plano de colecções temáticas. A colecção representam uma unidade gráfica de um conjunto de livros e simultaneamente um plano de intenções. É disso exemplo a já citada colecção Horizonte, que a frente se detalhará.

O catálogo dos Livros Horizonte de 1997 é uma publicação de 67 páginas, com capa cartonada, nas dimensões 24 * 17 cm. Tem uma capa sóbria a amarelo torrado com o título "Livros Horizonte" com uma linha a negro a sublinhar. A pé de página centrado o símbolo da editora, constituído por um H estilizado. Na contra capa encontra-se a referência "Catálogo 1997" e a morada da editora na Rua das Chagas, nº 17, 1º Dto. em Lisboa, e respectivos telefone e Fax.

A organização do catálogo é feita pelo processo de ordenação das colecções, no total de 28, no interior das quais se apresentam as obras editadas, por ordem de saída no prelo . No final dois índices: o de Títulos e o de Autores, ambos apresentadas por ordem alfabética. A apresentação dos títulos editados é feita pela apresentação de três campos que se podem distinguir. O primeiro campo é o do respectivo código de barras . O segundo campo apresenta o título da obra seguido do respectivo autor, ao qual se acrescenta na linha inferior o respectivo número do IBSN e de um conjunto de cinco dígitos, que representam uma identificação interna da editora. Finalmente o terceiro campo que identifica o respectivo preço de venda ao público, que de acordo com o que se anuncia no início inclui o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (Catálogo Livros Horizonte, 1997, 2) É também

neste campo que se identifica se a obra se encontre esgotada, ou está no prelo, não constando portanto nesse campo o respectivo preço. Esta configuração de Catálogo revela que ele se destina preferencialmente ao uso comercial. A composição do Catálogo é a seguinte:

Quadro IV — Catálogo dos Livros Horizonte em 1997

Colecções	Nº de volumes
Biblioteca do Educador	132
Horizonte de Psicologia	7
Horizonte Histórico	43
Europas	4
Cidade de Lisboa	41
Horizonte de Cinema	22
Cultura Física	30
Revistas Horizonte	78
Obras de Arte	24
Estudos de Arte	14
Francisco de Holanda	6
Obras de Joel Serrão	10
Obras de Victor de Sá	8
Horizonte Universitário	56
Espaço e Sociedade	86
Horizonte Económico	6
Dicionários	6
Hagá	3
Banda Desenhada	5
Comix	4
Extra colecções	24
Outro Títulos	325
Álbuns	8
Matilde Rosa Araújo	10
Pássaro Livre	67
Histórias de Amor de Mais	2
Histórias por imagens	4
Outros títulos	72
Total	1.019

Fonte: Catálogo dos Livros Horizonte, 1996

O catálogo dos Livros Horizonte de 1997 identifica a publicação de 1.019 títulos, dos quais se encontravam esgotados 156, e no prelo 12. Por altura da Feira do Livro de 1997 (que decorreu no mês de Junho) encontravam-se disponíveis 848 títulos que apresentavam um valor global de 1.194.508\$00. A análise dos autores das obras publicadas nos Livros Horizonte revela que nela se publicam obras de 577 autores, sendo deste valor 346 de expressão portuguesa (60%) e 231 de outras expressões, tendo portanto sido traduzidos para português (40 %). Estamos pois perante um caso de uma editora que privilegia a edição de autores portugueses.

A análise das edições publicadas pelos Livros Horizonte revela que esta editora é uma editora que se especializou em vários domínios, quase sempre de natureza universitária ou erudita. Como exemplo dessa caso situam-se as colecções Biblioteca do Educador, Horizontes da Psicologia,

Cidade de Lisboa, Cultura Física, Espaço e Sociedade. Isso não impede contudo a editora de lançar obras de Banda Desenhada ou Obras Infantis (caso da colecção de Matilde Rosa Araújo), que em Portugal representam um importante segmento das vendas editoriais.

O conjunto temático que maior expressão tem nesta editora, curiosamente acaba por ser a de "outros títulos", com 327 unidades, que representa 31,89 % do total das edições, e 22% do custo total dos livros editados (263.727\$00). Esta não é contudo uma colecção que apresente uma unidade temática coerente, representando mais o local onde se arrumam títulos disponíveis da actividade editorial dos tempos mais antigos de editora. É esse o caso por exemplo da já citada Colecção Horizonte, iniciada em 1969, ou da colecção "Razão e Diálogo" iniciada no final da década de setenta (197).

A "Colecção Horizonte" é uma das colecções mais interessantes editada pelos livros Horizonte. As obras nela editadas, integradas no projecto editorial acima transcrito, são textos que se integram nas categorias da melhor tradição de divulgação cultural. São obras de síntese sobre um determinado assunto, polemizantes, e nalguns casos transportam uma importante componente de inovação em algumas áreas das ciências sociais portuguesas. Aproveitando no seu início a "Primavera marcelista", lançam-se ensaios de autores portugueses, ou obras de divulgação ou sobre novas metodologias das ciências sociais onde a influência francesa da Nova História é notória, através das novas abordagens às problemáticas da história.. Por exemplo é nessa colecção que se publicam os trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho, de Joel Serrão, de Pierre Vilar, Joaquim Barradas de Carvalho, Oliveira Marques e de Adérito de Sedas Nunes. Após 1974 a linha editorial permanece igual, surgindo nessa colecção obras de Miriam Halpern Pereira, Francisco Novais, Charles Boxer.

A importância da Colecção Horizonte no campo da historiografia portuguesa após a Revolução de 1974 foi indiscutível. Esse textos, de baixo custo (Em 1969 na altura do seu lançamento as obras custavam 25\$00 , e dez anos depois 180\$00), rondando a centena e meia de páginas, forma abundantemente utilizados na academia, sendo alguns deles de leitura obrigatória dos estudantes no ensino secundário e universitário . Se alguns destes textos, pelo seu carácter polemizante são hoje textos datados da época em que foram editados, muitos deles, apesar do uso de um livro de divulgação, foram obras que marcaram a historiografia portuguesa contemporânea, abrindo novas fronteiras da investigação .

Com o formato de livro de bolso a colecção apresentou uma capa característica que se dividia em três campos. Na parte superior do livro "Colecção Horizonte" e o respectivo número. No fundo a identificação "Livros Horizonte". Entre estes dois campos identificava-se o autor e o título

da edição. Na contra capa, nos números iniciais transcrevia-se o projecto editorial. Posteriormente assiste-se à evolução do conteúdo da contra-capa que passa a identificar o autor e a sua obra. Após 1974 a capa desta colecção também se transformará passando a constar na vertical em letra com relevo "Colecção Horizonte", mantendo-se, os campos de identificação do autor e título bem como da editora, numa solução gráfica que parece configurar mais uma evolução estética. Os livros da "colecção Horizonte" por norma não contêm imagens.

A evolução das colecções dos Livros Horizonte aponta para uma especialização temática e para uma busca de públicos distintos. Por exemplo no Catálogo de 1997 não se apresentam obras de literatura ou poesia, surgindo a ordenação de colecções dedicadas a temas e a públicos especializados. São disso exemplos a Biblioteca do Educador, Horizontes da Psicologia, Europas, Cidade de Lisboa, Cultura Física, Horizonte Universitários, Francisco da Holanda, Espaço e Sociedade, Banda Desenhada, etc. A evolução destas colecções, onde algumas se tornam pioneiras no mercado editorial influenciando a política editorial de outras editoras começa-se a notar no final da década de sessenta. A maioria delas contudo serão desenvolvidas já depois de 1974.

O caso da Biblioteca do Educador Profissional iniciada em 1967, por exemplo, é uma das colecções que marcará a influência social desta editora no mercado do livros ao mesmo tempo que marca a emergência de uma segmentação do mercado editorial da editora. Dirigida a um público determinado em acentuada fase de crescimento: — os professores ; esta colecção quando surge é dirigida pelo próprio Rogério de Moura, passará posteriormente a ser dirigida por Rui Grácio o que marcou o itinerário desta colecção na sua fase inicial. Pioneira no seu tempo das questões pedagógica, esta colecção publica até 1997 132 títulos, o que representa 12, 95 % do total de livros da editora. O custo dos livros situava-se nesta data entre um máximo de 3.430\$00 e um mínimo de 889\$00, carácter que também lhe confere uma inserção nas obras de divulgação.

A Biblioteca do Educador Profissional que verá o formato dos livros serem alterado de 12, 3 x 18, 5 cm para 14, 2 * 21 cm, é uma colecção dirigida a um grupo profissional bem determinado. Não pretende dirigir-se apenas aos "docentes", mas a um grupo alargado de todos os que fazem da educação o "seu ofício" . Procura revelar ao público português textos de investigação científica na área da educação de diversas origens, de diversas escolas "de forma equilibrada. Pretende também reservar aos autores de expressão portuguesa, um espaço de edição para as suas investigações. A análise dos títulos publicados está de acordo com este "manifesto". Não só verificamos múltiplas abordagens do fenómeno educativo, como também verificamos a preocupação de inserção de investigações de autores de expressão portuguesas. Por exemplo nos primeiros 50 números da colecção 16 títulos

são de autores portugueses, o que representa uma média de 32 % dos autores desta expressão, o que não deixa de ser notável para uma área científica com um reconhecimento social universitário pouco visível .

A criação de colecções temática, quer de âmbito erudito ou universitário, em paralelo com o ressurgimento das colecções de divulgação cultural, são uma das tendências que se regista no campo editorial na década de sessenta e princípios da década de setenta. A especialização temática resulta do surgimento de leitores mais exigentes à procura de novas respostas face à evidente aceleração do tempo vivido, dos usos e dos costumes com que a sociedade portuguesa se confrontava. O regime do Estado Novo e o seu aparelho ideológico tinha-se tornado incapaz de responder à complexidade da relação social e económica

Quanto à divulgação cultural, após quase uma década em que este tipo de iniciativa parece ter-se circunscrito a um conjunto restrito de editoras, casos por exemplo da Inquérito que reedita as suas obras, a Seara Nova com os seus "Cadernos", da Portugália Editora , da colecção Pelicano da Ulisseia , a Biblioteca Arcádia de Bolso da Editora Arcádia , Os Estúdios Cor ou as Publicações Europa-América com a sua colecção Saber; parece-se consolidar como um movimento editorial onde se nota de forma bastante nítida a preferência pela publicação de autores de origem estrangeira.

A este ressurgimento da actividade de divulgação cultural não é por certo alheio a conjugação de diversos factores. Por um lado o envolvimento português nos cenários das guerras coloniais em África. Por outro lado a crescente percepção por parte das elites de que o modelo de desenvolvimento económico e político português, baseado na auto-suficiência se tinha esgotado numa Europa em crescimento acelerado e a esboçar os primeiros passos de integração económica . A crescente movimentação de importantes contingentes de emigrantes para França, Alemanha e Suíça, abandonando o terrunho ancestral e uma economia de subsistência que a custo mantinha a sobrevivência de uma prole minguada, a troco de uma fêria regular nos "bidonville" das grandes metrópoles de além Pirinéus, era também já uma evidência . É também um momento em que novas gerações de estudantes saem das universidades e se confrontam com uma sociedade fortemente hierarquizada, regulada pela influência social do conhecimento e da fidelidade política, alheia dos valores do mérito individual.

São estes novos intelectuais que procuram novos caminhos para a intervenção social e política. A memória da oposição democrática dos velhos republicanos tinha sido definitivamente ultrapassada com as fraude eleitorais das eleições presidenciais de 1958. O assassinato do General Delgado em 1964 ainda que abafado pela imprensa interna, era uma suspeita que circulava de boca em boca, e que logo se transforma numa

certeza. A hierarquia da Igreja portuguesa, fortemente alinhada pelo regime, começa também a sentir as vozes de dissidência no seu interior . O Concílio do Vaticano II (1964-1966) reformula a actividade evangélica abrindo as portas da Igreja às realidades do mundo contemporâneo, gerando na sociedade portuguesa um interessante movimento social, que ainda carece de uma leitura histórica para a compreensão da sua dimensão e influência social.

Todos estes sintomas encontram expressão num movimento de surgimento de novas editoras, na maioria dos casos resultantes de tertúlias de amigos insatisfeitos com a sua intervenção social. Recorde-se que durante toda a década de sessenta importantes movimentos sociais ocorreram por todo o lado. Na Europa ocorrem então os intensos movimentos sociais, dos quais os mais marcante do ponto de vista de uma nova visão da intervenção política foram os acontecimentos de França em Maio e Junho de 1968. Na América do Norte, os influentes movimentos de emancipação dos negros e de contestação à guerra do Vietname, marcam a década. Em Africa, as vagas de independências, coloca na ordem do dia as questões das construções de Estados, enquanto na América do Sul e Central a questão da dependência económica assume especial relevo acentuando as intervenções político sociais . É um movimento mundial que tornou a acção política, social e cultural num modo de ser e de estar na vida. Este apelo à acção, tão do agrado da juventude contestatária, encontrava em Portugal, na simples contestação a um regime conservador, um terreno fértil para singrar. A constituição de uma editora para publicação das novas expressões literárias eram disso um exemplo.

Mas a Portugal chegam também outros ventos e outras posturas sociais. Rapidamente o crescimento da ciência social e da comunicação vinha colocar novas necessidades à circulação de ideias e de intervenção social. Um exemplo deste profunda renovação das editoras, é dado pelo caso de Carlos Araújo , actualmente editor da Terramar. Carlos Araújo, nascido no Porto em 1935, licenciou-se em Germânicas na Faculdade de Letras de Coimbra, onde apresentou um trabalho final de curso sobre o tema da "sociologia da literatura negra Norte Americana". No início da década de sessenta torna-se professor e colabora na revista Presença , de Coimbra. Um caminho que o conduziu à adesão ao Partido Comunista e a uma breve estadia na prisão no ano de 1964 .

A saída da prisão é acompanhada do abandono da militância comunista, impedido de regressar ao ensino, ingressa no quadro de colaboradores das Publicações Europa-América como consultor literário, a para a qual efectua algumas traduções. É um período de colaboração com várias editoras e com a imprensa. Um exemplo desta colaboração na imprensa é o período que passa na revista Vida Mundial , de 1966 a 1968. Em 1966 a convite de Neves Pedro , Snu Abecassis e Vasco Abecassis, que haviam formado a

editora D. Quixote, assume o lugar de Director Literário onde estará até 1974. Nesse ano Neves Pedro sai da editora, "deixando um projecto editorial bem desenhado", segundo as palavras de Araújo, "o que me (lhe) facilitou o trabalho nos primeiros tempos".

É nesta editora, num momento de profunda a influência dos movimentos sociais europeus e americanos que, Carlos Araújo iniciará uma actividade editorial que marcará o desenvolvimento do mercado editorial. Araújo acompanha os acontecimentos internacionais através da imprensa estrangeira que regularmente consulta ou através das suas frequentes deslocações ao estrangeiro para participação nas feiras internacionais de livros. É influenciado por Herbert Marcuse e Noam Chomsky , e pelos movimentos negros norte americanos, nomeadamente o movimento "Panteras Negras" e o movimento liderado por "Malcom X". Também o que se passa na Europa, particularmente na Alemanha, onde anualmente visita a International Book Fair de Frankfurt, é alvo do seu interesse.

A actividade editorial de Carlos Araújo passou doravante a ser marcada por dois paradigmas, por um lado ao nível da editora D. Quixote, através da edição de um catálogo selectivo de temas de actualidade e divulgação. É disso exemplo " Cadernos D. Quixote". Os cadernos D. Quixote eram publicações de actualidade informativa, elaborados a partir da selecção e tradução de artigos da imprensa estrangeira, com uma média de uma centena de páginas, em formato de livro de bolso. Entre 1968 e 1973 publicam-se 50 cadernos, onde a actualidade dos seus temas é então evidente. Carlos Araújo recorda com nostalgia esse tempo, em que a publicação dos Cadernos era um acto de revolta e de irreverência.

Alguns dos Cadernos foram apreendidos pela Censura. Araújo recorda que mesmo dentro da editora houve na época que conseguir alguns compromissos para a edição de alguns cadernos considerados mais ousados, que eram intercalados com temas menos polémicos . Um dos Cadernos, o número seis, com o título "o drama do terceiro mundo" foi, segundo Araújo, apreendido ainda antes da distribuição na livraria. As movimentações de Snu Abecassis junto das autoridades, com o argumentos, de resto verdadeiro, que se tratava da tradução de uma publicação da Unesco, organização internacional de que Portugal na época era observador. A acção surtiu efeito sendo a edição devolvida integralmente passados poucos dias. Estas edições representavam na época uma importante fonte de informação, alternativa às notícias da imprensa portuguesa submetidas à censura prévia, e como tal uma fonte de influência social no debate sobre Relações Internacionais.

Por outro lado, num assomar de irreverência de acordo com o espírito de contestação da época, forma em 1973 com um grupo de amigos a Editora Teorema onde se publica por exemplo alguns textos de Ivan Ilitch, textos

de René Dumont sobre ecologia ou o Jornal "o lobo mau". Era um projecto de intervenção política com o espírito da edição alternativa". "O objectivo era fazer uma crítica ao poder social, ao poder económico e ao sistema de ensino", através de textos polémicos, de baixo custo, para serem distribuídos em circuitos alternativos e discutidos em grupos ou tertúlias, que nessa época propalavam entre as elites culturais das cidades, entre as quais se salientavam Lisboa, Porto, Coimbra, Caldas da Rainha, Aveiro, Figueira da Foz, estas últimas ao tempo ainda vilas.

A edição acompanha em Portugal os movimentos de contestação social europeus. A sua influência social na alteração dos costumes e da moral. De um Portugal fechado sobre si mesmo, os editores abrem pelo livro e pela palavra impressa através Portugal ao Mundo e à modernidade. Quando o regime muda de política pela mão dos capitães milicianos de Abril, já as mentalidades tinham mudado nas novas elites urbanas. Quando em 1974 a população das cidades sai às ruas mostrando a sua adesão "à causa da democracia e da liberdade", para além da expressão de um sentimento político, até aí reprimido, na verdade estava a exibir a profunda alteração de costumes que no seu interior germinava. Os cabelos longos, a musica anglo-saxónica, as roupas ao estilo "Hippie", com túnicas, calças com boca de sino e abundância de colares, demonstravam que e as influências culturais já se verificavam no tecido social urbano. O consumo cultural massificou-se rapidamente. Neste aspecto o que a democracia política a liberdade possibilitou foi uma mais rápida expansão das praticas sociais correspondentes a essas alteração de mentalidades .

Se na D. Quixote a sua actividade é orientada pela necessidade de dar informação ao público, na editora Teorema o conjunto de textos são mais de intervenção. De resto é uma característica que continua a cultivar na sua actual editora: A Terramar, criada em 1989 cujo símbolo é desenhado numa faixa horizontal direita representado a terra e uma faixa ondulada simbolizando o mar. A terra representa a calma necessária à reflexão e à busca de informação, conquanto o mar , com a sua turbulência representa a agitação da acção e do movimento.

Depois de 1974, Carlos Araújo será ainda até 1976 consultor editorial da Sá da Costa . A Sá da Costa era então uma livraria-editora de tipo familiar , especialista na edição de textos de literatura portuguesa clássica. Araújo, especialista em literatura inglesa vai introduzir a literatura africana de expressão portuguesa . Araújo reconhece que foi um movimento de resposta à editora Edições 70, surgida em 1970, que se havia tornado a editora oficial dos novos Países Africanos de Expressão Portuguesa. Em 1977 Araújo passará para essa editora "Edições 70", de onde sai em 1985 para reactivar a "sua" editora Teorema, que estava inactiva. Em 1989, como acima se referiu desliga-se definitivamente dessa editora para constituir a editora que actualmente dirige. Este movimento de transito de

Carlos Araújo torna-o uma personagem chave para a abordagem da vida editorial portuguesa no final do regime do Estado Novo e nos que se lhe seguem. Nas suas passagens pelas várias editoras verifica-se uma linha de continuidade e de coerência na actividade editorial, cuja análise no entanto já transcende o âmbito cronológico deste nosso trabalho.

4.4. A leitura do livro de divulgação cultural.

Chegados a este ponto da narrativa sobre os Mercadores de Letras durante o Estado Novo resta ainda abordar, ainda de que forma sucinta, os locais de divulgação do livro. Depois de editado o livro é lançado no mercado onde virá a obter um maior ou menor sucesso. Como vimos a capacidade de edição de uma editora depende da sua capacidade financeira, o que por sua vez está ligada aos modos como consegue rentabilizar os seus activos financeiros. O principal activo financeiro de uma editora é normalmente constituído pelos volumes editados, e o modo de os rentabilizar passa pela sua venda em condições favoráveis. Um edição totalmente vendida não é naturalmente sinónimo de um bom resultado financeiros, pois como também vimos acima, ela depende sobretudo da estrutura de custos da editora, e em particular da sua política comercial. Casos houve em que a um sucesso editorial correspondeu um salto qualitativo da editora. Contudo, a grande maioria das editoras portuguesas é de pequena dimensão efectua pequenas tiragens.

Durante o Estado Novo é possível de detectar um crescimento do número de editoras, cujo projecto editorial privilegiava sobretudo a divulgação cultural como forma de intervenção social. Pode-se mesmo registar no final do período abordado um crescimento deste tipo de editoras, dotadas de pequenas estruturas organizacionais, de base familiar ou numa base de grupos de amigos envolvidos e participantes num projecto cultural. Num projecto editorial deste tipo está subjacente uma intenção de exercer uma influência social na comunidade pela crença de que a leitura produz uma mudança de atitudes. Os modos como podemos observar a influência exercida pelas edições, enquanto fenómeno histórico, pode ser hoje observada nos locais onde existem livros, ou seja as bibliotecas.

É certo que o livro é tradicionalmente vendido em livrarias. Todavia o ciclo de vida dos livros tende cada vez mais e encurtar-se na própria livraria. As novas edições sucedem hoje a ritmo alucinante que se torna impossível a manutenção de stocks elevados. Por outro lado a abundância de novos livros retira a veicidade a qualquer leitor de manter actual os conhecimentos sobre todas as novidades. Se para uns a leitura é uma componente da sua profissão, para agende maioria dos leitores o livro é um prazer, que como tal deve ser saboreado com tempo e com desejo. O espaço da livraria é um espaço de encontro do leitor com os livros que deseja para si. É um tempo de escolha, de duvidas, de sabores e decisões.

As nossas livrarias pouco evoluíram na sua organização interna em relação ao Estado Novo, mas perderam grande parte da sua função de influência social.

Nos casos das livrarias que analisamos, verificamos que ainda hoje permanece na cidade de Lisboa a centralidade livreira em torno do eixo Rossio — Bairro Alto. A baixa lisboeta, tradicionalmente espaço urbano comercial, por onde diariamente circulavam centenas de milhares de pessoas, ligava-se dessa forma ao Bairro dos jornais e dos jornalista, das editoras, dos boémios e dos poetas da palavra. Durante o Estado Novo era nesse espaço que circulavam as principais figuras da oposição democrática, era nesses locais que se encontravam, trocavam informações, recolhiam opiniões. Com o passar dos anos a cidade perde essa centralidade comercial, surgindo novos espaços de encontro. As livrarias abundam agora nos "Centros Comerciais", essas catedrais da modernidade. São todavia espaços mais reduzidos, mais impessoais, com clientelas mais voláteis e menos conhecidas. O livreiro perdeu grande parte da sua influência social, ao perder o controlo de relação humana e cúmplice que estabelecia com os clientes. Mas para a história ficam não só as memórias desses tempos como também ficam as casas comerciais de vendas de livros, que por entre dificuldades e lamentos lá vão resistindo à passagem dos anos. Um exemplo deste centralidade do livro encontra-se ainda hoje no elevado número de alfarrabistas que nesse local permanecem. O alfarrabista é uma das forma possíveis de detectar a longevidade do livro. Num alfarrabista a edição de um livro adquire um novo estatuto. Um livro pode ver o seu valor inicial multiplicado por factores considerados impensáveis na data de edição.

Contudo, na metodologia por nós usada, a procura da influência social de uma editora e dos seus livros, o alfarrabista não nos pareceu o local mais adequado para analisar o processo de influência social. No alfarrabista o livro torna-se um objecto independente. O valor que possui é pertença dele mesmo. É certo que o seu valor poderá relacionar-se com a sua procura, mas quase sempre o seu valor depende fundamentalmente da sua qualidade de impressão e da sua antiguidade. Por esse motivo, em relação ao livro no período do Estado Novo, pareceu-nos pouco adequado centralizar a nossa análise a partir das existência em alfarrabistas. Procuramos pois outros locais de consumo do livro. O caso que nos pareceu mais pertinente de analisar esse fenómeno foi portanto o das bibliotecas.

Existem na cidade de Lisboa, e de forma geral em todos os concelhos do país bibliotecas públicas. Ao abordamos a questão da busca do livro em bibliotecas, rapidamente nos apercebemos da dimensão do trabalho que seria necessário efectuar, e que em grande medida transcenderia o âmbito deste nosso trabalho. Por outro lado não poderíamos abandonar completamente a procura da presença de determinados livros das editoras

analisadas em bibliotecas, sem o qual não poderíamos analisar a influência social do livro.

A opção que acabamos por tomar incidiu na análise de Bibliotecas de "associações de cultura e recreio". A razão desta opção é relativamente fácil de justificar. O associativismo tem uma longa tradição na sociedade portuguesa . É um fenómeno que ocorre após a implantação do regime liberal. A sua influência poderá estar ligada à tradição do clube inglês, fundamentalmente no norte de Portugal. O associativismo foi um fenómeno que acelerou durante o período da Regeneração, estreitamente ligado à emergência do fenómeno do associativismo operário e à afirmação das ideias republicanas. Durante o período do Estado Novo as associações mantiveram a sua vitalidade, surgindo de forma regular por todo o país, mantendo a tradição democrática. Foram espaços privilegiados de debate de ideias e convívio social, e como tal locais amplamente frequentados pelos elementos da oposição democrática empenhados em processos de natureza cultural . Proibidas que eram as associações de natureza política, existiam abundantes associações que desenvolviam actividade desportiva, cultural, ou de simples lazer. Em algumas delas podia-se mesmo verificar a conjugação dos diversos elementos, mantendo secções desportivas a par de secções culturais.

Nas associações onde se desenvolvia actividade de natureza cultural, quase sempre se verificava a existência de uma biblioteca e um espaço reservado aos livros. A actividade cultural não era naturalmente restrita ao universo dos livros, existindo casos onde a secção cultural promovia projecção de cinema, grupos de teatros e nos casos mais activos, sessões culturais com escritores. De qualquer modo, o livro apresentava uma centralidade na vida de uma secção cultural. Era um elemento persistente, porque sempre presente, que podia ser lido no local ou transportado para casa, e representava um património da associação.

No universo possível deste tipo de associações optamos por analisar o caso de duas associações que consideramos significativo para o âmbito deste trabalho. O caso da "Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral" e o caso da "A voz do Operário" .

A "Biblioteca dos Operários da Sociedade Geral" é um caso singular no âmbito das associações que conhecemos. É a única associação que surge em torno da ideia de biblioteca, e foi no âmbito do livro que a maior parte da sua actividade se desenvolveu. Esta associação, ainda existente nos dias de hoje, torna-se um caso exemplar para analisar o problema do livro durante o período do Estado Novo, na medida em que a maioria do seu espólio é constituído por aquisição dos seus directores ao longo deste período, mantendo-se na sua totalidade em bom estado de conservação e organizado de acordo com os critérios da época.

A "Biblioteca dos Operários da Sociedade Geral" foi constituída por um grupo de trabalhadores da então Sociedade Geral que constituíram uma biblioteca com o objectivo de "desenvolverem a cultura de todos os trabalhadores". A iniciativa partiu de um grupo de operários mais activos, que em meados de 1946 juntaram "meia dúzia de livros, transportados numa caixa de ferramentas de navio a navio. "- Os interessados requisitavam um livro para lerem à hora do almoço, ou para levarem para casa." . O interesse pela iniciativa aumentou, e no final desse ano, através do sistema de quotização, a biblioteca servia uma centena de operários, e os livros, cujo número também aumentara através da compra, passaram a ser guardados num armário numa oficina de compressores"(op.cit.). Em 1947 o assunto da "biblioteca" foi levado ao director técnico e no ano seguinte à administração da sociedade Geral. Nessa altura foi então cedida à Biblioteca as instalações do então extinto "Grupo Desportivo CUF — secção de Lisboa", na rua Fradesso da Silveira, em Alcântara, que passou a ser a sede da associação.

A localização da sede, em frente da paragem do eléctrico que transportava os operários nos percurso para os locais de residência, facilitava a frequência da biblioteca. Entretanto, em 1949 foi eleita formalmente a primeira direcção e aprovados os respectivos Estatutos, que foram depositados no Governo Civil de Lisboa . Com uma existência legal aumentam o números de associados, o número de compras de livros. A quota no início era de 2\$50, e a multa no atraso da devolução de livros era de 1\$00. As compras eram normalmente feitas por decisão da direcção, a partir das propostas que lhe eram apresentadas pelos sócios. Por exemplo numa acta de Julho de 1949, a verba disponível para compras de livros era de 1.500\$00 , o que demonstra uma certa vitalidade na requisição dos livros.

Um outro processo de compras podia implicar o abastecimento de livros estrangeiros, principalmente comprados no Brasil, por pessoal da companhia em viagem. Os livros proibidos, por exemplo de Jorge Amado, entravam assim na biblioteca. Naturalmente que a direcção, sobretudo os seus membros mais activos e conscientes da sua actividade cultural e política, sabiam dos riscos que a posse de tais livros representava para a associação, pelo que a informação da existência de um determinado livro circulava "de boca", sendo o livro guardado em casas particulares.

A actividade da biblioteca alarga-se com o tempo a todo o pessoal da sociedade, permitindo-se por exemplo ao pessoal embarcado o empréstimo em cada viagem de um máximo de quatro livros. A actividade da Biblioteca expandiu-se durante a década de cinquenta para além da oferta de leitura. João Henriques aponta o exemplo da escolarização dos operários (exame da 4ª classe), o apoio ao estudo dos filhos dos operários, oferta de material escolar, livros, para além das tradicionais festas de Natal. Nessa época,

recorda o Sr. João, "a empresa apoiava estas actividades sociais..., apoiou sempre até ao 25 de Abril. Depois é que a empresa acabou, mas a Biblioteca continuou", actualmente tem um espólio de cerca de 7.000 livros..

Em 1960, com a construção da Av. de Ceuta, o edifício da sede é demolido, e a biblioteca transferida para instalações alugadas na rua das Janela Verdes nº 13 1º Esq., em Lisboa, onde ainda hoje se encontra. Esta nova sede, e o conseqüente afastamento da biblioteca dos locais frequentados pelos operários vai provocar uma diminuição do número de saídas de livros. Nos registos da associação mantém-se os "Livros de Saídas", onde é possível de verificar para a década de cinquenta uma média de saída de livros que ronda os três milhares por ano, em constante progressão, atingindo um máximo de 5 mil livros levantados no ano de 1960. "Ainda assim na nova sede continuou-se a actividade de cultura". Por exemplo vários escritores "deram-nos a honra de nos visitarem para aqui efectuarem palestras", diz o Sr. João Rodrigues, citando como exemplo de Virgílio Ferreira, Fernando Namora, Ferreira de Castro, Alves Redol, Álvaro Salema, Assis Esperança, Fernanda de Castro e Mário Neves, e mostrando algumas fotografias desses eventos.

A presença e a vigilância da polícia política nestas reuniões era um constante. Apenas uma vez, na década de sessenta as instalações da biblioteca e os seus livros foram visitadas pela PIDE. Na altura vivia nas instalações um continuo, de quem a polícia suspeitava. Foi então exigido que esse indivíduo deixasse de usar o local como residência e foi entregue uma lista total dos livros da biblioteca. Foi o primeiro catálogo da biblioteca, não se recordando o Sr. João Henriques se houve ou não apreensão de algum volume pela polícia política.

A actividade da biblioteca nas suas novas instalações manteve-se até 1977. A partir dessa data a crise instala-se na sua actividade. O nível de frequência diminui para uma escassa centena de livros por ano, situando-se na actualidade em níveis nulos. A consequência dessa crise está bem patente no seu espólio. Sem as receitas da leitura não há compras de livros. O espólio actualmente existente, que ronda os seis mil títulos é na sua quase totalidade anterior a 1974. Um achado arqueológico para a história do livro do Estado Novo.

A visita que efectuamos à biblioteca identificou a presença das colecções de divulgação cultural acima descritas, na década de 40 e cinquenta. A biblioteca Cosmos, completa, merece um local de destaque. Livros da Seara Nova abundam. A presença dos Cadernos Culturais da Inquérito é pouco visível. A Europa-América, A Arcádia, a Ulisseia, Os Estúdios Cor, Os livros da Livraria Civilização, Portugália surgem também por todo o lado.

Com cerca de 7.000 volumes o maior peso do espólio pode ser agrupado na categoria de literatura. É a leitura mais solicitada. Com a entrada do livro na Biblioteca, era dado um número e arrumado numa prateleira por ordem crescente. Uma vez que os livros eram comprados por escolhas dos directores, atendendo por uma lado aquilo que entendiam como sendo a função cultural da biblioteca, e por outro ao entendimento que faziam dos gostos dos associados. É hoje possível identificar não só o interesse da leitura, como sobretudo a sua evolução ao longo do tempo, na medida em que nas fichas de saída se registam as respectivas datas.

Para além da literatura e do entretenimento que naturalmente tinha uma função de lazer importante no âmbito dos associados, verifica-se que a presença de algumas colecções de divulgação cultural que acima abordamos, é um importante indicador da penetração dessa colecções no âmbito do associativismo operário, e quando lidas, uma importante forma de influência social das editoras. O espólio desta biblioteca, aqui sumariamente referenciado é pois um elemento que nos permite identificar a influência do livro na meio social representado por esta associação.

A outra associação, possuidora de um importante biblioteca é "A Voz do Operário" . Todos os textos consultados relacionam a génese desta associação com os movimentos laborais da década de 70 do século XIX, e em particular com as reivindicações laborais dos operários ligados à indústria do Tabaco. Em 11 de Outubro de 1879 é lançado o Semanário "A voz do operário — órgão dos manipuladores de Tabacos. Em 1883 o grupo de colaboradores do jornal funda a Sociedade Cooperativa que passa a ter o mesmo nome. Em 1883 é constituída a sua Biblioteca Social. Em 1890 a sociedade passa a denominar-se Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, e começa a funcionar a sua escola primário. Doravante a actividade educativa marcará a vida da associação. Como se pode verificar logo desde o início, para além da preocupação com a condição social dos operários, os associados desenvolvem uma importante actividade cultural, constituindo uma biblioteca e dedicando-se ao ensino das primeira letras.

Em 1912, já em plena República, a importância social desta instituição era reconhecida através da presença do Presidente da República na cerimónia de inicio da construção da sua nova sede, no local onde actualmente se encontra e que só será concluída em 1936. Nessa data, a biblioteca é instalada no primeiro andar do imponente edifício, um espaço nobre da instituição, representativo da importância do livro no âmbito da sua actividade cultural. A associação já constituía o mais importante núcleo de ensino primário na cidade de Lisboa Nos anos de consolidação do Estado Novo a actividade educativa e cultural eram já uma referência para as principais figuras da oposição.

Esta razão levou a que o espólio da biblioteca fosse enriquecido com inúmeras doações. Por exemplo em 1950 a polícia política assaltou as Instalações da Universidade Popular, situadas em Campo de Ourique, na véspera, pela calada da noite, um grupo de membros, avisados da acção policial, transporta a respectiva biblioteca para as instalações da "Voz do Operário" . E efectivamente alguns dos livros ainda hoje ostentam o carimbo de "Universidade Popular — Biblioteca". Tal como no caso anterior, a memória do uso da biblioteca refere uma intensa utilização no passado. Os tempos actuais não são indiciadores de uma grande utilização. Dado que a principal actividade desta associação é hoje a "Escola", a biblioteca praticamente funciona em apoio à actividade escolar. O importante património bibliográfico, embora classificado e bem acondicionado está hoje sem grande utilização.

Também neste caso detectámos um importante espólio de edições de divulgação cultural. Um espólio mais completo do que a associação anterior e indiciador da importante actividade desenvolvida durante o período do Estado Novo por esta associação de referência do movimento operário português. A tradição operária na esfera da educação, herança dessa forma de organização dos alvares do século encontrou continuidade nas décadas seguintes. Paralelamente às "escolas" destinadas fundamentalmente "à formação da juventude", a actividade cultural, e em particular a divulgação da leitura exercidas fundamentalmente naqueles que já desenvolviam uma vida profissional activa, constituíam uma importante forma de influência social. O livro, nessa época, desempenhava uma centralidade evidente do debate cultural.

Nos dois casos analisados a presença de uma biblioteca, num como objecto principal da actividade da associação, noutro como um espaço nobre no seu interior e associado a um importância patrimonial da agremiação, conferem ao livro um importante influência na actividade social deste tipo de associações. Multiplicando o número de exemplares pelo número de sócios, e considerando que nas associações de carácter operário, durante o período do Estado Novo, a biblioteca é uma presença contente, facilmente se deduz que um exemplar poderá ser acessível a vários leitores.

No âmbito deste trabalho não desenvolvemos detalhadamente a análise dos espólios destas duas bibliotecas, limitando-nos a inquirir sobre a presença das colecções de divulgação cultural por nós analisadas. A conclusão a que chegamos permite-nos afirmar que a presença dessa colecções é uma constante nos seus espólios. Há contudo diferenças valorativas em relação à importância de cada uma delas. Por exemplo em ambas as associações a "Biblioteca Cosmos" ocupa um lugar de destaque, e apresenta-se completa e agregada. É uma situação que poderá estar ligada à importância social que ainda hoje é atribuída esta colecção por parte de alguns sectores sociais ligados ao fenómeno da resistência ao regime do Estado Novo. Outra

colecção que também é presente, embora com um carácter mais disperso são as colecções da Seara Nova. Curiosamente os Cadernos Culturais da Inquérito, e os Cadernos Agostinho da Silva, embora presentes, não são normalmente referidos, não se apresentando completos nem reunidos num único espaço.

A presença das colecções de divulgação cultural editadas nos anos posteriores, exceptuando as colecções da Europa-América, são menos visíveis. É o caso por da Colecção Horizonte, e Cadernos D. Quixote, que não parecem ser tão valorizadas. Não é visível uma política de compra sistemática e a sua leitura não parece ter sido frequente. É um fenómeno que poderá estar ligado ao aumento do consumo privado do livro em detrimento da sua posse colectiva por um lado, por uma emergência de outras formas de comunicação, como por exemplo a televisão, e finalmente por um crescimento dos conteúdos mais políticos dos temas dos livros, em detrimento das grandes questões operárias por outro lado. O movimento operário português no início da década de setenta, sob forte influência comunista convivia nessa época com alguma dificuldade com a emergência dos novos movimentos sociais, que algumas das novas edições de divulgação veiculavam. A maior complexidade dos temas de debate, a sua especialização e diversificação, eram assuntos que ao movimento operário pareciam não ser essenciais na luta contra o regime, pelas liberdades políticas e de associação.

Elas eram sobretudo a expressão de uma segmentação da sociedade em grupos de especialidades, tornado o interesse cultural plural. Se na década de quarenta a forma de organização das bibliotecas de divulgação cultural partiam da ideia da árvore enciclopédica, as colecções de divulgação cultural, das décadas seguintes resultam de um acumular de publicações consideradas interessantes no momento, e agrupadas em colecções específicas. A cultura enquanto ideia unificadora do património colectivo torna-se cada vez mais numa expressão de identidade de grupo onde a referência ao individual se sobrepõe à síntese. Foi de resto uma sensibilidade que os editores acompanharam procurando a diversidade de colecções ao invés tentarem fornecer a totalidade do conhecimento numa só colecção. No âmbito desse movimento editorial a colecção torna-se uma referência menos importante do que o livro, o que explica até certo ponto que hoje a integração de um livro numa colecção seja efectuado em função da dimensão do livro e do seu público alvo, ao invés da sua integração num projecto editorial pensado e planeado como uma abordagem à totalidade.

Capítulo 5.

Leituras finais

Os mercadores de letras e os seus livros do Portugal do Estado Novo são um universo complexo e abrangente. Complexo na sua diversidade e multiplicidade; abrangente pela idiosincrasia que fundamenta uma política cultural que formata a produção de objectos de uso e influência social. Profundamente marcada pela política cultural do regime a edição torna-se, para a oposição democrática, uma forma de resistência e uma possível actividade política.

A cultura editorial convive com dificuldade com os autoritarismos, mesmo que o autoritarismo seja uma das expressões de uma política cultural. Os mercadores de letras adaptam-se a estes condicionalismos, nuns caso melhor do que noutros, nuns casos com mais sucesso e influência de que noutros.

A informação e a reflexão que entretanto fomos formado sobre as formas de influência social dos livros nesta época, leva-nos a considerar que seria prematuro retirar conclusões significativas deste trabalho. Se por uma lado os elementos disponíveis, das editoras analisadas, nos permitem concluir que o livro foi uma importante forma de influência social, os processos e a diversidade das sua formas, dificilmente permitem caracterizar uma política cultural ou mesmo uma intervenção social. Optamos pois por efectuar antes leituras finais sistematizando as principais questões que se levantam ao invés de procurar respostas onde a informação e análise é por enquanto parca.

A metodologia por nós usada, que constitui como objecto de análise uma editora e o seu editor, é um caminho necessário de percorrer para consolidar qualquer investigação sobre a influência social do livro na sociedade e na cultura do tempo. Verificamos nos dois primeiros capítulos a história de vida dos dois editores, analisamos as edições das editoras por eles orientadas, e revelamos alguns dos aspectos da influência social com base na edição de livros.

Há elementos de semelhança entre ambos os editores, sobretudo nas suas actividades políticas enquanto jovens enquanto participantes de um mesmo universo cultural e político. Foram contudo mercadores de letras profundamente diferentes. Cada um criou uma editora que orientou à sua imagem, fazendo com que essas editoras também representassem as imagens do próprio editor, e que hoje nos são projectadas pela história da editora. É contudo um universo ainda insuficiente para retirar conclusões sobre o universo mais dilatado dos outros editores portugueses, seus contemporâneos ou não. Cada editor é um indivíduo, marcado pela sua história de vida e pela história do seu tempo. As respostas de cada um ao mundo que o rodeia, através das editoras que geriram ou gerem, são também plurais porque resultam de crenças, atitudes, e comportamentos

que se confrontam com a adaptação ao concreto. São sobretudo resultado de compromissos e negociações entre os desejo e o possível.

Cada editora é um mundo. Sem dúvida representativo do todo onde se insere, marcada por um mesmo mercado onde concorre com os outros. A pluralidade de colaboradores, de oportunidades ou de públicos marca, porém, as diferenças. É fundamentalmente essa diferença que nos parece pertinente como objecto da análise histórica dos editores e dos seus livros. Ela constitui-se como um conjunto de respostas possíveis num determinado tempo e numa determinada circunstância. Se no nosso trabalho nos pareceu que a análise das constantes se aproximou do tempo do Estado Novo, a informação sobre pluralidade das respostas ainda se apresenta insuficiente. É pois necessário primeiro concluir um trabalho sobre um universo mais lato de editores e editoras, antes de apresentar uma análise histórica sobre a influência social da edição durante o Estado Novo. Tanto mais pertinente se torna esta questão se considerarmos que os processos de constituição da memória colectiva passam, para além de outros processos, pela publicação em livros das suas ideias constituintes.

Tal facto não obsta no entanto, no nosso entender, à validade das análises das influências sociais das colecções acima apresentadas. A análise dos catálogos das colecções de divulgação cultural apresentam significados que nos parece necessário reter. Apresentam, enquanto conjunto de objectos cognoscíveis uma marca do tempo em que surgem e do tempo para além do qual se projectam. Um edição de um livro é um acontecimento marcado no tempo, tal como as suas reedições, mas que se projecta para além desse tempo, na medida em no momento em que entram no mercado, no momento em que são adquiridos por particulares ou colocados nas prateleiras das bibliotecas publicas, adquirem um estatuto de intemporalidade. O livro, ao projectar-se para além do tempo transporta consigo a marca das ideias neles contidas. É porque as ideias estão em livros que hoje somos os herdeiros desse património colectivo que se constitui na época clássica, se recria nos tempos medievos, se redescobre na Renascença, se reelabora na modernidade formando a nossa contemporaneidade. As colecções de divulgação cultural que apresentamos transportaram até nós tudo isso. Tornaram-nas mais acessíveis, mais próximas, permitindo-nos que hoje nos apropriemos delas.

A divulgação cultural durante o Estado Novo ultrapassou o seu próprio tempo, fazendo a ponte entre o passado e o presente. Foi, nesse sentido, um acto cultural, e quando intencional um acto de resistência. De resistência porque apresenta ao homem o espelho de si mesmo e das suas vidas, dando-lhes a consciência dos seus limites como homens, e dos limites das suas organizações enquanto produtos criados por esses homens. A divulgação cultural permitiu tornar visível o finito daquilo que o regime pretendia que se considerasse infinito com base no argumento de uma

originalidade de uma terra, dos seus mais ilustres filho, sacramentados pela Divina Providência. A divulgação cultural, por exemplo, projectava a antiguidade greco-romana para o presente, através das suas mais ilustres obras. Tornava-as acessíveis aos literatos as grandezas e misérias de um mundo e dos homens. A simples divulgação de outras formas de pensar ou de abordar a técnica era já, em si, um acto de coragem que permitia a liberdade de pensamento e comparação com o presente.

No último capítulo, numa aproximação a uma visão de conjunto e de contexto. Tentamos a problematização da edição de divulgação cultural a partir de uma leitura sobre algumas colecções de divulgação cultural e de alguns outros editores. Fizemo-lo tendo como ponto de partida uma apreciação sobre os espólios que constituem bibliotecas privadas. Moveu-nos fundamentalmente o desejo de integrar as duas editoras analisadas no tempo e no exemplo das outras edições de divulgação cultural. É sem dúvida um conjunto de linhas dotadas de diversas fragilidades na análise, passível de ser ultrapassada por uma investigação mais consistente e sistemática sobre o conjunto dos editores e das editoras culturalmente relevantes para a época. O que nos levou a apresenta-las foi motivado por três razões.

Em primeiro lugar por razões formais deste trabalho, onde avultam os seus objectivos, o seu tempo de execução e a sua dimensão. A construção de outro ou outros capítulos faria ultrapassar todas essas razões. Resistimos pois aquilo que a prudência aconselharia, ou seja recolher e analisar um conjunto de informação mais alargado.

Resistimos porque, e esta é a segunda razão, reformular significaria outro trabalho e outro tempo e fundamentalmente porque impediria a crítica deste. Na quase ausência de trabalhos de investigação sobre este objecto é necessário começar por qualquer ponto. À medida que a investigação avançava avolumavam-se dados, referências, pessoas. Sentimos a necessidade de fazer uma primeira síntese a partir de uma primeira organização dos dados para encontrar algumas linhas de significado e construir algumas interpretações que fundamentem uma recolocação das questões.

Finalmente em terceiro lugar desenvolvemos este último capítulo por uma questão de princípio. A nossa abordagem da História parte da convicção de que esta é a cada tempo uma constante recriação do passado, sustentada nos dados desse passado. A cada momento a história é "inventada". É inventada no presente pelas angustias do tempo vivido, que exercita a redescoberta dessa memória, quiçá legitimadora dos actos e das palavras. Este perpétuo movimento entre o presente, que resulta do passado, e o seu próprio passado visível através dos seus indícios, tornados documentos pela História é uma tentação necessária à construção e compreensão de uma

memória colectiva, de uma memória dos grupos, das organizações e dos indivíduos.

Nos tempos presentes as editoras, os editores e todos aqueles que se interessam pelo fenómeno cultural do livro, recolocam todo um conjunto de questões, sinteticamente denominadas "os desafios da modernidade" e sua projecção ao nível do livro e das organizações produtoras de livros. As editoras procuram a legitimidade do passado, dos livros publicados ou dos seus autores, para construírem uma imagem de credibilidade editorial do presente na busca de uma competitividade. É uma mensagem que atribui um carácter distintivo ao tempo passado face à interrogação da modernidade. Distingue-se pelo Tempo das novas experiências e dos novos livros.

A reconstrução da memória bibliográfica relaciona-se com a produção cultural de um tempo e de uma época. A afirmação cultural é um desafio da modernidade, num tempo em que se diluem as fronteiras geográficas, económicas e políticas. Nesse sentido, a conservação do património bibliográfico de um idioma assume uma dimensão estratégica na competição pelas formas de poder que estão inerente aos processo de influência social. As formas de pensar dominantes consubstanciam-se em arquétipos materializados através dos livros. A análise da produção bibliográfica revela esses paradigmas ideográficos.

E nesse âmbito salientam-se algumas questões que nos parecem pertinentes, na medida em que com elas nos confrontamos ao logo da nossa investigação. Há hoje uma tendência, que resulta essencialmente da natureza comercial do livro, de realçar a história de uma editora. Este marketing do editora catapulta a memória do passado como atributo do presente. É uma tentativa de fidelização do consumidor do livro através da atribuição de significados de valor com base na memória. Esta construção da diferença, que é possível nas editoras com passado, o que sem dúvida resulta do sucesso dos seus projectos editoriais no mercado dos livros, não significa que a edição do presente tenha os mesmos atributos. Mas, para além dessa relação comercial com base no artefacto livro opera-se igualmente um outro mercado, de ideias, à qual a editora, mais ou menos consciente toma parte com agente activo de produção. O universo editorial também é um elemento dos jogos de poder pela influência social.

Hoje em resultado quer dos processos de integração e internacionalização económica, quer de evolução tecnológica, o editor português tende a ser submergido enquanto figura directora de um projecto editorial, por um figura colectiva organizada em torno de grupos directores. Grupos de influência social geradores de participação e intervenção. É sobretudo nesses tecidos de relações de sociais que interessa recolocar o problema das memórias O valor do livro não advém do passado e da memória, mas

da qualidade de informação que ele contém e dos significados que ele assume no conjunto social. Ao consumidor tem que ser dada a oportunidade de decidir e optar em função do seu valor interno. A memória da editora apenas poderá legitimar o passado em função da qualidade dos livros passados, não sendo portanto passível de garantir a qualidade do presente, a não ser por uma tendência constante dentro de uma colecção, ou colecções.

A abordagem de uma editora e de um projecto editorial através da personalidade do seu editor e da sua história de vida por um lado e do conjunto de livros editados e dos colaboradores da editora por outro é uma das formas de reconhecer o valor de uma editora. Nos dois casos por nós detalhados, as Edições Cosmos e as Publicações Europa-América os editores confundem-se com a editora constituindo uma unidade coerente no seu sentido na medida em que a vida do editor se entrelaça com a vida da editora. O editor é uma constante e os colaboradores as variáveis de compromisso. Também nos outros dois casos onde foi possível entrevistar os editores se verifica essa simbiose entre a vida do editor e os livros editados. No caso de Rogério de Moura e os Livros Horizonte também em relação a uma editora. No caso de Carlos Araújo há contudo uma diferença, já que o que é constante é a sua actividade, reflectindo-se essa constância pelo conjunto de editoras por onde passou. Estamos pois perante o caso de uma personalidade que passa por várias editoras, marcando-as. Pela sua personalidade, pelo seu modo de abordar a edição, dentro da sua visão do mundo. Por esse motivo nem sempre é possível uma unidade de análise com base num editor, sobretudo quando o tempo histórico ultrapassa os limites biológicos da vida activa. Há no entanto marcas que se podem projectar para além da própria vida do editor que também convém levar em linha de conta, sobretudo ao nível da formação e informação fornecida pelo editor a terceiros que com ele conviveram e trabalharam.

Outro aspecto que não pode ser descurado é a análise dos colaboradores de uma editora. É uma actividade com alguma dificuldade, na medida em que nem sempre é possível determinar com rigor onde começa e acaba a influência de um colaborador numa editora. O convívio entre pessoas dentro das editoras no período do Estado Novo, enquanto espaço de criação cultural, eram frequentes, o que motiva em grande medida uma forte participação de um grupo num projecto, que hoje tenderíamos a considerar como individual. Os casos das editoras analisadas integram-se nestas características o que nos leva a considerar-las também como uma ferramenta de influência projectada por um grupo determinado de intelectuais. Estes grupos podem projectar-se no tecido cultural de modos diversos. Por exemplo o Grupo da Seara Nova, plural no tempo e na sua constituição e filosofia, deixou marcas plurais, porque organizado projectou uma revista e editou colecções que influenciaram o tempo em que ocorreram, para além da sua influência no plano das ideias políticas.

Outros, contudo não formalizam a organização e percorrem o campo da criação cultural, recorrendo a múltiplos instrumentos e formas de expressão estética e cultural diferentes. Se hoje tendemos a considerar as organizações como unidades significativas, também a individualidade, no caso das editoras pode assumir significados relevantes

Como acima se referiu a reconstituição biográfica de uma editora não constitui uma metodologia inovadora, no âmbito da história das editoras. Mas sem dúvida que a possibilidade de desenvolver com esses editores uma entrevista, permite recolher um conjunto de elementos que não só enriquecem a compreensão sobre a sua personalidade, como sobretudo permitem compreender os contextos e as circunstâncias das opções tomadas em relação aos livros editados.

A actividade de reconstituição dos catálogos das editoras, enquanto componente da história da editora também se revela um passo fundamental para a compreensão dos fenómenos de influência social do livro e das praticas da leitura. Através dos catálogos torna-se é possível não só tornar visível o contexto da influência social de um livro, como também reconstituir a visão do mundo de uma determinada época e das tendências do consumo do livro. Naturalmente que esse trabalho só está completo com a abordagem das várias edições de um livro, que permitem verificar a sua projecção no tempo, o que nós não executamos.

Esta questão relaciona-se com o processo de conservação e acessibilidade do património bibliográfico de um conjunto cultural. Se a prática de datação dos livros não é uma constante das editoras portuguesas, o que em si pode ser ultrapassado pela comparação e análise das colecções e dos livros editados, já o seu processo de conservação nos espaços a eles dedicados levanta algumas questões pertinentes relativos à conservação e informação sobre a edição. O livro, enquanto fenómeno de comunicação é um dos instrumentos mais importantes de divulgação da cultura e do património de uma língua. A sua conservação é pois parte integrante de um património e de uma memória, que só existe se for acessível e conhecida. Se as acessibilidades à informação nos dias de hoje e através dos meios electrónicos se projectam para além dos limites da física dos edifícios, a qualidade da informação e o seu modo de tratamento é determinante para a utilidade percebida. Em relação a este aspecto a actual Base Nacional de Dados Bibliográficos, como acima referimos, carece de um tratamento mais atento e cuidado.

Ainda em relação ao património bibliográfico e à sua acessibilidade é interessante verificar, independentemente das políticas culturais em curso, o significado das bibliotecas colectivas como espaços de construção cultural. Durante o Estado Novo, nas bibliotecas das associações culturais, criava-se e vivia-se a cultura, que como postura política de adesão, oposição ou

indiferença em relação ao regime, quer como componente lúdica, que em qualquer das circunstâncias implicava a sociabilidade. Sociabilidade em relação aos outros nas iniciativas colectivas, ou em relação ao livro, pelas possíveis cumplicidades com o autor desse livro. Em qualquer das circunstâncias, a biblioteca enquanto espaço urbano por excelência, ontem como hoje, continua a desempenhar uma função de centralidade na construção da cidadania, desde que se seja capaz de reinventar as suas funções, os seus modos de organização e de ligação à comunidade onde se insere. Embora fora do âmbito deste trabalho, foi com alguma perplexidade que verificamos a elevada distância entre as bibliotecas que visitamos relação aos seus potenciais utilizadores.

As sociedades modernas, fundadas na herança cultural do Ocidente, afirmam-se pela cidadania, construindo uma complexa teia de regulamentos que traduzem os direitos e os deveres individuais e sociais de uns para com os outros. Essa herança é fundamentalmente uma postura cultural, sucessivamente reconstruída sobre os fundamentos societários. O canal por excelência onde estes fundamentos penetram no tecido social, para além da influência do grupo de pertença, é constituído pelo livro, porque é o livro que fixa a forma. O livro tem que ser possuído, usado, sentido como disponível, independentemente da sua dependência tecnológica. A melhor forma de ele viver é o seu manuseamento. Manusear um livro é um já um acto de cultura. Mas é na leitura e na cumplicidade criada entre o livro e o pensamento que se baseia a construção cultural.